

FÁBIO CAVALCANTI

PAISAGEM E REMINISCÊNCIA

O TOMBAMENTO DO
CAMPO DE BATALHAS
DOS MONTES GUARARAPES

RECIFE (PE)
2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

FÁBIO CHRISTIANO CAVALCANTI GONÇALVES

PAISAGEM E REMINISCÊNCIA

**O TOMBAMENTO DO CAMPO DE BATALHAS DOS
MONTES GUARARAPES**

Trabalho de dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Urbano.

Orientação: Prof. Dra. Ana Rita Sá Carneiro

**Recife (PE)
2008**

Gonçalves, Fábio Christiano Cavalcanti

Paisagem e reminiscência: o tombamento do Campo de Batalhas dos Montes Guararapes / Fábio Christiano Cavalcanti Gonçalves. – Recife: O Autor, 2008.

171 folhas: il., fig., tab., quadros.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CAC. Desenvolvimento Urbano, 2008.

Inclui bibliografia, apêndices e anexos.

1. Patrimônio cultural - Proteção. 2. Paisagens - Proteção. 3. Memória coletiva. 4. Sítios históricos – Jaboatão dos Guararapes (PE). I. Título.

719
711.5

CDU (2.ed.)
CDD (21.ed.)

UFPE
CAC2008-46



Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano
Universidade Federal de Pernambuco

Ata de Defesa de Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Urbano do mestrando **FÁBIO CHRISTIANO CAVALCANTI GONÇALVES**

Às 9.00 horas do dia 27 de junho de 2008, reuniu-se na Sala de Aula do Programa, a Comissão Examinadora de dissertação, aprovada pelo Colegiado do Programa, composta pelos seguintes professores: Ana Rita Sá Carneiro (orientadora), Flávio da Cunha Rezende (examinador externo) e Denis Antônio de Mendonça Bernardes (examinador externo) para julgar, em exame final, o trabalho intitulado "PAISAGEM E REMINISCÊNCIA: o tombamento do Campo de Batalhas dos Montes Guararapes.", requisito final para a obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Urbano. Abrindo a sessão, a Presidente da Comissão, Profª Ana Rita Sá Carneiro, após dar conhecer aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra ao candidato, para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores, com a respectiva defesa do candidato. Logo após, a comissão se reuniu, sem a presença do candidato e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Pelas indicações, o candidato foi considerado APROVADO. O resultado final foi comunicado publicamente ao candidato pela Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar eu Ana Catarina Mascaro Grosso lavrei a presente ata, que será assinada por mim, pelos membros participantes da Comissão Examinadora e pelo candidato. Recife, 27 de junho de 2008.

- Indicação da Banca para publicação do trabalho (X)

Profª Ana Rita Sá Carneiro
Orientadora

Ana Rita Sá Carneiro

Prof. Flávio da Cunha Rezende
(Examinador Externo)

Flávio da Cunha Rezende

Prof. Denis Antônio de Mendonça Bernardes
(Examinador Externo)

Denis Antônio de Mendonça Bernardes

Ana Catarina Mascaro Grosso
Secretaria do Programa

Ana Catarina Mascaro Grosso

Fábio Christiano Cavalcanti Gonçalves
Candidato

Fábio Christiano Cavalcanti Gonçalves

Dedico este trabalho à memória de pessoas amadas que, em vida, muito batalharam por mim: meu pai Dílson, minhas tias Maria José e Maria Vitória. Muitas saudades.

Dedico este trabalho aos meus irmãos Sávio, Rita, Flávia e Tarcísio que se mantiveram fortes e unidos diante das perdas queridas.

Dedico este trabalho aos sobrinhos que chegaram para renovar as nossas energias, minimizando os momentos difíceis: Wanildo De Biase e Aimée de Marie.

Em especial, dedico este trabalho à minha mãe Socorro, que sempre dispensou seu amor incondicional ao marido, às tias, aos filhos e aos netos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em especial à Ana Rita Sá Carneiro, pelo esforço conjunto e pelo apoio de sempre, e ao Laboratório da Paisagem da UFPE, por onde começou meu aprendizado.

Agradeço ao IPHAN e à sua Superintendência Regional em Pernambuco- Instituição que tão bem me acolheu como profissional. Agradeço em especial ao Diretor de Patrimônio Material do IPHAN/DF Dalmo Vieira, ao Superintendente do IPHAN em Pernambuco Frederico Faria Neves Almeida e com enorme gratidão à Chefe de Divisão Técnica da Superintendência do IPHAN em Pernambuco Fernanda Gusmão, pelo grande apoio dado à conclusão deste trabalho. Agradeço também à minha querida Carmen Muraro, pela lição de seriedade e comprometimento frente ao Parque Histórico Nacional dos Guararapes e pelo carinho e incentivo sempre dispensados.

Agradeço a Paulo Tadeu, pelo entusiasmo de suas críticas sábias e construtivas no início desse trabalho, provocando em mim reflexões sobre os possíveis caminhos da pesquisa.

Agradeço aos amigos do Escritório Técnico de Olinda, pela receptividade à minha chegada a um novo ambiente trabalho e pelo grande apoio dispensado nesta etapa final: Gilzeneide, Ilka Reis, Eliane, Fábio Torres, Ana Paula, Vânia Avelar, Hamilton Martins, Diogo, Luciana, Paula, Barbosa, Barrão e Cláudia Barbosa.

Agradeço ao convívio de minhas queridas amigas durante o mestrado: Catarina Dourado, Flaviana Lira e Rosane Piccolo, que acompanharam meu esforço e me ajudaram a “ser forte”.

Agradeço à minha amiga de sempre Lorena Veloso pela certeza de que, mesmo distante, esteve atenta ao meu caminho.

Agradeço à André Emery que mesmo sem saber ajudar, sempre esteve presente.

“Não há evocação sem uma inteligência do presente, um homem não sabe o que é se não for capaz de sair das determinações atuais. Aturada reflexão pode preceder e acompanhar a evocação. Uma lembrança é diamante bruto que precisa ser lapidado pelo espírito. Sem o trabalho de reflexão e da localização, seria uma imagem fugidia. O sentimento também precisa acompanhá-la para que ela não seja uma repetição do estado antigo, mas uma reaparição.” (BOSI, 1994:81).

RESUMO

GONÇALVES, Fábio Christiano Cavalcanti. *Paisagem e Reminiscência. O Tombamento do Campo de Batalhas dos Montes Guararapes*. Orientador: Ana Rita Sá Carneiro. Recife: UFPE, 2008. Dissertação.

O presente trabalho objetiva interpretar a dimensão da paisagem como objeto memorial subjacente ao valor histórico instituído pelo tombamento do Campo de Batalhas dos Montes Guararapes (CBMG) no âmbito federal, em 1961, como local onde foram travadas as definidoras batalhas do período da Insurreição Pernambucana, nos anos de 1648 e 1649, que culminaram com a expulsão definitiva dos holandeses do Brasil. Para tanto se adota o “processo de tombamento do CBMG” como objeto de estudo. Reflete-se inicialmente que esse “Campo de Batalhas” possui essencialmente o caráter e o sentido de paisagem. Entretanto a paisagem, ainda que presente enquanto sentido, não foi considerada enquanto categoria de preservação, no momento da inscrição do Campo de Batalhas como bem tombado, visto que mesmo diante da existência no Decreto-Lei 25 de 1937 do Livro do Tombo Histórico, Arqueológico e Paisagístico, o tombamento do Campo de Batalhas foi exclusivamente inscrito no Livro do Tombo Histórico. Portanto, o valor histórico instituído não se revela completo, visto que possui subliminarmente um outro sentido que está velado (o de paisagem), o que emula toda a significância valorativa que se pode apreender do CBMG. Portanto, a hipótese da pesquisa é a de que a “paisagem” é uma dimensão de significância que está subjacente ao valor histórico atribuído ao Campo de Batalhas dos Montes Guararapes. Para tanto, como método de estudo, a investigação se estruturou na “Teoria da Argumentação” de Chaim Perelman, abordando o processo de tombamento como um “conjunto discursivo” e assim com um “todo-argumento”, onde se puderam inferir sobre os objetos dos discursos, as premissas e os sujeitos argumentativos, bem como sobre as definições, noções e juízos de valor empreendidos. Como resultado da análise se constatou dois momentos argumentativos ou dois “conjuntos discursivos”: o da “evocação do valor histórico” (1953 a 1955), conotando essencialmente o sentido de cenário e o da “consolidação do valor histórico” (1956 a 1961), conotando o sentido de monumento. Verificou-se então que em ambos os momentos, e de forma sistemática a paisagem se fez presente enquanto dimensão de significância subjacente ao valor histórico, mas emulada quando da inscrição do tombamento do CBMG no livro do Tombo Histórico.

Palavras-chave: processo de tombamento, campo de batalhas, paisagem, valor histórico.

ABSTRACT

This dissertation aims to interpret the landscape dimension as a memorial subject that is subjacent of the historical value given to the 'Montes Guararapes' battlefield (CBMG) in 1961 federal instance, as the local where happened the 'Inssurreição Pernambucana', in the years of 1648 and 1649, which resulted in the Dutch people expulsion. The subject is the process of the preservation of this battlefield as a national heritage. Initially it was possible to think that this battlefield had essentially a landscape character. However, although the landscape was present as a sense according the 1937 'Decreto-Lei 25', it was not considered as a landscape, archeology and historic preservation category in the registration as a heritage resource. It shows that the historic value did not revealed in the totality, because the landscaping meaning was not included. The hypothesis is that landscape is a significant dimension which is subjacent of the historical value. The investigation was developed following the Argumentation Theory of Chaim Perelman, dealing with the process of the heritage protection as a discursive whole in which was included the 'object discourse' as premises and 'argumentative actors', as well as the definitions, notion, and value judgment as part of the process. The analysis have concluded that there were two moment of the argumentative process: the historical value evocation (1953 to 1955) emphasizing the sense of scenario and the historical value consolidation (1956 to 1961) when was established the sense of the monument. It was possible to verify that in both moments the landscape was present as a significant dimension subjacent historical value but that was not considered at the moment of the heritage subscription.

Key words: heritage preservation process, battlefields, landscape, historical value.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1- Esquema da análise e interpretação do processo de tombamento
- Figura 2- O “processo de tombamento” como o objeto de estudo
- Figura 3- Os gêneros oratórios aristotélicos
- Figura 4- Estratégia para análise e síntese dos argumentos
- Figura 5 - Cemitério da Primeira Guerra Mundial. Redipuglia, Itália.
- Figura 6- Estampa Olinda e Recife – 1630
- Figura 7- Campo de Batalhas do Arkansas, Pea Ridge.
- Figura 8- Campo de Batalhas de Antietam
- Figura 9- Pintura da Batalha de Gettysburg, “Gettysburg Cyclorama”, por Paul Dominique – Philippoteaux (1884).
- Figura 10- Parque Histórico de Quebec
- Figura 11- Campo de Batalhas de Edgemoor- 1642 (Warwickshire).
- Figura 12- Campo de Batalhas de Northampton – 1460 (Northamptonshire)
- Figura 13- Campo de Batalhas de Maldon, 991. (Essex)
- Figura 14- Campo de Batalhas de Stirling Bridge- 1297.
- Figura 15- Campo de Batalhas de Lewes- 1264 (*Lewes/Southover*)
- Figura 16- Diagrama da Batalha de Aljubarrota.
- Figura 17- Cidade de Aljubarrota.
- Figura 18- Mapa de Localização dos Montes Guararapes/ PHNG
- Figura 19- Imagem de satélite dos Montes Guararapes.
- Figura 20- Mapa interpretativo dos Montes Guararapes
- Figura 21- Mapa “Marcha para as Batalhas”.
- Figura 22- Mapa da situação do Recife em 1648- fortificações, redutos, estâncias e engenhos.
- Figura 23- Esboço do Campo de Batalhas dos Montes Guararapes
- Figura 24- Esboço 1/1ª. Batalha: Desdobramento holandês no Monte do Telégrafo.
- Figura 25- Esboço 2/1ª. Batalha: Atração dos Holandeses ao Boqueirão.
- Figura 26- Esboços 3/1ª. Batalha: Ataque Luso-Brasileiro.

Figura 27- Esboços 4/1ª. Batalha: Ataque Luso-Brasileiro.

Figura 28- Esboço 5/1ª. Batalha: Ataque de Flanco Holandês

Figura 29- Esboço 6/1ª. Batalha: Manobra Luso-Brasileira para Conter o Ataque Envolvente Holandês

Figura 30- Esboço 7/1ª. Batalha: Estabilidade da Frente

Figura 31- Desenho referente à formação do exército francês, equivalente ao que teria sido a do exército holandês na época das batalhas dos Guararapes.

Figura 32- Desenho da formação do exército holandês na época das Batalhas dos Guararapes.

Figura 33- Esboço 1/2ª. Batalha: Posições iniciais dos beligerantes no dia da Batalha

Figura 34- Esboço 2/2ª. Batalha: Início do Retraimento Holandês

Figura 35- Esboço 3/2ª. Batalha: Ataque luso-brasileiro e desenvolvimento da batalha

Figura 36- Esboço 4/2ª. Batalha: Final da Batalha

Figura 37- Esboço 5/2ª. Batalha: Perseguição aos holandeses

Figura 38- Planta da Sesmaria de Santo André de Muribeca.

Figura 39- Esboços da evolução construtiva da Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, Jaboatão dos Guararapes, PE.

Figura 40 – FRIBVRGVM / Palácio das Duas Torres. Recife, 1637-1645 (1647).

Figura 41- Fotografia aérea da Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres.

Figura 42- Mapa dos Montes Guararapes com a representação da poligonal de tombamento.

Figura 43- Mapa dos Montes Guararapes com a delimitação da área de tombamento, desenhado pela Comissão Demarcadora da Área Histórica das Batalhas dos Guararapes

Figura 44- Mapa da poligonal de desapropriação (linha tracejada) e poligonal de tombamento (linha contínua)

Figura 45- Poligonal de tombamento (linha contínua), poligonal de desapropriação (linha tracejada e poligonal de ambiência e visibilidade (linha pontilhada).

Figura 46- Planta do projeto para o PHNG, de autoria do arquiteto Armando de Holanda Cavalcanti.

Figura 47- Estudo para a Batalha dos Guararapes, circa 1874/1878. Victor Meirelles. Óleo sobre tela - 54 x 100 cm. Nacional de Belas Artes, 1961.

Figura 48- Placa localizada na Avenida Mascarenhas de Moraes, no acesso a Jaboatão dos Guararapes.

Figura 49- Foto aérea mostrando a Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres no alto do Outeiro dos Guararapes e as ocupações irregulares.

LISTA DE SIGLAS

CBMG- Campo de Batalhas dos Montes Guararapes.

DPHAN- Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

IPHAN- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

PHNG- Parque Histórico Nacional dos Guararapes

SPHAN- Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

SUMÁRIO

RESUMO.....	6
<i>ABSTRACT</i>	7
LISTA DE FIGURAS.....	8
LISTA DE SIGLAS.....	10
1.0 INTRODUÇÃO.....	13
2.0 METODOLOGIA	19
2.1 O “processo de tombamento” como objeto de estudo.....	20
2.2 A Teoria da Argumentação como método.....	22
2.2.1 <u>A “dialética” como estratégia para a análise dos argumentos</u>	27
3.0 O CAMPO DE BATALHAS DOS MONTES GUARARAPES: UMA PAISAGEM.....	32
3.1 Monumento: memória e reminiscência.....	33
3.2 A paisagem como objeto de preservação	41
3.3 Campos de batalhas.....	50
3.4 O Campo das Batalhas dos Guararapes	65
3.4.1 <u>A história das Batalhas dos Guararapes</u>	69
4.0 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DO PROCESSO DE TOMBAMENTO DO CAMPO DE BATALHAS DOS MONTES GUARARAPES.....	96
4.1 O discurso da “perda” na política nacional de preservação.....	97
4.1.1 <u>O tombamento e o processo de atribuição do valor nacional</u>	101
4.2 A paisagem re[velada] no processo de tombamento.....	107

4.3 Resultados da análise e interpretação do “processo de tombamento”.....	127
4.3.1 <u>As dimensões de significância da paisagem</u>	133
4.3.2 <u>A paisagem como símbolo da identidade nacional</u>	138
5.0 CONCLUSÃO: “É DE PAISAGEM E MONUMENTO QUE SE TRATA”.....	143
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	152
APÊNDICES.....	160
Apêndice A- Síntese Cronológica do Processo de Tombamento do CBMG	160
Apêndice B- Quadro Político-Decisório no Contexto do Processo de Tombamento.....	161
Apêndice C- Relação dos Bens Tombados em Pernambuco entre 1953 e 1974.....	163
ANEXOS	164
Anexo I- Parecer da Comissão Demarcadora da Área Histórica das Batalhas dos Guararapes Apresentado ao Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	164
Anexo II- Certidão de Tombamento do Campo de Batalhas dos Montes Guararapes....	166

1.0 INTRODUÇÃO

Atualmente, um dos maiores desafios no campo da preservação de bens culturais no Brasil está relacionado aos contextos urbanos das grandes cidades, frente ao desenvolvimento urbano por vezes desordenado, à cultura da massificação e à perda de referências culturais.

Esse contexto de complexidade das cidades, de suas tramas urbanas e superposições não articuladas, muitas vezes tornam ininteligíveis os valores patrimoniais outorgados a um sítio histórico, dificultando uma leitura relacional entre passado e presente, que a legitimaria como um bem coletivo.

Acompanhando uma reflexão de Gonçalves (2002:23), acredita-se que esse contexto evidencia uma concepção moderna da história, a de que existe “[...] um processo inexorável de destruição, em que valores, instituições e objetos associados a uma ‘cultura’, ‘tradição’, ‘identidade’ ou ‘memória’ nacional tendem a se perder”.

Esse problema parece ocorrer, em parte, porque as motivações que construíram as justificativas para o tombamento de alguns sítios patrimoniais no Brasil permanecem presas aos seus contextos políticos, ideológicos e culturais dos quais emergiram, rigidamente “vincadas” ao passado, tendo perdido o elo que as teceriam enquanto estruturas sógnicas no presente.

Nesse sentido, deve-se levar em consideração o que afirma Fonseca (2005:44):

[...] a recepção dos bens tombados têm uma dinâmica própria em dois sentidos: primeiro no da mutabilidade das significações e valores atribuídos a um mesmo bem em diferentes momentos históricos – mudança no que diz respeito inclusive às próprias concepções do que seja histórico, artístico etc; segundo, no da multiplicidade de significações e valores atribuídos, em um mesmo momento e um mesmo contexto, a um mesmo bem, por grupos econômico, social e culturalmente diferenciados.

Essa problemática se constata no contexto dos Montes Guararapes, no município de Jaboatão dos Guararapes, na Região Metropolitana de Recife/PE, que tem no Campo de

Batalhas do período da Insurreição Pernambucana, palco das batalhas travadas em 1648 e 1649, a motivação do tombamento federal de 1961, e sua inscrição no Livro do Tombo Histórico. Acontece que este local, onde posteriormente foi instituído o “Parque Histórico Nacional dos Guararapes” em 1971, com 225 ha. de área, sofre com a presença de ocupações irregulares. Este fato, a princípio, é responsável pela perda de significação cultural do “bem”, uma vez que o valor histórico atribuído pelo tombamento, em grande medida, parece um valor perdido ou no mínimo pouco reconhecível, diante da ocupação de dois terços de uma área destinada para ser um parque histórico.

Entretanto, conjectura-se que essa perda de significância também pode estar associada à própria dificuldade de entendimento do valor histórico do local uma vez que, à primeira vista, a paisagem não oferece as pistas materiais que informariam ter sido ali um campo de batalhas.

Essa dificuldade de entendimento se revela desde o momento de inscrição do Campo de Batalhas como monumento tombado, registrado no Livro do Tombo Histórico. Entretanto, se há a percepção de que o valor histórico do local está diretamente associado à paisagem, logo se verifica que esta dimensão não foi considerada como categoria de tombamento, ainda que no Decreto-Lei 25 datado de 30 de novembro de 1937 que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional já previa no Capítulo II- “Do Tombamento” o Livro do Tombo Arqueológico, Histórico e Paisagístico.

Assim, a compreensão do valor patrimonial do Campo de Batalhas dos Montes Guararapes aparece unicamente atrelada ao fato histórico, sem a contextualização dessa história pelo entendimento da paisagem enquanto noção que se articula ao Campo de Batalhas.

Não que unicamente se acredite na percepção de um objeto de preservação a partir de sua condição material, e assim por dizer, concreta. Mas porque, de fato, falta ao entendimento do valor histórico dos Montes Guararapes a compreensão da paisagem como uma dimensão de significância, material, palpável, possível de assim ser reconhecida enquanto um “Campo de Batalhas”.

Por outro lado, até mesmo o objeto que motivou o tombamento – o Campo de Batalhas - perdeu seu espaço no título que identifica os Montes Guararapes como bem tombado, uma vez que em seu lugar aparece hoje o Parque Histórico Nacional dos Guararapes, embora sua criação tenha sido estabelecida dez anos após o tombamento do Campo de Batalhas, não se constituindo, de fato, na motivação que gerou a inscrição no Livro do Tombo Histórico.

Aliás, o Campo de Batalhas dos Guararapes como objeto de tombamento aparece como caso único no contexto da política nacional de preservação, embora no contexto internacional tenha sido destinada uma maior atenção a estes locais, como símbolos da formação dos Estados Nacionais, merecendo a preservação pelo seu valor histórico, mas essencialmente entendidos enquanto paisagens.

Essa questão se fortalece diante do que expõe Bosi (2003:23-24) ao afirmar que “existe, dentro da história cronológica, outra história mais densa de substância memorativa no fluxo do tempo” na verificação de que “[...] nas paisagens, há marcos no espaço onde os valores se adensam”.

É a partir dessas questões que a discussão aqui se apresenta, acerca da significância valorativa dos Montes Guararapes, impressa no tombamento de 1961, sob a tutela do Decreto-Lei 25, de 1937, que pelo Processo nº. 523-T-54 inscreve o Campo de Batalhas no Livro do Tombo Histórico.

Mais particularmente é uma reflexão sobre os sentidos subjacentes ao valor histórico atribuído aos Montes Guararapes quando se acredita que o “campo de batalhas”, intencionado como objeto memorial, na verdade, se constituiu a partir do entendimento de “paisagem”. Ou seja, que a paisagem em si constitui-se em objeto memorial, como força que articula passado e futuro capaz de estabelecer elos temporais, a partir da condição presente.

Essa idéia de articulação temporal é bem esclarecida por Bosi (1994:46) quando percebe que “[...] a memória permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo ‘atual’ das representações”.

Dessa forma, busca-se melhor conhecer as motivações para a instituição do valor histórico do sítio, que se configura na trajetória da construção do sentido memorial do local, perceptível na leitura de documentos, pareceres e estudos específicos que compõem o “Processo de Tombamento” do Campo de Batalhas dos Montes Guararapes (CBMG), gravado entre as décadas de 1950 e início da década de 1970.

Salienta-se, entretanto, que a análise do processo de tombamento do CBMG se oportuniza não como circunstância para generalizações científicas, mas como possibilidade de se verificar, no contexto da política nacional de preservação, os sentidos implícitos ao bem patrimonial, construídos por atores específicos e com interesses determinados. E essa postura se respalda no que propõe Fonseca (2005):

As análises centradas no processo de construção dos patrimônios são importantes, na medida em que procuram desvendar o modo como determinados intelectuais, em nome do Estado, concebem a “identidade nacional”. Mas, uma vez que o interesse na questão do patrimônio seja o de entender o processo específico de circulação dos bens patrimoniais numa sociedade, a consideração do vértice da recepção é indispensável, tendo em vista o caráter dinâmico e ativo de qualquer apropriação social. (FONSECA, 2005:45)

Esta preocupação se respalda também na posição de Payer (2005), quanto à importância de se trabalhar a memória discursiva, uma vez que se pretende “[...] compreender como se dão os deslocamentos de sentidos, as mudanças, as relações com as diferenças, para que se possa socialmente, institucionalmente, operacionalizá-los onde e quando convém”. (ibidem:55).

Portanto, a hipótese da pesquisa é a de que a “paisagem” é uma dimensão de significância que está subjacente ao valor histórico atribuído ao Campo de Batalhas dos Montes Guararapes.

O objetivo é interpretar a dimensão da paisagem como objeto memorial subjacente ao valor histórico atribuído no tombamento do Campo de Batalhas dos Montes Guararapes.

Dessa forma ressalva-se que o estudo sobre o processo de tombamento não tem como propósito uma avaliação crítica ou mesmo uma revisão do fato histórico. Não se questiona a verdade histórica como realidade objetiva do passado, mas busca-se compreender como o fato

histórico, tendo subjacente o sentido de paisagem, foi utilizado nos argumentos que constituem o processo de tombamento do Campo de Batalhas dos Montes Guararapes.

É no âmbito da política nacional de preservação e no contexto da figura do tombamento que a paisagem aqui é investigada. E para essa abordagem Ribeiro (2007) nos oferece um bom panorama, contextualizando a paisagem como categoria de preservação.

Parte-se então, no capítulo dois, da explicitação da metodologia, voltada para a investigação do objeto de estudo – “o processo de tombamento do CBMG”, na perspectiva de analisar os discursos que o compõe, compreendendo-os como “modalidades discursivas”, por onde se pode perceber a dimensão da paisagem como um sentido implícito, mas presente, na idéia do valor histórico atribuído aos Montes Guararapes. Dessa forma, lança-se mão da “Teoria da Argumentação”, desenvolvida por Chaim Perelman, por onde o conjunto discursivo que constitui o processo de tombamento é analisado como um “todo argumento”, observando-se de um lado o objeto do discurso, as premissas e os sujeitos argumentativos e de outro as definições, as noções e os juízos de valor.

No capítulo 3 a investigação se debruça sobre o Campo de Batalhas dos Montes Guararapes, na perspectiva de entendê-lo como uma paisagem memorial, uma vez que se constitui no “objeto dos discursos” do “processo de tombamento” em estudo. Para tanto, antes se reflete sobre entendimento conceitual dos termos monumento, memória e reminiscência e sobre a paisagem enquanto objeto de preservação. É quando então se reflete sobre o “campo de batalhas” propriamente dito, na medida em que a paisagem em associação ao fato histórico se constitui no fundamento essencial de sua valorização, mostrando-se no contexto internacional a sua importância como objeto de preservação. Finalizando este capítulo se chegar ao Campo de Batalhas dos Montes Guararapes, explicitando-o através da descrição das duas batalhas que o inscreveram na história, evidenciando a paisagem como elemento presente na explicação desses conflitos.

No capítulo 4 se procede à análise e interpretação do processo de tombamento do Campo de Batalhas dos Montes Guararapes, refletindo sobre os discursos que compõem o “dossiê” de tombamento, apresentando os argumentos e contra-argumentos que encenam os debates acerca de sua preservação, e revelando as dimensões da paisagem subjacentes ao valor histórico atribuído.

Por fim, no capítulo 5 se apresenta a conclusão a respeito da análise e interpretação do processo de tombamento, refletindo sobre os resultados encontrados e respondendo à hipótese delineada no capítulo introdutório.

2.0 METODOLOGIA

A metodologia está em função de testar a hipótese de pesquisa e de atender ao objetivo traçado. Compreende assim um procedimento de análise e interpretação do “processo de tombamento do Campo de Batalhas dos Montes Guararapes”.

Tal procedimento investigativo visa o processo de tombamento como um dossiê, onde se podem perceber os sentidos que se atribuem ao bem cultural tombado.

Para tanto, se propõe a análise do referido “dossiê de tombamento” instrumentada na Teoria da Argumentação, onde os sentidos explícitos e implícitos ao valor histórico atribuído são interpretados a partir de uma abordagem dialética entre o todo estruturado - argumento e as partes que o compõe - os discursos.

Entretanto, como a compreensão dos sentidos não está isolada ou limitada ao contexto do processo de tombamento, não se fechando nele, é também inferido o conteúdo dos discursos dialeticamente, a partir da reflexão sobre as noções-chave que circundam o tema em estudo – monumento, memória e paisagem, verificando sua amplitude semântica e o uso que se faz desses conceitos.

No centro de tal debate está o “campo de batalhas”, que importa compreender como uma categoria de preservação, instituído enquanto o objeto de tombamento que motiva a preservação dos Montes Guararapes como monumento nacional.

Dessa forma, se concebe o movimento da pesquisa a partir da análise do processo de tombamento enquanto objeto de estudo, numa direção, e noutra a partir da reflexão sobre os conceitos que integram o valor histórico do campo de batalhas- os conceitos de paisagem, monumento e memória e o entendimento do campo de batalhas com objeto de preservação *per se*. Dessas reflexões e análises se conjectura um movimento dialético, na interpretação da dimensão de significância da paisagem como objeto memorial subjacente ao valor histórico.

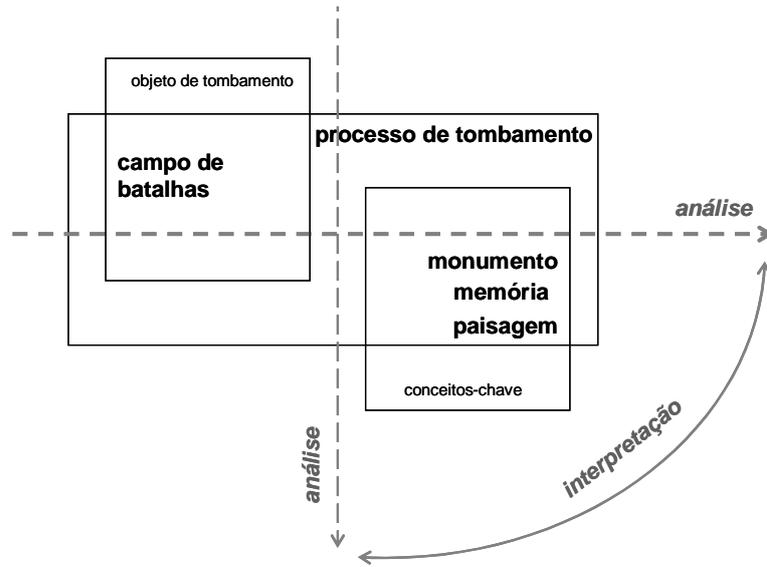


Figura 1- Esquema da análise e interpretação do processo de tombamento

2.1 O “processo de tombamento” como objeto de estudo

Estabelece-se como objeto de estudo da presente pesquisa o “processo de tombamento do Campo de Batalhas dos Montes Guararapes”, tendo como foco da investigação o valor histórico atribuído pelo tombamento federal, inquirindo-se neste a dimensão da paisagem enquanto um sentido que está subjacente a esse entendimento, como explicitado na figura abaixo:

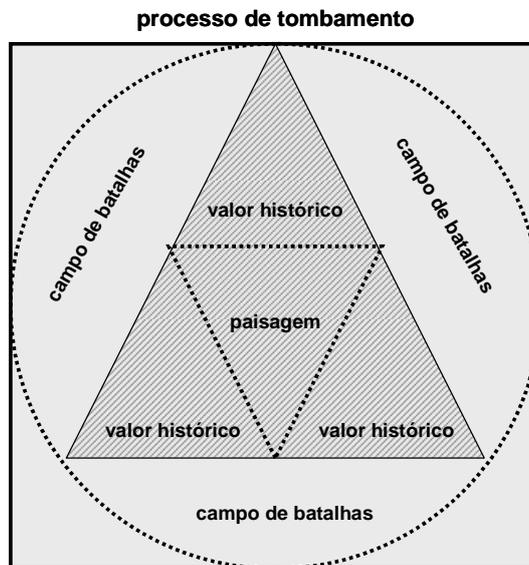


Figura 2 - O “processo de tombamento” como o objeto de estudo

Cabe investigar então o processo de tombamento do CBMG como um *dossiê*, que compreende discursos manifestos entre as décadas de 1950 a 1970, onde se conjectura que a paisagem aparece como uma dimensão subjacente ao valor histórico, sendo o sentido que estrutura as argumentações de justificativa do interesse patrimonial do local onde, segundo a historiografia, foram travadas as Batalhas dos Guararapes, respectivamente em 1648 e 1649, no evento historicamente conhecido como a “Insurreição Pernambucana”¹.

Adotar o “processo de tombamento”, como o objeto de estudo da presente pesquisa, se credita por dois motivos: primeiramente por ser um marco legal da inscrição de um “bem” como patrimônio cultural, num processo de transformação valorativa do objeto enquanto “coisa” para seu entendimento enquanto “bem cultural”, norteando a partir de então as ações de preservação. Em segundo lugar por ser um documento que se institui enquanto estrutura eminentemente argumentativa, como fato inscrito na história, e nesse sentido na “história das idéias”.

Respalda-se ainda em corroboração ao entendimento de Fonseca (2005:182):

[...] Esses dossiês nos permitem acompanhar a história desse processo de ressemantização de um bem que constitui um processo de tombamento, e entender não só o seu desfecho com, considerando o universo dos processos, os critérios que nortearam a prática de preservação [...].

Vale ressaltar que não se adota o processo de tombamento do CBMG com o intuito de revisá-lo, pois este não é o objetivo da pesquisa. Mas sim, com a intenção de aprofundar o seu entendimento, que se acredita ainda não esgotado em seu argumento síntese - o valor histórico.

¹ “A data de uma das batalhas dos Guararapes, (19.04.1648) foi recentemente escolhida como sendo o *glorioso* dia que representa o berço da nacionalidade, por reunir os heróis das três raças brasileiras, pelo Exército Brasileiro.” (SANTOS, 2005. P.46-47)

2.2 A Teoria da Argumentação como método

O estabelecimento do método para a análise e interpretação do processo de tombamento apresenta-se menos como uma estratégia de se empreender um esquema fechado de verificação científica e mais como uma concepção que se pretende dialética e argumentativa.

Dessa forma, se caracteriza uma pesquisa qualitativa, preocupada com a descrição, análise e interpretação do fenômeno em estudo, a inscrição de um “Campo de Batalhas” enquanto bem tombado nacional, no âmbito dos discursos que compõem o seu “processo de tombamento”.

A fim de empreender uma leitura interpretativa desse *dossiê*, no âmbito de sua complexidade conceitual, envolvendo teorias, concepções e ideologias, e no que tange às intenções e valores historicamente e culturalmente determinados, importa estabelecer o seguinte acordo: o “processo de tombamento” aqui é entendido como um “conjunto discursivo”, e se estrutura segundo uma lógica eminentemente argumentativa.

Faz-se necessário, a partir de então, arregimentar a compreensão dos textos como uma estrutura argumentativa, pensando os discursos do processo de tombamento do CBMG como um “todo argumento”.

Cabe então compreender que a argumentação remete a uma forma de pensamento inicialmente proposta por Aristóteles, como um modo básico de raciocinar, denominado de “argumentação dialética”, baseada nos recursos discursivos para se obter a “adesão dos espíritos”. Relaciona-se assim com as preocupações do Renascimento e dos autores gregos e latinos, quando do estudo das técnicas de persuadir, convencer, deliberar e discutir.

Segundo GIL (2004), “o nome de Aristóteles é habitualmente evocado quando se fala da reflexão sobre a argumentação: [...], é com a Retórica de Aristóteles que surge uma sistematização da teoria da argumentação, tradicionalmente considerada como o núcleo do sistema retórico.”

“[...] A retórica visava não só a obter um assentimento racional, mas também consenso emotivo, e propunha-se, destarte, como uma técnica dirigida no sentido de arrastar o ouvinte.” (ECO, 2001:73)

Essa forma de pensamento, estruturada a partir da antiguidade clássica, pode ser elucidada a partir dos três tipos de discursos onde esta se aplica: no discurso judicial, no discurso deliberativo e no discurso epidítico. Cada um desses, por suas naturezas específicas, respondem de forma diferente em relação aos elementos-chave, que podem ser observados na análise argumentativa: o “auditório”, o “tempo”, os “objetivos”, os “meios”, os “procedimentos” e o “*topoi*”, ou lugares da argumentação, segundo propõe Meyer, Carrilho e Timmernans² (2002: 57), como explicado na figura abaixo.

DISCURSO	AUDITÓRIO	TEMPO	OBJETIVOS	MEIOS	PROCEDIMENTOS	TOPOI
Judicial	Juiz	passado	Justo/ injusto (ético)	Acusação/ defesa	entinema	Real/não real (temporalidade)
Deliberativo	Assembléia	presente	Útil/ prejudicial (político)	Persuasão/ dissuasão	exemplo	Possível/ impossível
Epidítico	Público	futuro	Nobre/vil belo/feio (estético)	Elogio/ censura	amplificação	Mais/menos (quantidade)

Figura 3- Os gêneros oratórios aristotélicos (MEYER, CARRILHO, TIMMERNANS, 2002: 57)

É sabido que o debate sobre esta *práxis* discursiva ficou, por muito tempo, relegada ao esquecimento, tendo sido até mesmo, segundo Gil (2004), abandonada entre os séculos XVI e XIX, visto que à “retórica” foi atribuído um sentido depreciativo, como sendo a natureza de um discurso vazio, como “pura retórica”, enquanto prosaico artifício estilístico.

Entretanto foi retomada por Chaim Perelman, mais precisamente em 1947, na Obra: *O Tratado da Argumentação. A Nova Retórica*, quando propôs uma revisão da retórica aristotélica,

² MEYER, Michel, CARRILHO, Manuel Maria, TIMMERMANS, Benoît (2002), *História da Retórica*. Lisboa, Temas e Debates. In GIL (2004).

deslocando a noção de discurso meramente persuasivo para a noção de “argumentatividade discursiva”.

A partir dessa noção, dos discursos enquanto argumentos, ainda que admitidos como uma nova retórica, é que se concebe uma estratégia capaz de fornecer critérios objetivos para a aferição dos valores explícitos e subjacentes ao processo de tombamento do Campo de Batalhas dos Montes Guararapes.

Ou seja, se propõe pesquisar a lógica dos julgamentos de valor, pelo entendimento de como os valores aparecem no processo de subsunção de fatos a normas gerais, podendo assim serem observados na construção dos argumentos do processo de tombamento, no contexto dos debates sobre a preservação dos Montes Guararapes. Dessa forma compreende-se, segundo Michel Meyer (apud PERELMAN,1996) que “a Nova Retórica é então o “discurso do método”, que deve tratar e analisar os argumentos que governam as decisões.

Possibilita-se então, o entendimento do processo de tombamento dos Montes Guararapes com um todo-argumento, desde a seleção dos documentos, passando pelo ordenamento do *dossiê*, até os conteúdos que os constituem em argumento-síntese, quando ajuíza a significância histórica do bem cultural.

Desse modo, vale ressaltar que a análise da argumentação que se propõe não se coloca em relação ao aspecto formal do discurso, ou seja, ao estilo, à beleza, ao efeito estético. O que se analisa, independente de sua matéria, “[...] são os meios que possibilitam a uma determinada apresentação dos dados situar o acordo num determinado nível, imprimi-lo com certa intensidade nas consciências, enfatizar alguns de seus aspectos.” (ibidem:162).

Esclarece-se que “discurso” e “argumentação” são tratados aqui, segundo propõe Perelman (ibidem), como noções sinonímicas, admitindo que a análise e interpretação que se dirige ao “dossiê” de tombamento adotam como unidade mínima de estudo o texto e em certa medida a palavra, quando esta, por sua própria força semântica, se torna elemento essencial que dá sentido ao discurso e que pode se constituir isoladamente no próprio argumento.

Nesse sentido são analisados como unidades semânticas os textos do conjunto documental que compõem o processo de tombamento, existentes nos ofícios, pareceres, matérias de jornal, etc. bem como palavras-chave que se inscrevem nestes textos, mas que por si já trazem uma grande carga sógnica, como monumento, memória, paisagem e história. Ampliando a análise, busca-se perceber como estas palavras são usadas, constituindo noções que se articulam entre os textos, e que de certa forma parecem dialeticamente estruturar o argumento-síntese do valor histórico dos Montes Guararapes, objetivado através do campo de batalhas.

Por outro lado, segundo Gil (2004) a teoria da argumentação de Perelman (1996) fundamenta-se também na distinção aristotélica entre raciocínio analítico e raciocínio dialético, valorizando, como já mencionado, a vertente dialética e, portanto, a da comunicação.

Percebendo como força da argumentação essa vertente dialética e por assim dizer própria da comunicação, que interage com o campo de conhecimento da lingüística, cabe refletir sobre a “linguagem” enquanto elemento essencial que expõe o pensamento, que transporta os sentidos, que apresenta as noções que se apreende das palavras, dos textos, e que dá forma e função aos argumentos. Pois é essencialmente sobre os “sentidos” apreendidos das palavras e dos textos que a presente pesquisa se debruça no referido “dossiê”.

Em acordo ao entendimento de Pococok (2003:37), aparece também como necessidade estabelecer a linguagem a partir do discurso político como sublinguagens (idiomas) e retóricas, onde “cada contexto lingüístico indica um contexto político, social ou histórico, no interior do qual a própria linguagem se situa.”

No contexto lingüístico do processo de tombamento os discursos proferidos estruturam-se em argumentos claramente identificados no interior de uma política nacional de preservação, no bojo da primeira gestão do SPHAN, a cargo de Rodrigo de Melo Franco de Andrade.

Dessa forma, a linguagem do pensamento político é então admitida como “[...] idioma (linguagens restritas a uma atividade específica), retóricas, vocabulários especializados e gramáticas, modos de discursar ou falar sobre a política [...]” (ibidem:65), observando, a partir do

que expõe Gonçalves (2002), as “modalidades de construção discursiva” que caracterizam o primeiro momento do SPHAN na gestão do patrimônio cultural do Brasil.

Assim, a linguagem não é admitida apenas como meio de comunicação, “[...] é também instrumento de ação sobre as mentes, meio de persuasão” (PERELMAN, 1996:149-150), que por meio dos discursos expõe determinados sentidos que evidencia, segundo Chartier (1990:48), uma necessária relação entre história das idéias e os meios sociais que a exprimem, esclarecendo que “o que importa, tanto quanto a idéia é talvez mais, a encarnação da idéia, os seus significados, o uso que dela faz”.³

Dessa forma, importa na presente pesquisa esclarecer os sentidos subjacentes ao valor histórico atribuído aos Montes Guararapes, na forma em que a idéia de paisagem, ainda que subliminarmente, embasou a justificativa do tombamento do Campo de Batalhas.

Atentando para o que se concebe como encarnação da idéia, chega-se ao conceito de representação, que segundo Chartier (*ibidem*), se verifica a partir da tensão entre duas famílias de sentidos:

a) a representação como dando a ver uma coisa ausente, ou seja, a representação como construção de um conhecimento mediato, “[...] que faz ver um objeto ausente através da sua substituição por uma ‘imagem’ capaz de o reconstituir em memória e de o figurar tal com ele é.” (*ibidem*:20).

b) a representação como exibição de uma presença, como apresentação pública de algo ou de alguém, ou seja, citando Furetière, como “[...] representação de um pouco de moral através das imagens ou das propriedades das coisas naturais [...]”. (*op. cit.*:20).

Em função dos limites da presente pesquisa, que não tem como objetivo a apreensão das representações do Campo de Batalhas enquanto paisagem de valor histórico admitiu-se o alcance desta noção no que tange ao rebatimento do discurso no espaço físico, quando da delimitação de uma poligonal de tombamento - que representa a extensão territorial de interesse de preservação.

³ A. Duprot *in* Problèmes e méthodes d’une histoire de la psychologie collective, Annales E.S.C., 1961:3-11.

Considerando o exposto até então se propõe, consoante Perelman (1996), que os discursos sejam analisados admitindo-se enquanto argumentos que se constituem como “ato”, como “meio” e como “conteúdo”, por meio dos quais se podem inferir os “objetos do discurso”, as “premissas” e os “sujeitos argumentativos” bem como o “uso das definições”, “noções” e os “juízos de valor”.

Como “ato” na medida em que se expressam juízos, que se entende por “[...] tudo quanto pode ser considerado emanção da pessoa, sejam eles ações, modo de expressão, reações emotivas, cacoetes involuntários ou juízos” (ibidem:339). Como “meio” na medida em que os discursos exprimem como extensão de seus “atos”, uma espacialidade e um suporte- uma representação, uma vez que “o próprio discurso pode tornar-se, como sabemos, objeto de reflexão. Pode ser tratado como fato gerador das conseqüências, como conseqüência, como meio, como fim” (ibidem:317). E como “conteúdo” na medida em que os “atos” relacionados aos “meios” exprimem uma significância, o conteúdo da argumentação.

Para tanto, se faz necessário investigar os discursos como um conjunto determinado por um todo estruturado – argumentação. Dessa forma, a estrutura argumentativa pode explicitar o processo de tombamento do Campo de Batalhas como ato, ainda que como um conjunto de atos no empreendimento do julgamento de valor de um território. Por outro lado, os mesmos discursos, agora interpretados individualmente como “meios” e como “conteúdos” podem expor os sentidos subjacentes que evocam o Campo de Batalhas dos Montes Guararapes como local de valor histórico, fazendo compreender o todo pelas partes e as partes pelo todo, numa investigação que se propõe dialética.

2.2.1 A “dialética” como estratégia para a análise dos argumentos

Segundo Foucault (1987:7) a história considera como tarefa primordial trabalhar o documento no interior e elaborá-lo. “Ela o organiza, recorta, distribui, ordena e reparte em níveis,

estabelece séries, distingue o que é pertinente do que não é, identifica elementos, define unidades, descreve relações.”

Propõe-se então que a interpretação dos discursos seja realizada tanto pela análise da estrutura argumentativa em sua totalidade como pela análise dos argumentos isolados.

A análise da estrutura argumentativa, dos seus esquemas, consiste em separar articulações que são, na verdade, parte de um mesmo discurso e constituem uma única argumentação de conjunto.

A análise, como procedimento operacional, objetiva esclarecer o arcabouço montado em favor de uma estrutura argumentativa. Nesse sentido, ela opera numa certa direção a partir de um determinado objetivo, na medida em que toda a argumentação, segundo Perelman (1996) é seletiva, visto que escolhe os elementos e a forma de torná-los presentes. Esclarece ainda que “[...] essa escolha não é, aliás, somente seleção, mas também construção e interpretação.” (ibidem:136)

Analisar a estrutura argumentativa do processo de tombamento como um “todo argumento”, se aproxima de uma concepção de totalidade, como uma relação dialética entre o todo e as partes, onde os fatos são entendidos como partes estruturais de um todo.

Isso se aplica à análise do processo de tombamento enxergando-o como um conjunto de discursos, quando proveitoso for para a análise separar os discursos e individualizá-los a partir de noções, conceitos, sentidos diferentes, mas também como um conjunto discursivo, como uma totalidade, quando busca compreender cada parte dos discursos na construção da argumentação que define o tombamento do CBMG.

Entende-se totalidade a partir de Kosik (1977) explicitando que significa a realidade como um todo estruturado, dialético. Valendo observar que essa relação dialética é a mesma que determina que um fenômeno social seja um fato histórico, visto como um momento de um todo, no desempenho de um duplo papel: por um lado, o de definir a si mesmo; por outro o de definir o todo, conferindo-lhe sentido.

Pode-se associar a explicação de Kosik (1997) ao que expõe Konder (1987:8), exemplificando que a dialética pode ser entendida como “[...] o modo de pensarmos as contribuições da realidade, o modo de compreendermos a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação.”

Dessa forma, entende-se a totalidade como um processo em espiral de mútua compenetração e elucidação dos conceitos, na medida em que o todo se cria a si mesmo na interação com as partes e as partes se encontram em relação interna de interação e conexão entre si e o todo configurando, portanto, “[...] um processo no qual se cria realmente o conteúdo objetivo e o significado de todos os seus fatores e partes.” (op.cit.:50).

Mas no que se refere à totalidade, a dialética não pensa o todo negando as partes, nem pensa as partes abstraídas do todo. Pensa tanto as contradições entre as partes como a união entre elas, atentando que “[...] precisamos realizar operações de síntese e de análise que esclareçam não só a dimensão imediata como também, e sobretudo, a dimensão mediata delas.” (op.cit.:47)

Ou seja, o sentido que se atribui à paisagem do CBMG, baseada num juízo de valor, se faz a partir de uma construção argumentativa, onde cada contexto de produção dos discursos enuncia uma determinada noção, explicita um determinado conceito de paisagem, de monumento e de valor histórico, que se articulam ou se dissociam no andamento do processo, das partes para o todo e vice-versa.

Tais operações de síntese e análise podem ser mais objetivamente interpretadas se compreendermos as partes de que se compõem os discursos, identificando de um lado o objeto do discurso, as premissas e os sujeitos argumentativos e de outro lado o uso das definições, das noções e os juízos de valor.

Para tanto, a análise dos argumentos do processo de tombamento será realizada em duas instâncias: uma em função da análise da estrutura argumentativa e outra em função da análise dos argumentos isoladamente, com mostra o esquema da figura abaixo.

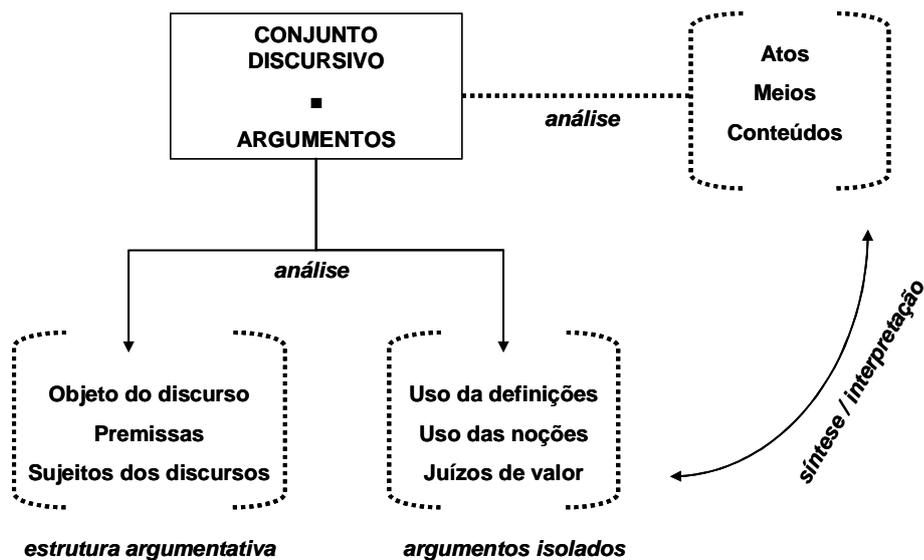


Figura 4- Estratégia para análise e síntese dos argumentos

Para a análise da estrutura argumentativa a primeira operação é a de identificação do objeto do discurso, a fim de se localizar e situar a argumentação, estabelecendo sobre o que se fala e em função de que se argumenta. Em seguida a identificação das premissas, como objetos de acordo da argumentação, onde se dá o seu ponto de partida: os fatos, as verdades e as presunções ou os valores, as hierarquias e os lugares do preferível. Por fim se procede à análise dos sujeitos dos discursos como pessoas argumentativas.

Quanto à análise dos argumentos isolados, dos seus esquemas, segundo Perelman (1996), o procedimento é o de separar articulações que são, na verdade, parte de um mesmo discurso e constituem-se num todo argumento, através de técnicas de dissociação, *a priori* e técnicas de ligação, *a posteriori*, como propõe Kosik (1988), com o propósito de entender o uso das definições, o uso das noções, e os juízos de valor.

A técnica de dissociação constitui-se na ruptura entre os discursos e entre os próprios elementos de um determinado discurso, com o objetivo de dissociar. A técnica de ligação se constitui na solidarização entre elementos distintos, ou seja, numa determinada estrutura argumentativa os discursos, mesmo que distintos, podem ser unificados por uma mesma lógica ou intenção.

As definições ou o uso que se faz delas podem ser entendidos como definições normativas, definições descritivas, definições de condensação e definições complexas. Segundo Perelman (1996), as definições normativas são as formas de utilização de uma palavra. As definições descritivas informam o sentido conferido a uma palavra, num determinado meio e momento. As definições de condensação indicam elementos essenciais da definição descritiva. As definições complexas se constituem na combinação das três anteriores. Estas definições podem ser entendidas como prescrições ou hipóteses empíricas que são lançadas pelo discurso.

O uso das noções apresenta-se como construção de teorias e interpretação do real. Este sentido depende dos contextos em que as noções são utilizadas. A mudança de sentido de uma noção está em função de seu deslocamento para um outro contexto, integrando-a numa outra estrutura de raciocínios.

Os valores como objetos de acordo, opiniões, são os que se colocam como aparentemente incontestáveis, associados a uma determinada conduta humana. Pode-se então caracterizar a ordem de valores presentes nos discursos do processo de tombamento, na medida em que procuram justificar a necessidade de preservação de uma paisagem de batalhas e no momento em que ajuízam um território, relacionando-o à história.

Assim é que se propõe analisar o processo de tombamento do Campo de Batalhas do Montes Guararapes, não como único caminho, mas como um caminho possível de investigação, dada a natureza do objeto de estudo - um “processo de tombamento” que se compreende com um “dossiê” que arregimenta um determinado juízo de valor – o valor histórico, mas que transcende seu sentido imediato, uma vez que se acredita estar subjacente a este julgamento a paisagem como uma dimensão de significância.

3.0 O CAMPO DE BATALHAS DOS MONTES GUARARAPES: UMA PAISAGEM

Ainda que a presente investigação se debruce sobre os discursos do processo de tombamento enquanto categoria de análise, importa conhecer a natureza do objeto que é o foco desses discursos, o “Campo de Batalhas”.

Associado a esse conhecimento, atrela-se a objetivação do “campo de batalhas” enquanto objeto memorial, por um lado, e enquanto paisagem por outro, em função da sua natureza “natural” e “cultural”, ligadas pela história - ou melhor, por um determinado fato histórico- uma batalha, conflito, guerra, etc.; que tenha marcado a história de uma região, de uma nação ou do mundo.

Ressalva-se desde já que diante da dificuldade em se obter aporte em bibliografia específica sobre o tema “campo de batalhas” no mundo, a pesquisa nesta parte se desenvolve de maneira mais exploratória, apoiando-se em bibliografia referente à arquitetura militar e pesquisando, em *sites* institucionais, “campos de batalhas” existentes em diversos países do mundo, com o intuito de observá-los como objetos de preservação *per se*.

Talvez esta dificuldade esteja em função de que, em geral, pelo menos no que tange ao Brasil, a preservação da arquitetura militar se restringe às estruturas fortificadas como monumentos isolados no território, uma vez que raramente são compreendidos como parte de um sistema fortificado, onde no interior destes poderiam ser admitidos os “campos de batalhas”.

Dessa forma, visando uma compreensão mais alargada do tema em questão, parte-se da discussão sobre a noção de “monumento” como base fundante da presente pesquisa, por meio do qual se discute o conceito de “memória” e se reflete sobre o termo “reminiscência”, que dialetizando com o termo paisagem, formam o título do presente documento.

Em seguida, ainda nesta parte, é quando se discute o “campo de batalhas”, alargando a compreensão para se apresentar o Campo das Batalhas dos Guararapes, contando o desenvolvimento de tais embates no contexto da “Insurreição Pernambucana”.

Finalizando esta parte, debate-se sobre a paisagem como objeto de preservação, apresentando e discutindo conceito e noções a ela pertinentes, dando assim o aporte necessário para a abordagem analítica e interpretativa do “processo de tombamento” do CBMG.

3.1 Monumento: memória e reminiscência

Segundo Le Goff (2003, *passim*), a origem da palavra monumento é latina, de raiz indo-européia (*men*), e exprime uma das funções essenciais do espírito (*mens*), derivando daí o termo memória (*memini*), “aquilo que traz à lembrança alguma coisa.” Assim compreende que “o *monumentum* é um sinal do passado. [...] é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação [...]”

Entretanto só há memória porque há esquecimento. Aliás, memória e esquecimento foram, na Grécia antiga, personificados por *Mnemosine*⁴ (representando a sabedoria e o conhecimento) e por *Lethe* (a morte). Na verdade o esquecimento aparece ao mesmo tempo como uma ameaça de morte à memória e como aquilo que lhe dá razão de existir.

Essa dicotomia, por sinal, também pode ser compreendida nas idéias antônimas de preservação/perda como atos. Idéias que, por outro lado, remetem à dicotomia antigo/novo, passado/presente, tradição/modernidade, dos quais se revestem os discursos pela preservação de bens culturais.

⁴ “Os gregos da época arcaica fizeram da memória uma deusa, Mnemosine. É a mãe das nove musas, que ela procriou no decurso de nove noites passadas com Zeus. Lembra aos homens a recordação de seus heróis e de seus altos feitos, preside a poesia lírica.” (LE GOFF, 2003:433)

Segundo Ulpiano de Meneses (apud FREIRE, 1997:127) a memória “é filha do presente, mas como seu objeto é a mudança, se lhe faltar o referencial do passado, o presente permanece incompreensível e o futuro escapa a qualquer projeto”.

Embora a noção se refira diretamente ao tempo passado é no presente que a noção se faz sentir, existindo no tempo relacional entre o ontem e o hoje. É dessa forma que o monumento, segundo Choay (2001:18), se efetiva sobre a memória, trabalhando-a pela mediação da afetividade, “[...] de forma que lembre o passado fazendo-o vibrar como se fosse presente.” É nesse sentido que “[...] chamar-se-á monumento tudo o que for edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer que outras gerações de pessoas rememorem acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças”, o que remete a dois sentidos usados na antiguidade romana: o monumento como uma obra comemorativa da arquitetura ou escultura ou um monumento funerário.

Quatremére de Quincy observa que, “aplicada às obras de arquitetura”, essa palavra “designa um edifício construído para eternizar a lembrança de coisas memoráveis, ou concebido, erguido ou disposto de modo que se torne um fator de embelezamento e de magnificência nas cidades” (apud ibidem:19).

Observa-se assim, claramente, que a noção de monumento está umbilicalmente associada à objetos construídos para rememorar algo, tendo no edifício arquitetônico sua expressão largamente utilizada com esse propósito.

Entretanto, segundo Choay (ibidem:20) observa-se que o papel do monumento associado à memória vai progressivamente perdendo sua importância nas sociedades ocidentais, chegando a se atribuir um valor arqueológico em detrimento de um valor memorial. Isso em razão da crescente importância do conceito de arte, nas sociedades ocidentais, a partir do Renascimento e no desenvolvimento, aperfeiçoamento e difusão das memórias artificiais.

É quando o conceito de “monumento” evolui então para o de “monumento histórico”⁵, esclarecendo Choay (2001) que, segundo Alois Riegl, o monumento é um *a priori*, desejado e criado para tal, enquanto que o monumento histórico nasce *a posteriori*, caracterizando-se assim noções que são oponíveis e em certo sentido antagônicas, afirmando que não é a sua destinação original que confere a essas obras a significação de monumentos; somos nós, sujeitos modernos, que a atribuímos. Assim entende o monumento como uma obra realizada pela mão humana e criada com o fim específico de manter vivos os destinos individuais na consciência das gerações futuras, através da manutenção da memória coletiva.

Por outro lado, segundo Freire (1997:94), o sentido de monumento também está relacionado, desde sua origem, à morte, uma vez que “[...] indo mais a fundo na origem do seu significado, observamos que o sentido etimológico do termo remete ainda a mausoléu, uma das analogias possíveis, segundo Valéry, a museu.”

Isso pode ser observado quando no final do século XIX e início do século XX, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, é erigido em vários países da Europa o Túmulo ao Soldado Desconhecido, como no Cemitério em Redipuglia, Itália (Figura 6), “[...] procurando ultrapassar os limites da memória, associada ao anonimato, proclamando sobre um cadáver sem nome a coesão da nação em torno da memória comum” (LE GOFF, 2003:460).

⁵ Segundo Choay (2001:28) a expressão “monumento histórico” só será encontrada nos dicionários franceses na segunda metade do século XIX. Mas antes, em 1790, por conta de L.A.Millin, “[...] no contexto da Revolução Francesa, elaboram-se o conceito de monumento histórico e os instrumentos de preservação (museus, inventários, tombamento, reutilização) a ele associados.” Em 1837, quando da criação na França da primeira comissão de Monumentos Históricos, “[...] as três grandes categorias de monumentos históricos eram constituídas pelos remanescentes da Antiguidade, os edifícios religiosos da idade média e alguns castelos.” (CHOAY, 2001:12).



Figura 5- Cemitério da Primeira Guerra Mundial. Redipuglia, Itália.

Fonte: Spirn (1998:21)

Este ato memorial trazendo à lembrança indivíduos que são admitidos como heróis que perderam suas vidas lutando pela defesa dos interesses de suas nações (ou pelo menos de quem à frente delas estava), também pode ser visto como um ato de rememoração ou evocação de um passado, que embora traga o peso de tantas mortes, atinge um sentido de glorificação.

Este ato intencionado de rememoração pode ser entendido pela noção “reminiscência” (*mamnesi*) que segundo Le Goff (2003:435) é a “faculdade de evocar voluntariamente o passado”. Também assim compreendida por Aristóteles em seu tratado *De Memoria et Reminiscentia*. Aristóteles, por sua vez, trata a memória e a reminiscência como fenômenos diferentes. A memória seria uma mera recordação do passado, enquanto que a reminiscência seria uma vontade de recordação, de lembrança ou evocação voluntária do passado. Para ele, a memória, como uma componente da alma, não se manifesta ao nível do intelecto, mas ao nível do sensível, assumindo assim um caráter laico.

Este entendimento nos é de muita valia para a análise dos discursos do processo de tombamento do CBMG, a fim de percebermos e refletirmos sobre os argumentos que construíram e idealizaram um “passado glorioso”, o da Insurreição Pernambucana.

De uma forma geral, para Freire (1997:120), os monumentos têm um significado mais amplo uma vez que “[...] são formas que condensam, de maneira inequívoca as categorias de

espaço e tempo como expressão de valores.” Dessa forma, podemos considerar, em acordo com Freire (1997:55), que “os monumentos são, [...] referências no espaço e no tempo. São ‘lugares de memória’”, uma vez que “tanto a história como a identidade são questões urbanas, materializadas no monumento que, em paralelo, estará intimamente associado à cidade.” (GASTAL, 2006:132).

Nesse sentido, vale evidenciar o pensamento de Halbwachs (2006: passim) em que “toda memória coletiva tem como suporte um grupo limitado no tempo e no espaço”, uma vez que “[...] não há memória coletiva que não aconteça em um contexto espacial”.

É então pela abordagem da “memória coletiva” enquanto construção social que a reflexão sobre a memória mais nos interessa.

Maurice Halbwachs autor da obra *Les Cadres Sociaux de la Mémoire*, de 1925 e *La Mémoire Collective*⁶ de 1949 se destaca como o principal estudioso das relações entre memória e história pública. Estuda os quadros sociais da memória enquanto realidade interpessoal das instituições sociais. No pensamento de Halbwachs “[...] o que rege, em última instância, a atividade mnêmica é a função social exercida aqui e agora pelo sujeito que lembra.” (BOSI, 1994:63)

Por sua vez, Henri Bergson⁷, em sua obra póstuma *Matière et Mémoire*, de 1939, trata da oposição entre perceber e lembrar, entre matéria e memória. A sua maior preocupação é compreender as relações entre a conservação do passado e sua articulação com o presente. Para ele “o passado conserva-se e, além de conservar-se, atua no presente, mas não de forma homogênea.” (apud ibidem, 1994:48)

Por outro lado, segundo Bosi (ibidem), para William Stern, em sua obra *Psicologia General*, de 1938, a memória tanto é conservação quanto elaboração do passado, estando entre o instinto, que se repete e a inteligência, que se inova.

Para Le Goff (2003:422) o estudo da memória social importa, fundamentalmente, na abordagem dos problemas do tempo e da história, uma vez que a memória está “ora em retraimento, ora em transbordamento.”

⁶ Obra póstuma de Maurice Halbwachs, filósofo e sociólogo francês nascido em 1877 e falecido em 1945.

⁷ William Stern (1859-1941).

Na abordagem que Le Goff (2003: 427 et. seq.) desenvolve, a memória coletiva se apresenta após o aparecimento e difusão da escrita nas sociedades, através da comemoração - como “[...] celebração através de um monumento comemorativo de um acontecimento memorável” e através do documento, como o suporte destinado à escrita, ressaltando-se que “[...] todo documento tem em si um caráter de monumento [...]” explicando que:

O documento não é inócuo. É, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. [...] O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas de impor ao futuro, voluntária ou involuntariamente - determinada imagem de si próprias. (ibidem:537 et. seq.).

É dessa forma que, segundo Le Goff (ibidem) o termo latino *documentum*, derivado de *docere*, ensinar, evoluiu para o significado de prova. E afirma-se essencialmente como um testemunho escrito, mas representando também o documento ilustrado, transmitido pelo som, a imagem, etc.

É assim que para Le Goff (ibidem) a memória coletiva funciona como o instrumento de um objeto de poder, na luta que se trava pela dominação da recordação e da tradição, enquanto manifestações da memória. E o documento funciona, neste sentido, com elemento onde se verificam tais tensões: “O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder.” (ibidem:535 et. seq.). E ainda, “[...] tendo em conta o fato de que todo o documento é ao mesmo tempo verdadeiro e falso, se trata de pôr à luz as condições de produção e de mostrar em que medida o documento é instrumento de um poder.” (ibidem:525)

A memória então é formulada segundo uma construção intencional e consciente, prestando-se a ser elemento de elaboração política, uma vez que, segundo Bosi (1994:453), na construção da memória política, “o sujeito não se contenta em narrar como testemunha histórica ‘neutra’. Ele quer também julgar, marcando bem o lado em que estava naquela altura da história, e reafirmando sua posição ou matizando-a.”

Essa percepção da memória política se materializa na cidade, nos seus monumentos, “[...] na memória de acontecimentos que permaneceram como pontos de demarcação em sua história.” (BOSI, 1994:419).

Nessa perspectiva a noção de patrimônio histórico urbano, segundo Choay (2001:180) é compreendida como o “[...] resultado de uma dialética da história e da historicidade que se processa em três figuras (ou abordagens) da cidade antiga”: a figura memorial, a figura histórica e a figura historial.

Pela figura memorial, que se repercute embasada em John Ruskin, a cidade antiga é considerada como um todo, desempenhando o papel memorial de monumento histórico. Observa-se que em sua obra *The Seven Lamps of Architecture* “[...] o monumento histórico funciona quase como um autêntico monumento intencional.” (apud ibidem:180 et. seq.)

Pela “figura histórica” compreende-se dois papéis fundamentais: o “papel propedêutico” (embasado na obra de Sitte, 1843-1903) e o “papel museal”, onde a cidade “[...] é concebida como um objeto raro, frágil, precioso para a arte e para a história e que, como as obras conservadas nos museus, deve ser colocada fora do circuito da vida (ibidem:191).

Por fim, a abordagem no que tange à figura historial aparece na obra teórica e prática de G. Giovannoni (1873- 1943), “[...] que atribui simultaneamente um valor de uso e um valor museal aos conjuntos urbanos antigos, integrando-os numa concepção geral da organização do território.” (ibidem:194).

Dessa forma, como objeto espacializado na cidade, o monumento foi pensado como a expressão de significância máxima na representação do patrimônio cultural, e assim discutido nos fóruns internacionais de salvaguarda do patrimônio, revelando-se o seu entendimento através das Cartas e Recomendações Internacionais.

Na Carta de Veneza, de 1964, em seu artigo primeiro, encontra-se expressa a noção de monumento: “A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada,

bem com o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico.” (CURY, 2004:92).

Por esta carta entende-se que o “monumento” é, essencialmente, a criação arquitetônica isolada, como a expressão mais tradicional, como também um sítio urbano ou rural, como testemunho de algum processo ou acontecimento histórico.

Por outro lado, nas Normas de Quito, de 1967, propõe-se um entendimento generalizante do termo ao considerar que “todo monumento nacional está destinado a cumprir uma função social.” (ibidem:107).

Por sua vez, a Carta de Florença⁸, de 1981, aparece como o primeiro documento a estender a categoria de monumento para os jardins históricos, como pode ser observado em seu artigo primeiro: “Art. 1º. Um jardim histórico é uma composição arquitetônica e vegetal que, do ponto de vista da história ou da arte, representa um interesse público. Como tal é considerado ‘monumento’.” (ibidem:253).

Esta idéia se apresenta como inovadora, por ampliar a expressão monumental para um jardim, se revela pelo fato de ser compreendido como obra de arte, como factura do gênio humano.

Curiosamente, a Convenção sobre a Salvaguarda do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, de 1972, compreende os monumentos como categoria de preservação, tendo como possíveis representantes as “[...] obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura e elementos ou estruturas arqueológicas (inscrições, cavernas e grupos de elementos), estendendo a compreensão de monumento para os bens considerados como patrimônio natural: as formações físicas e biológicas; as formações geológicas e fisiográficas e os sítios naturais.

Assim se compreende o monumento espacializado na cidade, uma vez que segundo Freire (1997:58) “como terreno de fantasias, projeções inconscientes e lembranças, a cidade abriga

⁸ Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – ICOMOS. Comitê Internacional de Jardins e Sítios Históricos – ICOMOS/IFLA. Florença, Maio de 1981

monumentos, que são visíveis ou invisíveis e que se situam além do dado empírico.” (FREIRE, 1997:58)

3.2 A paisagem como objeto de preservação

Na etimologia da palavra “paisagem”, e em sua polissemia conceitual, pode-se, na verdade, encontrar várias definições, não se constituindo em conceito universal, uma vez que esta noção está em razão de um sistema de crenças e valores culturalmente determinados.

Por outro lado, segundo Castro (2002), se reportando à Holzer e à Carl Sauer, a noção de paisagem, na verdade é mais antiga como raiz germânica do que latina, onde “*Landschaft* se refere a uma associação entre sítio e os seus habitantes, numa relação morfológica e cultural. Quando transmutada em *landscape* atinge o sentido de formatar (*land shape*), numa associação entre aspectos físicos e culturais.

Segundo Geertz (2001:203-204) a noção de paisagem, provinda de sua raiz latina, desloca-se de um sentido literal, “[...] aquilo que está em frente ou diante da visão [...]”, de generalizações como “[...] terreno ou pedaço de terra de extensão indefinida; região, distrito [...]” para uma definição mais abrangente, como um “[...] território ou área de uma nação em geral, [...] que se distingue ainda pela raça, língua, instituições ou lembranças históricas” (grifo nosso).

Destaque-se, desde então, para a relação que se configura entre história e paisagem, mediada pelo fenômeno da lembrança, como ato de rememorar ou de evocar uma extensão territorial que identifica uma nação.

Por sua vez Berque (1997) aprofunda ainda mais a origem da paisagem como noção, inferindo que a mesma se cristalizou historicamente na China, no início do século V, em torno do termo *shanshui*, formada pelos termos *shan* (monte) y *shui* (água). Ainda que a conjunção desses termos não signifique a própria paisagem (*sabanshui*), expressa, na verdade, “o que existe na

paisagem”. Entretanto, o seu descobrimento se deu nos poetas e pintores, exaltando-se o aspecto de natureza, muito mais em função de uma filosofia e ética existentes (o taoísmo) do que propriamente de uma negação do aspecto cultural. Xie Lingyun é considerado então o primeiro poeta paisagista, que inventou a paisagem como objeto de apreciação estética, expressando que “[...] a beleza do *shanshui* reside menos nela mesma que no prazer de encontrá-la bela.”

De uma forma geral, o conceito de paisagem encontra um princípio básico, válido no entendimento do conceito a partir de vários teóricos: a de que está diretamente relacionada à experiência da visão. Nesse sentido, para Yázigi (2002:12) a “paisagem significava mais um modo de ver do que de agir”⁹ e para Cauquelin (2007) a paisagem é um conjunto de valores ordenados em uma visão.

Já segundo Milton Santos (apud MENESES 2002:30), o conceito de paisagem novamente relaciona-se com o passado, agora não como simples lembrança, mas como herança: “a paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre o homem e a natureza. O espaço são essas formas, mais a vida que as anima”.

Diante de tais definições, cabe reconhecer, de acordo com Pinto-Correia *et al.* (2001) que há uma realidade multifacetada da paisagem, onde se percebe tanto uma componente objetiva (os fatores bióticos e abióticos) quanto uma componente subjetiva. Cada uma dessas abordagens é tratada de forma diferente no âmbito de uma variedade de disciplinas que trabalham com esse conceito. Como observado por Spirn (1998), para um ecologista a paisagem pode ser uma propriedade a ser controlada, para um agente imobiliário a uma mercadoria a ser explorada, para um arquiteto um sítio para construir, para um planejador uma zona de recreação, residencial, comercial ou de transporte, ou preservação da natureza¹⁰.

⁹ YÁZIGI, Eduardo. *A importância da Paisagem*. pp.11-27. In YÁZIGI, 2002).

¹⁰ Tradução nossa do texto original: “To an ecologist, landscape may be property to regulate, to a developer, a commodity to exploit, to an architect, a site to built on, to a planner, a zone for recreation or residence or commerce or transportation, or nature preservation.”

Entretanto, inegavelmente é na geografia que o conceito de paisagem tem sido sistematicamente trabalhado e produzido, se constituindo num conceito-chave. É o geógrafo Carl Sauer que contribui com o desenvolvimento do conceito de paisagem, dentro dessa disciplina, a partir de seu trabalho *The Morphology of Landscape*, de 1925.

Segundo Ribeiro (2007) a abordagem de Sauer sobre a paisagem era eminentemente material, restringindo-se aos aspectos do visível, excluindo-se os fatos não materiais da atividade humana. Embora reconhecesse a existência das dimensões estéticas e subjetivas da paisagem, Sauer não as admitia como de interesse científico.

Em contraposição, Meneses (2002:32) acredita que “[...] considerá-la [a paisagem] antes de mais nada como objeto (portanto um dado, um a priori) é ainda permanecer num horizonte restrito, que não seria suficiente para dar conta de todas as dimensões do fenômeno.”

Neste contexto a dimensão simbólica da paisagem é trabalhada pelos teóricos David Lowenthal e Yu Fu Tuan, onde concebem a paisagem a partir do conceito de “lugar”, remetendo a uma sensação de pertencimento, de apego do ser humano a determinado espaço, mais coerente com a proposição do termo “topofilia”, desenvolvido por Yu Fu Tuan (1980), traduzido como o “amor ao lugar”.

Numa outra linha e abordagem, Ribeiro (op. cit.), destaca a obra de James Duncan, *The City as a Text* (1990), que apresenta um trabalho fortemente vinculado à hermenêutica e fortemente influenciado pelo trabalho de Clifford Geertz. Nessa mesma direção, a paisagem para Spirn (2005:15) se assemelha a uma estrutura gramatical, uma vez que “[...] contains the equivalent of words and parts of speech – patterns of shape, structure, material, formation and function”, propondo que “a paisagem se constituiu num dos primeiros textos humanos, lidos antes mesmo da invenção de outros signos e símbolos”.¹¹

Em outra vertente do pensamento, desenvolvido no que se poderia caracterizar como escola francesa, e fora do âmbito dos trabalhos da geografia cultural, o geógrafo francês Agustín

¹¹ Tradução nossa do trecho em língua inglesa: “Landscapes were the first human texts, read before the invention of other signs and symbols.”

Berque oferece uma importante contribuição para o entendimento do funcionamento da simbologia da paisagem, que se opõe aos estudos morfológicos ou psicológicos da paisagem.

Para ele a “[...] paisagem não se reduz ao mundo visual dado em nossa volta. Ela é sempre especificada de qualquer forma pela subjetividade do observador. Subjetividade que é mais que um simples ponto de vista ótico.” (RIBEIRO, 2007:30). Berque (1995) então compreende que:

“A paisagem não é um objeto. Para compreendê-la, não basta saber como se agenciam morfológicamente os componentes do ambiente, nem como funciona a fisiologia da percepção – dito de outra forma, aquilo que deriva do objeto, incluindo o corpo humano como tal considerado -; é preciso também conhecer as determinações culturais, sociais e históricas da percepção – isto é, aquilo que constrói a subjetividade humana (apud MENESES, 2002:32)

Mesmo diante da evolução conceitual da noção de paisagem, fica evidente que ainda há muito por explorar teoricamente, principalmente em função da dinâmica dos valores culturais, que a todo momento nos obrigam a repensar conceitos e idéias. A dificuldade em se trabalhar com o conceito de paisagem, a princípio de grande subjetividade, nos coloca frente ao desafio de entender a paisagem, na contemporaneidade, como prática cultural, procurando, segundo Meneses (ibidem:33 et. seq.), “identificar seus efeitos e o alcance dessa prática no interior da sociedade”.

É por meio do aspecto cultural impresso nas paisagens que a noção tem sido trabalhada no âmbito dos debates internacionais pela preservação patrimonial, considerando-a como uma categoria de preservação.

Para essa compreensão, trilha-se o caminho das Cartas e Recomendações internacionais, enquanto documentos editados a partir da década de 1930, tratando da salvaguarda de bens culturais.

Especificamente nos interessa observar a adoção da paisagem como conceito e como categoria de preservação, a fim de montarmos um panorama para a apreensão da adoção do conceito de paisagem cultural, desenvolvida pela Unesco e adotada recentemente pelo IPHAN, no Brasil. Importa verificar como o conceito de paisagem foi ampliado no âmbito dessas

discussões, mais particularmente no tocante às Recomendações e Cartas Patrimoniais internacionais, observando-se o seu alcance e limitações conceituais.

Em princípio pode-se expor que a paisagem é tema que se iniciou tangenciando o foco dos debates pela preservação do patrimônio construído, por assim dizer, centrado no objeto arquitetônico.

A abordagem do assunto se inicia na Carta de Atenas, de 1931, observando Ribeiro (2007) que esta apontava preocupações quanto aos aspectos de visibilidade dos monumentos e de sua vizinhança, como pode ser observado no trecho: “Em certos conjuntos, algumas perspectivas particularmente pitorescas devem ser preservadas. Deve-se também estudar as plantações e ornamentos vegetais convenientes a determinados conjuntos de monumentos para lhes conservar o caráter antigo”.

A Convenção de Washington de 1949, que por sua vez propõe a paisagem como foco do debate, quando expõe a preocupação em proteger a fauna, a flora e as belezas naturais dos países da América, e em especial as paisagens de beleza rara, na observação de Ribeiro (2007) evidencia uma visão ainda de paisagem relacionada unilateralmente ao conceito de beleza.

Na Recomendação Relativa à Salvaguarda da Beleza e do Caráter das Paisagens Conferência Geral da Unesco (12^a.sessão), realizada em Paris, em 1962, destaca-se:

Considerando [...] por sua beleza e caráter, a salvaguarda das paisagens e dos sítios definidos pela presente recomendação é necessária à vida do homem, para quem constituem um poderoso regenerador físico, moral e espiritual e por contribuir amplamente para a vida artística e cultural dos povos, como o demonstram inúmeros exemplos universalmente conhecidos. (CURY, 2004:82)

Nas Normas de Quito, de 1967, no tocante às “considerações gerais” nota-se o direcionamento da preservação das paisagens exclusivamente àquelas que são fruto do agenciamento humano, excluindo-se a paisagem em sua condição natural.

Os lugares pitorescos e outras belezas naturais, objeto de defesa e proteção por parte do Estado, não são propriamente monumentos nacionais. A marca histórica ou artística do homem é essencial para imprimir a uma paisagem ou a um recinto determinando essa categoria. (CURY, 2004:106).

Ainda no mesmo ano, na Recomendação de Nairóbi, de 1967, relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos entende-se por “ambiência” dos conjuntos históricos ou tradicionais, “[...] o quadro natural ou construído que influi na percepção estática ou dinâmica desses conjuntos, ou a eles se vincula de maneira imediata no espaço, ou por laços sociais, econômicos ou culturais.” (CURY, 2004:220). Esta visão se apresenta mais ampliada no momento em que propõe que cada conjunto histórico ou tradicional e sua ambiência seja considerado em sua globalidade, “como um todo coerente”.

Na Convenção para o Patrimônio Cultural e Natural de 1972, em Paris, organizada pela Unesco, reconhecia-se que os bens candidatos ao título de patrimônio mundial poderiam ser inscritos em duas categorias: como patrimônio natural e como patrimônio cultural, a partir de critérios específicos. Mas como bem observa Ribeiro (2007) essa lógica bipartida denota uma fragilidade conceitual no entendimento dos bens culturais, uma vez que separa de forma antagônica, os sítios culturais da preocupação com a preservação da natureza.

A Carta de Florença¹², de 1981, com o objetivo da preservação dos jardins históricos, em complementação à Carta de Veneza, define em seu artigo 8º: “Um sítio histórico é uma paisagem definida, evocadora de um fato memorável: lugar de um acontecimento histórico maior, origem de um mito ilustre ou de um combate épico, assunto de um quadro célebre.” (op. cit.:254)

Do inicialmente exposto observa-se a imprecisão da definição do termo paisagem e a dificuldade de operacionalização de sua identificação, uma vez que os esforços empreendidos não conseguiram, de fato, tornar o entendimento mais palpável e a operacionalização mais objetiva.

Só mais recentemente, desenvolve-se o conceito de paisagem cultural como categoria de preservação, através da Convenção do Patrimônio Mundial de 1992, estabelecida a partir do

¹² CARTA DE FLORENÇA. Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – ICOMOS - Comitê Internacional de Jardins e Sítios Históricos – ICOMOS/IFLA. Florença, Maio de 1981.

aparecimento da ecologia política e do desenvolvimento sustentável, como resposta à dicotomia imposta pelos critérios existentes, até então, para inscrição dos bens naturais ou culturais.

A inscrição do conceito de paisagem cultural foi estabelecida a partir de sua inserção nos critérios estabelecidos para os bens culturais, definindo-se um subgrupo que consiste em três tipos de paisagens culturais: paisagens claramente definidas; paisagem evoluída organicamente (paisagem relíquia ou fóssil ou paisagem contínua) e paisagem cultural associativa.

Entende-se como “paisagens claramente definidas” as que são fruto de uma tradição do paisagismo e da arquitetura da paisagem, criadas intencionalmente, como os jardins e os parques. Como “paisagem evoluída organicamente” aquela onde se percebe uma perspectiva evolucionista e histórica, como resultado de um imperativo social, econômico, administrativo e (ou) religioso, que teve sua forma atual desenvolvida pela associação com o meio natural. Por fim, como “paisagem cultural associativa” àquela em que se valorizam as associações culturais com o meio natural, sem a evidência material da cultura. Podem ser entidades físicas ou mentais, incluindo aspecto imaterial.¹³

A referida Convenção da UNESCO de 1992 considera ainda que, para um sítio ser tombado como uma “paisagem cultural” ele precisa atender a pelo menos um dos critérios, além de atender ao critério de autenticidade, válido para todos os bens culturais.

Desenvolvendo o conceito acima, a Recomendação n° 9¹⁴, “Sobre a Conservação Integrada das Áreas de Paisagens Culturais como Integrantes das Políticas Paisagísticas”, de 1995, entende a paisagem cultural a partir da própria definição do termo, em seu artigo 1:

Paisagem- expressão formal dos numerosos relacionamentos existentes em determinado período entre o indivíduo ou uma sociedade e um território topograficamente definido, cuja aparência é resultado de ação ou cuidados especiais, de fatores naturais e humanos e de uma combinação de ambos. (CURY, 2004:331).

¹³ PAISAGEM CULTURAL E PATRIMÔNIO NO CONTEXTO INTERNACIONAL. Caderno de Estudos do PEP- Programa de Especialização em Patrimônio- IPHAN, p.28.

¹⁴ Recomendação n. R (95) 9. Sobre a conservação integrada das áreas de paisagens culturais como integrantes da políticas paisagísticas. Adotada pelo comitê de ministros em 11 de setembro de 1995, por ocasião do 543º Encontro de Vice-Ministros. Conselho da Europa – Comitê de Ministros

E entende especificamente como áreas de paisagens culturais:

[...] partes específicas, topograficamente delimitadas da paisagem, formadas por várias combinações de agenciamentos naturais e humanos, que ilustram a evolução da sociedade humana, seu estabelecimento e seu caráter através do tempo e do espaço e quanto de valores reconhecidos têm adquirido social e culturalmente em diferentes níveis territoriais, graças à presença de remanescentes físicos que refletem o uso e as tradições particulares, ou representação em obras literárias ou artísticas, ou pelo fato de ali haverem ocorrido fatos históricos. (CURY, 2004:332)

Na Carta de Cracóvia¹⁵, evidencia-se a visão de paisagem cultural intencionada pela Unesco, quando afirma-se “los paisajes como patrimonio cultural son el resultado y el reflejo de una interacción prolongada a través de diferentes sociedades entre el hombre, la naturaleza y el medio ambiente físico. Son el testimonio de la relación del desarrollo de comunidades, individuos y su medio ambiente”.

Ainda carecendo de maior precisão e aprofundamento, o conceito da paisagem cultural é retomado em 2005, pela Convenção Européia, desejosa de uma política unificada para o continente europeu. Nesta, todas as paisagens são abrangidas, mesmo aquelas que não atendem ao critério de excepcionalidade da Unesco:

O conceito de paisagem para a Convenção se estabelece como uma parte do território, resultante de fatores naturais e ou humanos e de suas inter-relações”, na medida em que ela “[...] forma um todo no qual os elementos naturais e culturais são considerados simultaneamente.

O conceito de paisagem cultural adotado pela Unesco foi, na verdade, absorvido da geografia, que antes do que qualquer outra disciplina, passou a trabalhar a paisagem em seu cerne, adotando de Sauer (1925) a idéia inicial assim expressa: “A paisagem cultural é modelada a partir de uma paisagem natural por um grupo cultural. A cultura é o agente, a área natural é o meio, a paisagem cultural o resultado”. (SAUER, 1925).

¹⁵ Versión española del Instituto Español de Arquitectura (Universidad de Valladolid), Javier Rivera Blanco y Salvador Pérez Arroyo. Miembros del Comité Científico de la “Conferencia Internacional Cracovia 2000”.

Desta maneira, poder-se-ia considerar como paisagens culturais todas as manifestações da natureza, consideradas frente à intervenção humana. Na atual conjuntura, o conceito parece ter encontrado uma condição ainda mais abrangente, como podemos observar na assertiva de Meneses (in YÁZIGI, 2002:34) quando cita Mitchell:

Mitchell (1994) propõe um duplo papel geral da paisagem como meio cultural, no campo da ideologia: ‘ela naturaliza a construção cultural e social, representando um mundo artificial como se fosse simplesmente dado e inevitável; e também torna operacional essa representação, ao interpelar seu detentor numa relação mais ou menos determinada com seu caráter de coisa dada como vista e lugar (*sight and site*)’. A paisagem, que dessa forma serve de ponte entre o mundo humano e o não humano, não é apenas uma cena natural, nem mesmo apenas a representação dessa cena, mas uma ‘representação natural de uma cena natural, um traço ou ícone da natureza na própria natureza.

Delphim (2006, 1) avança um pouco, ao considerar que “todas as paisagens, desde que transformadas, representadas ou simplesmente pela forma como são percebidas pelo homem, têm significado cultural”.

A leitura da paisagem cultural é muito mais ampla do que se supõe. [...] não se limita à leitura do homem e de suas marcas sobre um mundo natural incessantemente sujeito às transformações que ele lhe imprime [...], exige a percepção das formas como a paisagem atua sobre suas atividades, uma relação mútua que influi, condiciona ou determina condições biológicas e de todas as manifestações de cultura

Meneses (*in op. cit.*:37) reforça este caráter de dinamismo da paisagem, que é construída e submetida a constantes processos de transformação ao longo do tempo:

Mais do que um palimpsesto (as escritas superpostas que são freqüentemente encontradas nos manuscritos sobre pergaminho), a paisagem, na expressão do historiador Fernand Braudel (1986-87) é como nossa pele, condenada a conservar cicatrizes de feridas antigas.

No Brasil, mais recentemente em 2007, a paisagem cultural foi oficialmente adotada como conceito pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional- IPHAN, tentando acompanhar as orientações prescritas pela Unesco no debate internacional. Isso se deu na cidade de Bagé, em agosto de 2007, por ocasião do lançamento dos Roteiros da Imigração de São Francisco do Sul, onde foi redigida a Carta de Bagé ou Carta da Paisagem Cultural.

Na Carta de Bagé, ou Carta da Paisagem Cultural, em seu artigo 2º define-se:

A paisagem cultural é o meio natural ao qual o ser humano imprimiu as marcas de suas ações e formas de expressão, resultando em uma soma de todas os testemunhos resultantes da interação do homem com a natureza e, reciprocamente, da natureza com homem, passíveis de leituras espaciais e temporais;

E em seu artigo 10º compreende:

A paisagem cultural inclui, dentre outros, sítios de valor histórico, pré-histórico, étnico, geológico, paleontológico, científico, artístico, literário, mítico, esotérico, legendário, industrial, simbólico, pareidólico, turístico, econômico, religioso, de migração e de fronteira, bem como áreas contíguas, envoltórias ou associadas a um meio urbano.

Mais recentemente, em novembro de 2007, o tema foi abordado novamente na Conferência Regional "Paisagens Históricas Urbanas nas Américas", realizada pela UNESCO, em colaboração com o IPHAN, na cidade de Olinda, Pernambuco.

Dessa forma admite-se que a “paisagem” pode ser lida como em permanente processo de construção, dinamizada tanto pela transformação física do espaço natural quanto pela permanência ou mudança de significados ao longo do tempo, no que podemos conceber, segundo Meneses (2002), por “historicidade da paisagem”.

3.3 Campos de batalhas

Inicia-se por tentar compreender os campos de batalhas enquanto locais que serviram de palco para representativas batalhas registradas na historiografia. Batalhas que se deram não por um mero acaso, mas sim em função de uma determinada lógica bélica e estratégia militar empreendidas, muitas vezes, no entorno das fortificações, redutos e sistemas fortificados.

Registra-se antes de mais nada que, Segundo Donato (1987:10), militarmente considerando, as expressões batalha, combate, choque, confronto, etc. contam situações diferentes. Assim, o termo “batalha” se traduz, citando o dicionário *Lello*, como “uma peleja quase sempre decisiva entre dois poderosos exércitos, executadas com várias evoluções em que se manifesta o talento do general, a inteligência na arte da guerra dos oficiais que se movem às suas ordens, e o valor e a disciplina de suas tropas”.

Nessa direção, quando Mori (2003:13) afirma que “até meados do século XX, a arquitetura militar oferecia um poderoso invólucro de proteção contra os projéteis de artilharia que cruzavam os espaços vazios entre forças antagônicas, num campo de batalhas¹⁶”, compreende-se, numa inversão lógica da oração, que o autor concebe o campo de batalhas como um espaço “entre”, que se situa em meio às “forças antagônicas”.

Para tanto, em função dessa relação que se esboça entre campos de batalhas e arquitetura militar apresenta-se de forma sumária um panorama da história dessa arquitetura, observando os territórios que os contêm como “espaços de batalhas” e, assim considerados, tecer algumas relações entre a arquitetura militar enquanto espaço construído e a paisagem que a constitui.

Num primeiro momento observa-se na história, que a tática e a estratégia militar, ao longo dos tempos, sofreu mudanças muito grandes em função do avanço do poderio bélico, gerando transformações substanciais na arquitetura militar, a ponto de praticamente esta não ser mais perceptível no contexto da paisagem. Mas estas transformações só podem ser compreendidas a partir do conhecimento da evolução histórica da artilharia, para o qual se buscou apoio em Mori (*ibidem*).

De acordo com a periodização que Mori (*ibidem*) estabelece para a história da artilharia, entende-se que o primeiro período foi o da Neurobalística ou da artilharia mecânica, seguido do período da Pirobalística ou da artilharia de fogo, que “[...] exigia uma nova arquitetura militar, alongada e de pouca altura: a ‘cortina horizontal’”. (*ibidem*:22). Este período é ainda subdividido

¹⁶ (Grifo nosso).

em: da artilharia experimental; da artilharia de alma lisa e da artilharia raiada. Tendo por fim o terceiro período, denominado de o “Período dos Mísseis”.

Com a evolução tecnológica e o aumento do poderio bélico e seu conseqüente poder destrutivo, observa-se que os antigos sistemas fortificados foram sendo abandonados. Para Mori (2003:29), o marco desse momento é “o fracasso da ‘Linha Maginot’ em 1940, o surgimento dos foguetes V-2 e a explosão da bomba atômica, em Hiroshima em 1945 [...]”, encerrando, segundo este autor, “o capítulo da história das fortificações.”

Atinente mais especificamente às estruturas fortificadas existentes na América, Carlos Lemos (*in ibidem*), por sua vez, propõe outra periodização, especificamente em relação à história da arquitetura militar, das fortificações, relativa aos mecanismos de defesa do território, dividida em quatro etapas.

A primeira etapa abrange dos primeiros anos de 1500 até o ataque holandês, que compreende o período de tomada de conhecimento do território somado ao período de dominação espanhola sobre Portugal- de 1580 a 1640. No Brasil representam este período: a Fortaleza de Santo Amaro da Barra Grande – Santos/SP; o Forte da Bertioiga – Santos/SP; o Forte do Picão, Recife/PE; a Fortaleza dos Reis Magos, Natal/RN

A segunda etapa corresponde ao período de permanência dos holandeses no litoral de Pernambuco- entre 1630 a 1654, quando o sistema defensivo se apresentava articulado e com vários redutos, onde se observa a transformação da tradicional fortaleza abaluartada, configurando um complexo sistema de defesa territorial, onde as “as formas distribuíam-se numa seqüência de cortes e aterros, partes enterradas e outras semi-aflorantes, com distribuição da praça-forte, configurando uma cortina rasante, quase se confundindo visualmente com o perfil horizontal do terreno.” (MORI, 2003:26). No Brasil são representantes deste período: o Forte de Santo Antônio da Barra, Salvador/BA; o Forte de Nossa Senhora de Monserrat, Salvador/BA; a Fortaleza de Santa Cruz de Itamaracá (antigo Forte Orange), Itamaracá/PE; e a Fortaleza de Santa Catarina de Cabedelo, Cabedelo/PB.

Este período particularmente nos importa, por ter sido nele o evento das Batalhas dos Guararapes, no contexto de sistema fortificado e de desenvolvimento urbano existente em meados do século XVII em Pernambuco, mais especificamente em Recife e Olinda, como abaixo ilustrado (Figura 7).

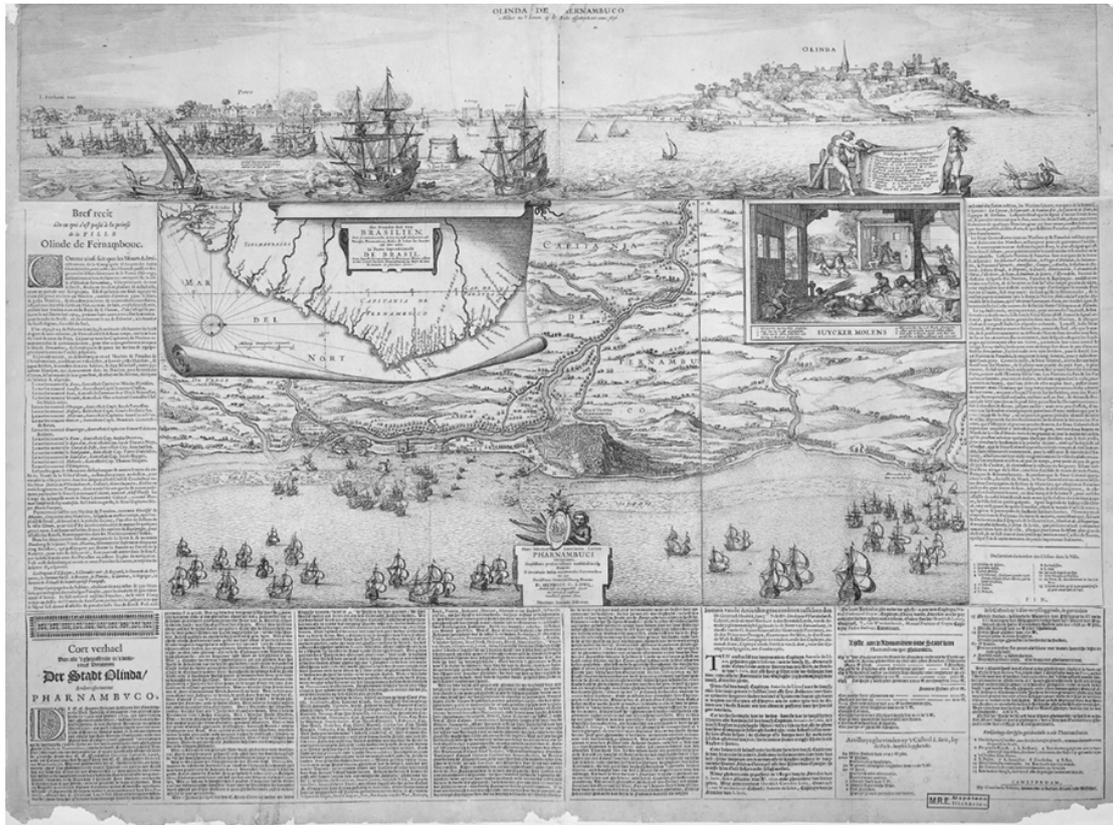


Figura 6- Estampa Olinda e Recife – 1630 (imagem editada pelo autor).

"DE STADT OLINDA DE PHARNAMBUCO, VEROVERT BY DEN E. GENERAEL HENDRICK C. LONCK, Anno 1630/OLINDA DE PHERNAMBUCO/Aldus na't Leven op de Rede afgeteyckent anno 1630".

autor: Claes Jansz Visscher.

Fonte: REIS-FILHO, 2001.

Da comparação entre os dois períodos acima citados, em relação às diferentes lógicas militares, Mori (2003:64) constata que “de uma forma geral os portugueses privilegiaram as elevações do terreno na instalação de suas fortificações e os holandeses, ao contrário, davam prioridade à planície.”

Pode-se revelar com isso que as diferentes culturas caracterizaram também formas de apropriação e defesa dos territórios distintos, influenciando talvez na própria sistemática dos

combates, como bem explica Pinto (1949) em seu artigo “A Guerra, Expressão de Realidades Culturais”, onde estuda o ambiente militar, focalizando os meios materiais e os aspectos culturais.

Esta percepção poderá se melhor observada quando da apresentação do desenrolar das Batalhas dos Guararapes, explicando-se a desenvoltura dos exércitos luso-brasileiro e holandês na movimentação de suas tropas pelos Montes Guararapes, observando que a morfologia da paisagem teve um papel de destaque nesses eventos.

A terceira etapa corresponde aos últimos anos do século XVII até fins do século XVIII, configurado pelos planos de fortificações da área contra os franceses, ingleses e holandeses, interessados pelas margens ao longo do Rio Amazonas. No Brasil são representantes deste período: o Portal do Forte Príncipe da Beira/RO; a Planta da Fortaleza de Nossa Senhora de Nazaré, Tocantis/PA.

A quarta etapa corresponde ao período em que os espanhóis da Argentina tentaram ocupar o litoral sul de Cananéia, quando no século XIX o sistema fortificado abaluartado tornou-se obsoleto, pelo alcance quilométrico dos projéteis e em função da precisão dos disparos e do grande poder de destruição. No Brasil representam este período: a Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim, Florianópolis /SC; Fortaleza de Jesus Maria José/RS.

Esta quarta etapa viria então a modificar fisicamente a estrutura fortificada, uma vez que o poderio bélico associado às novas táticas de combate, fizeram com que as novas fortalezas fossem projetadas em subterrâneos, “camufladas na paisagem” (MORI, 2003:28).

É quando então, segundo Mori (ibidem:28) “a arquitetura militar perdeu definitivamente seu caráter simbólico de domínio e presença do poder na paisagem ao se ocultar e proteger nos relevos naturais”.

Compreende-se assim que atrelado diretamente às estruturas fortificadas estavam os seus territórios de combate, podendo ser também compreendidos como campos de batalhas, suporte das “guerras contato”, em que os limites do território e o conhecimento de sua geomorfologia eram elementos imprescindíveis para os que pretendessem lograr êxito.

Percebe-se então a relação entre a tecnologia bélica e a forma de organização e implantação dos sistemas fortificados no território, gerando meios de utilização e apropriação dos recursos naturais específicos, como componentes de uma determinada estratégia militar.

Observa-se então que os cenários de guerras do século XXI nos distanciam dos campos de batalhas que foram palco dos conflitos pela dominação das colônias, como aconteceu no Brasil no século XVII, que por sua vez já são diferentes dos ocorridos no século XIX na América do Norte, representativos da Guerra de Secessão ou ainda os campos de Batalhas na Europa, representativos dos conflitos responsáveis pela consolidação dos Estados-Nacionais.

Isso uma vez que cada um desses territórios se relaciona a uma determinada lógica de combate, a uma tática e estratégia específicas, configurando agenciamentos diferenciados em relação ao sistema fortificado, constituindo assim campos de batalhas específicos, que traduzem os eventos épicos os quais representam.

Nessa ótica, os feitos nacionalistas de diversos países do mundo são contados a partir de seus “campos de batalhas”, caracterizando-se hoje como locais de memória, como monumentos que referenciam a liberdade de suas nações do jugo dos “inimigos” invasores ou contam a história de conflitos civis que foram determinantes para a formação de suas nacionalidades.

Nos Estados Unidos listam-se mais de três mil e quatrocentos conflitos e batalhas associadas com a história militar do país, seja como palco da Guerra Civil Americana acontecida entre 1861-1865, onde mais de dez mil batalhas foram travadas entre os estados da Virginia ao Colorado, da Flórida até Minnesota; as guerras entre índios americanos e europeus, a guerra pela independência americana em 1812 ou até mesmo a luta pela democracia americana durante a Segunda Guerra Mundial (1941-1945) travada, em parte, em território americano nas ilhas do Pacífico e Alasca.¹⁷

¹⁷ http://www.nps.gov/history/nr/publications/bulletins/nrb40/nrb40_1.htm.

Destes, 384 campos de batalhas foram considerados como de grande significância e influência no curso da história norte-americana, embora cerca de setenta por cento tenham sido destruídos de alguma forma, restando apenas quinze por cento efetivamente preservados.¹⁸

Desde a criação, em 1890, do primeiro Parque Nacional Militar, composto por vinte nove campos de batalhas e numerosas fortificações, cemitérios nacionais também foram preservados pelo governo federal norte-americano.

Do total de 236 campos de batalhas listados, 62 são do período colonial, entre 1564 e 1783. Trinta e cinco por cento de todos os campos de batalhas registrados são representantes do período da Guerra Civil- entre 1866 a 1900. Só no *National Park System*, são cinco campos de batalhas associados com as guerras do período colonial, três associados com Guerra de 1812, sete campos de batalhas associados com as Guerras Índias e 56 associados com a Guerra Civil Americana¹⁹, a exemplo dos campos de batalhas do Arkansas (figura 8) e de Antietam (figura 9).



Figura 7- Campo de Batalhas do Arkansas, Pea Ridge.

Fonte: <http://www.nps.gov>. Acesso em 14.02.2008. Imagem original em cores.

¹⁸ Civil War Preservation Trust. History under Siege. 2008

¹⁹ Fonte: http://www.nps.gov/history/nr/publications/bulletins/nrb40/nrb40_1.htm



Figura 8- Campo de Batalhas de Antietam²⁰

Foto: Michael Melford

Fonte: <http://www.nps.gov> . Acesso em 14.02.2008. Imagem original em cores.

O *National Park System* conta com três categorias ou grupos de espaços que rememoram conflitos acontecidos em território norte-americano, assim denominados: *National Military Parks* (em número de nove)²¹, *National Battlefield Parks* (em número de três)²² e *National Battlefields* (em número de onze)²³.

²⁰ Antietam Battlefield é considerado um dos mais bem preservados campos de batalhas dos Estados Unidos.

Fonte: <http://www.flickr.com/photos/cwpt/2310099297/in/set-72157604099118187/>

²¹ O Chickamauga and Chattanooga National Military Park foram os primeiros parques nacionais em honra aos soldados da guerra civil americana, que lutaram pelo controle de Chattanooga em 1863. Seguem o Fredericksburg and Spotsylvania County Battlefields Memorial National Military Park (um dos maiores parques militares do mundo); o Gettysburg National Military Park (1863); o Guilford Courthouse National Military Park (1781); o Horseshoe Bend National Military Park (1814), o Kings Mountain National Military Park (1780), o Pea Ridge National Military Park (Guerra civil de 1862), o Shiloh National Military Park (1862) e o Vicksburg National Military (palco da mais decisiva batalha da Guerra Civil, em 1863).

Fonte: <http://usparks.about.com/blparktypes-nb.htm>

Acessado em 14.02.2008

²² National Battlefield Parks: Kennesaw Mountain National Battlefield Park, Manassas National Battlefield Park, e Richmond National Battlefield Park. Fonte: <http://usparks.about.com/blparktypes-nb.htm>

Acessado em 14.02.2008

²³ Antietam National Battlefield, Big Hole National Battlefield, Cowpens National Battlefield, Fort Donelson National Battlefield, Fort Necessity National Battlefield, Monocacy National Battlefield, Moores Creek National Battlefield, Petersburg National Battlefield, Stones River National Battlefield, Tupelo National Battlefield, e Wilson's Creek National Battlefield.

Fonte: <http://usparks.about.com/blparktypes-nb.htm>

Acessado em 14.02.2008

Um dos mais expressivos campos de batalhas norte-americanos é o *Gettysburg National Military Park*, como local onde ocorreram conflitos da Guerra Civil Americana (figura 10).



Figura 9- Pintura da Batalha de Gettysburg, *Gettysburg Cyclorama*, por Paul Dominique - Philippoteaux (1884).

Fonte: <http://www.nps.gov/gett/>. Acesso em 14.02.2008. Imagem original em cores.

One of the most important purposes of Gettysburg National Military Park is to preserve the topographic, landscape and cultural features that were significant to the outcome of the Battle of Gettysburg. That is the primary reason that Congress created this park in 1895.

Este campo de batalhas começou a ser preservado imediatamente após a batalha de 1863, tornando-se um parque de propriedade do governo federal em 1895. Desde 1933 é administrado pelo *National Park Service (NPS)*.

Observa-se, porém, que após 1863 este campo de batalhas sofreu alterações em sua vegetação, removidas pelo homem durante anos ou acrescentadas pela própria natureza, constituindo áreas de grande densidade vegetal, com a inclusão de espécies não nativas.

Visando a salvaguarda deste espaço, em 1999 foi aprovado o plano de gestão *Gettysburg National Military Park General Management Plan /Environmental Impact Statement (GMP/EIS)*,

estabelecendo metas para restaurar as condições naturais e culturais do local das batalhas de 1863.²⁴

Documento institucional intitulado *Civil War Preservation Trust- History under Siege* que promove a causa da preservação de campos de batalhas nos Estados Unidos, evidencia a preocupação de preservação dos campos de batalhas com a questão:

*What is the value of land
that thousands of men
paid for with their lives?*

We believe it to be priceless!

*What is the value of land
that thousands of men
Thirty acres of Civil War
battlefield land are
destroyed every day.*

Denuncia-se assim a destruição diária de campos de batalhas nos Estados Unidos- locais que são parte do patrimônio nacional, “cenários onde soldados americanos perderam as suas vidas”, chamados por Abraham Lincoln como “hallowed grounds”, que pode ser traduzido como “campos santificados”.

Ainda no continente Americano, o Canadá através da *Commission des Champs de Bataille Nationaux (CCBN)*, converteu em 1908, para marcar o tricentenário da fundação de Québec, o Campo de Batalhas Históricas do Quebec no primeiro parque histórico nacional do país, constituindo-se num parque urbano²⁵ (figura 11). Este local foi cenário de batalhas acontecidas em 1759 e 1760, conhecidas como a Batalha das Planícies de Abrão. Caracterizou-se pelo confronto entre Exército e Marinha Britânicos contra o Exército Francês, em platô localizado próximo aos muros da cidade de Quebec, que influenciaria mais tarde na criação do Canadá. Culminou com a vitória britânica, comandada pelo general James Wolfe, num combate que durou

²⁴ Fonte: <http://www.nps.gov/gett/>. Acesso em 14.02.2008

²⁵ http://www.pch.gc.ca/pc-ch/ac-os/ccbn-nbc_f.cfm

menos de uma hora contra as tropas francesas, sob o comando do Marquês de Montcalm, ao final de um cerco à cidade que já durava três meses.²⁶

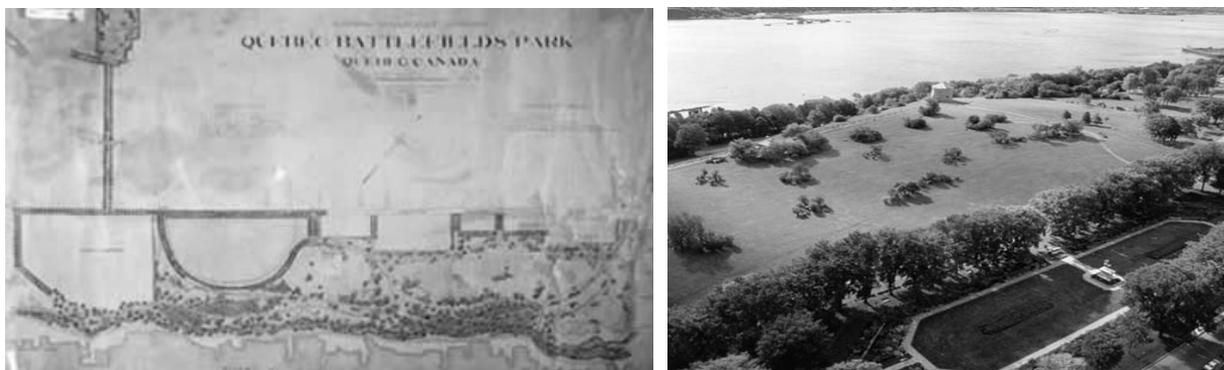


Figura 10- Parque Histórico de Quebec

Fonte: http://www.pch.gc.ca/pc-ch/ac-os/ccbn-nbc_f.cfm

Na Europa, diversos outros campos de batalhas representam cenários de guerras em diferentes eventos históricos. No Reino Unido encontram-se campos de batalhas representativos de civilizações que dominaram o continente como os Célticos e Romanos; Bretões, Saxões e Vikings; com representantes do período Medieval; ou de eventos históricos específicos com a Guerra das Rosas e Guerras Civis.

Na Inglaterra são vinte e nove estados que possuem campos de batalhas preservados, a exemplo de *Maldon* (*Essex*, 991), *Edgehill* (*Warwickshire*, 1642), *Northampton* (*Northamptonshire*, 1460), exemplificados nas figuras 12, 13 e 14.



Figura 11- Campo de Batalhas de Eddeghill-1642 (Warwickshire).

G Foard, 2003.

Fonte: <http://www.battlefieldstrust.com>

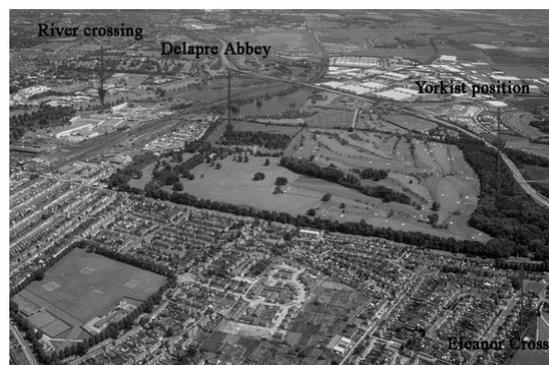


Figura 12- Campo de Batalhas de Northampton – 1460 (Northamptonshire)

G Foard, 1995.

²⁶ http://pt.wikipedia.org/wiki/Batalha_das_Plan%C3%ADcies_de_Abra%C3%A3o



Figura 13- Campo de Batalhas de Maldon, 991. (Essex)

G Foard, 2003.

<http://www.battlefieldstrust.com>

Na Escócia outros onze lugares possuem campos de batalhas preservados, a exemplo dos campos de batalhas medievais de *Stirling Bridge*, 1297 (figura 15) e de *Lewes*, 1264 (figura 16).



**Figura 14- Campo de Batalhas de *Stirling Bridge*- 1297.
(*Stirling*)**

<http://www.battlefieldstrust.com>



**Figura 15- Campo de Batalhas de *Lewes*- 1264
(*Lewes/Southover*)**

G Foard, 2003.

<http://www.battlefieldstrust.com>

Ao total foram registrados mais de quinhentos campos de batalhas históricas no Reino Unido pelo trabalho desenvolvido pela *English Heritage- The Register of Historic Battlefields*,

inventariando campos de batalhas que contam a história desde antes da ocupação romana até o século XVIII.²⁷

Observa-se, porém, que no Reino Unido existem dificuldades de salvaguardar destas paisagens, visto que muitos campos de batalhas ainda são utilizados como locais de extração mineral, de propriedades particulares, dificultando ações efetivas de preservação.

Em Portugal, recente trabalho iniciada no ano de 2001 pela Fundação Batalha de Aljubarrota (FBA), realiza grande esforço na preservação da memória de momentos histórico fundamentais para a compreensão da nacionalidade lusa, na busca pela valorização de parte do patrimônio cultural português associado aos principais campos de batalhas existentes no país.

São seis campos de batalhas associados à Guerra da Independência (1383 a 1432) e à Guerra da Restauração (1640 a 1668), que são consideradas como decisivas para a compreensão da formação e consolidação de Portugal independente: campos de batalha de Atoleiros (1384), Trancoso (1385), Aljubarrota (1385), Linhas de Elvas (1659), Ameixial (1663) e Montes Claros (1665).

Um dos principais campos de batalhas é o de Aljubarrota (figura 17), que remete à batalha ocorrida em 14 de agosto de 1385 entre tropas portuguesas, comandadas por D. João I de Portugal e o exército castelhano de D. Juan I de Castela. Esta batalha ocorreu no campo de São Jorge (figura 18), nas proximidades da vila de Aljubarrota, entre Leiria e Alcobaça, culminando com a vitória dos portugueses sobre os castelhanos, contribuindo para a consolidação de D. João I como rei de Portugal.²⁸

²⁷ The Battlefield Trust. <http://www.battlefieldstrust.com/> Acesso em 22.04.2008.

²⁸ http://pt.wikipedia.org/wiki/Batalha_de_Aljubarrota

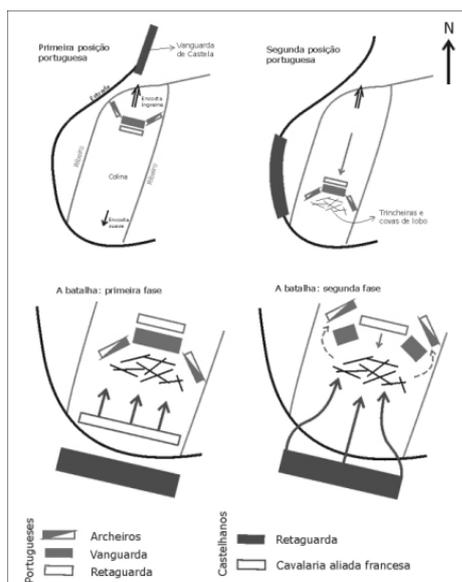


Figura 16- Diagrama da Batalha de Aljubarrota. Muriel Gottrop.
<http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:>

Figura 17- Cidade de Aljubarrota. Google Earth
<http://www.pbase.com/diasdosreis/aljubarrota>

A Fundação da Batalha de Aljubarrota objetiva promover a preservação destes campos de batalhas incorporando-se à rede europeia de campos de batalhas, em parceria com a Inglaterra, França, Polónia, Alemanha, Suécia e Bélgica.²⁹

Conclui-se pelo exposto que os campos de batalhas como objetos de preservação são, em geral, caracterizados por amplos territórios predominantemente vegetados, inscritos na história como palco de conflitos entre povos e nações, que se apresentam como imprescindíveis para a compreensão da identidade de vários países. Paisagens onde foram tecidos os rumos de muitas das histórias dos povos.

Assim, observa-se que os campos de batalhas tem sido objeto de preservação em várias partes do mundo, objetivando revelar, em geral, momentos da história dos seus países associados ao estabelecimento de uma unidade nacional, de seus processo de independência e consolidação política enquanto nação.

²⁹ http://dn.sapo.pt/2005/07/14/artes/rede_europeia_batalhas.html

Fator que tem dificultado a salvaguarda desses espaços é a sua extensão territorial, associada aos trabalhos de extrativismo mineral, especialmente na Europa, e ao fato de que a maioria desses espaços é propriedade de particulares, impedindo trabalhos específicos de restauração e mesmo de visitação de pessoas.

Têm sido realizadas sistemáticas pesquisas de inventário, a exemplo do que vem desenvolvendo a Fundação da Batalha de Aljubarrota com os campos de batalhas portuguesas e o *English Heritage* com os campos de batalhas do Reino Unido, na tentativa de registrar as paisagens onde se deram algumas das mais importantes batalhas da história.

No Brasil, não diferentemente de outros países, a história revela que uma série de locais também serviram como suporte de conflitos, batalhas, confrontos, marcando períodos da história política nacional. Em seu dicionário “Dos Conflitos com Indígenas às Guerrilhas Políticas Urbanas” Donato (1987), relaciona cronologicamente uma série de conflitos em todo o território nacional. Destaca-se aqui alguns desses eventos ocorridos em Pernambuco, registrados desde o século XVI: em 1532, quando os franceses aportaram em Itamaracá; de 1630 a 1654, referente ao período de ocupação holandesa, onde se desenvolveram uma série de batalhas, incluindo as Batalhas dos Guararapes como as mais importantes; passando pelo período de 1710 a 1714 marcado pela Guerra dos Mascates; em 1852 o Levante dos Marimbondos ou de Pau-d’Álho; chegando ao século XX com a Campanha contra o Cangaço (estendida também aos estados de Alagoas, Paraíba, Sergipe, Rio Grande do Norte e Bahia).

Entretanto, diferentemente de uma prática cada vez mais sistemática no tocante ao reconhecimento de campos de batalhas ou locais de conflitos de interesse nacional, não se observa no Brasil uma atenção maior para com o tema, fato que talvez esteja relacionado também às dificuldades já encontradas na Europa e América do Norte, em preservar grandes extensões territoriais, mas que por outro lado também se revela em função de não se compreender os campos de batalhas como paisagens e talvez mais profundamente como monumentos nacionais.

3.4 O Campo das Batalhas dos Guararapes

Guararapes significa no idioma dos índios estrondo e o ruído que as águas das chuvas fazem quando se despenham para esses montes, assemelhando-se ao estrondo que se faz, uma catarata, quando as águas se precipitam, induziu os índios a dar-lhes este nome.

Padre Lino do Monte Carmello Luna³⁰

No sentido de caracterizar de forma breve o CMBG, parte-se de seu momento de inscrição na história de Pernambuco e do Brasil, por ocasião das Batalhas conhecidas na historiografia como “Insurreição Pernambucana” e mostra-se em panorama geral o contexto atual.

Localizado no município de Jaboatão dos Guararapes-PE (ver figura 19), região metropolitana de Recife, o CMBG dos Montes Guararapes guarda a história das lutas travadas por luso-brasileiros contra holandeses durante a primeira metade do século XVII, por ocasião da Insurreição Pernambucana, nas duas últimas batalhas, que aconteceram respectivamente em 19 de abril de 1648 e em 19 de fevereiro de 1649, mais precisamente.

³⁰ *In*: Revista do Instituto Archeológico e Geográfico de Pernambuco. N.13. Recife: Typographia do Jornal do Recife. Out. 1866. pp. 253-289.

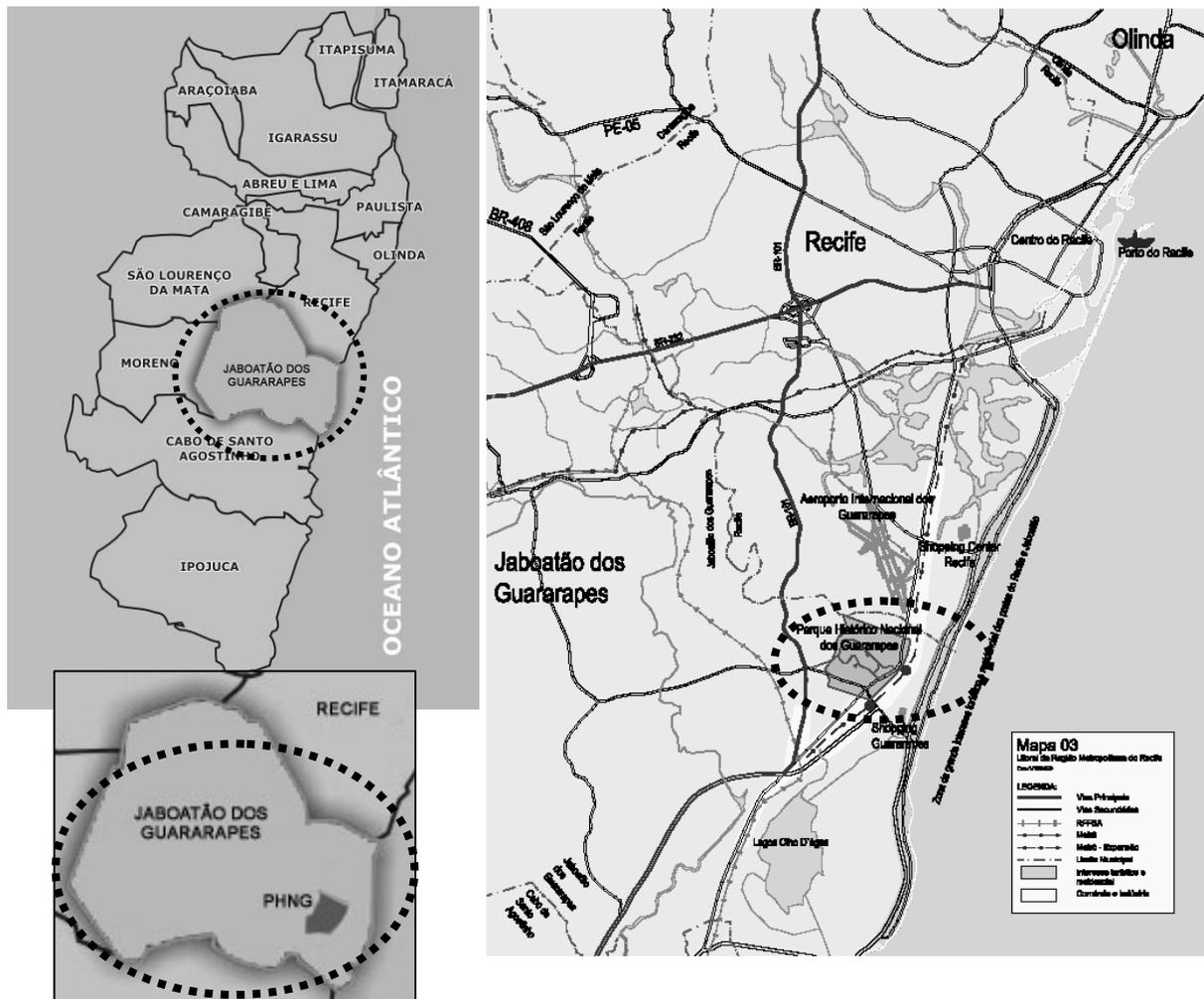


Figura 18 - Mapas de Localização dos Montes Guararapes/ PHNG

Fontes: 1-Fonte: <http://www.pig.com.br/> Edição IPHAN/5ª.SR/PHNG e Plano Diretor PHNG/2002.

Com a vitória luso-brasileira, abriu-se caminho para a rendição definitiva dos invasores holandeses e sua saída do Brasil em 1654, após assinatura da rendição na Campina do Taborda, em 26 de janeiro de 1654, pondo fim a 30 anos de guerra contra a Holanda.

Com base nas descrições feitas por Diogo Lopes Santiago, na época da Batalhas e pelo Padre Lino do Monte Carmelo, compreende-se os Montes Guararapes caracterizados morfologicamente pela conformação de três elevações naturais que formam duas grotas ou vales denominados hoje de Córrego da Batalha e Córrego do Balaio (ver figura 20). É o local onde se referenciam historicamente as duas grandes batalhas da Insurreição Pernambucana, evocados como expressa Frederico Pernambucano de Mello:

Queremos evocar um conjunto de três montes de perfis variados, guardando em comum a pobreza do solo, feito de barro e areia, e uma vegetação geralmente baixa e rala, com poucas árvores a pontilhar o manto verde que se estendia por sobre as ondulações, numa alternância de picos e grotas que as enxurradas do inverno só faziam acentuar. O encaixe estreito dos relevos faz que os espaços planos entre estes se mostrem quase nulos, embora ricos, outrora, em árvores de porte avantajado, numa exuberância vegetal que se estendia pelas campinas em volta, interrompidas, aqui e ali, pelo verde mais escuro dos alagados, o verde dos mangues que todos conhecemos tão bem no litoral do Nordeste.³¹



Figura 19- Imagem de satélite dos Montes Guararapes.

Fonte: *Google Earth*. Acesso em 26.01.2006. Edição do autor.

O primeiro monte, antigamente chamado de Barreiras, se conforma mais ao norte, e é hoje conhecido por Morro do Telégrafo, em virtude de ter em 1817, sido instalado sinal de comunicação. O segundo monte, denominado Oitizeiro (em virtude dos oitis existentes) se desenvolve do nascente para o poente, descendo sua encosta para o Engenho Guararapes. O terceiro monte, que se volta para o nascente e possui forma de ferradura, fica próximo à estrada que segue para a Vila do Cabo, tendo no alto a Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres.

³¹ MELLO, Frederico Pernambucano. Três Montes de Perfis Variados. *Jornal do Comercio - Recife*, 20 de abril de 1998. Fonte: <http://www.arteducacao.pro.br/contexto/guararapes.htm>

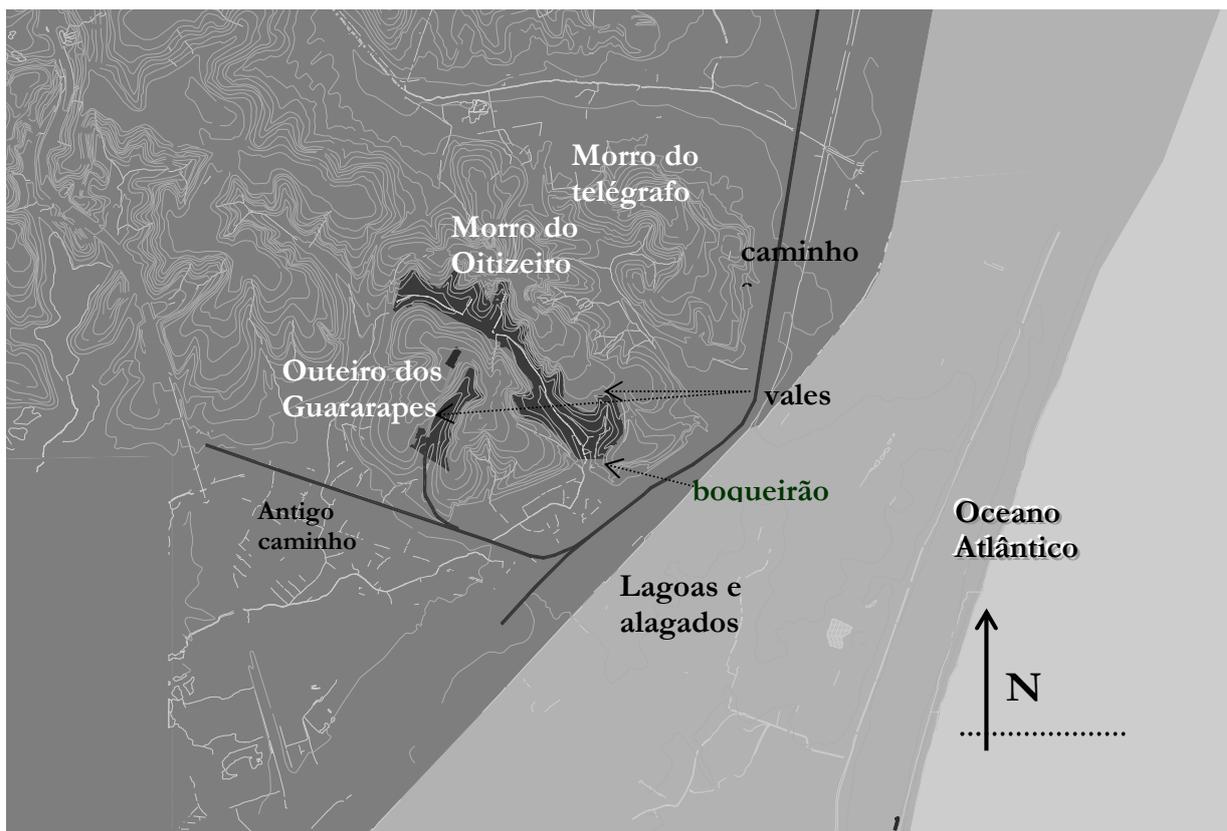


Figura 20- Mapa interpretativo dos Montes Guararapes

Fonte: IPHAN/5ª.SR/PHNG.

As Batalhas dos Guararapes figuram na historiografia brasileira, com o marco da rendição e expulsão definitiva dos holandeses do Brasil, pondo um fim a 24 anos de dominação batava no território nacional, mais especificamente em território pernambucano, de 1630 a 1654.

Segundo Andrade (1998)³² o período de ocupação holandesa em Pernambuco pode ser dividido em três fases: a da conquista (1630/37), a da administração (1637/42) e a da insurreição (1642/54).

As Batalhas dos Guararapes se inscrevem, mais especificamente, na fase da Insurreição que, segundo Andrade (ibidem), teve início após a saída do Conde Maurício de Nassau, quando se passou a cobrar pesadas dívidas à população, gerando grande insatisfação, vindo a deflagrar o que se denominaria por "guerra da liberdade divina".

³² Andrade, Manuel Correia. A Batalha em seu Contexto Histórico. Jornal do Comercio - Recife, 20 de abril de 1998.
Fonte: <http://www.arteducacao.pro.br/contexto/guararapes.htm>

Descreve-se assim, inicialmente, a configuração que se apreende do local histórico que fora palco da Restauração Pernambucana. Mas esta descrição, desprovida do contexto histórico de interesse, pouco revela de sua significância e interesse patrimonial.

Para tanto, segue-se com uma síntese da história que pontua as duas Batalhas dos Guararapes, ocorridas em 1648 e 1649.

3.4.1. A História das Batalhas dos Guararapes

Montes Guararapes, palco duas vezes dos embates que mais de perto decidiram a Unidade Territorial do Brasil, encontram-se com há trezentos anos; nem o tempo nem o ecúmeno, informam a sua autenticidade topográfica: guardam em si, o testemunho irrecorrível da suprema afirmação entre culturas: “a batalha”. (Tem Cel. Lauro Alves Pinto in Revista do Arquivo Público Estadual de Pernambuco, 1949 apud BENTO, 1971:19).

A fase da insurreição foi pontuada por diversos combates em território pernambucano, entre os luso-brasileiros e holandeses. Especificamente as batalhas dos Guararapes não se entendem como eventos isolados no território, mas a partir de uma série de movimentos ou deslocamentos de tropas, segundo suas características e lógicas de combate, que articula pontos diversos da cidade do Recife e região metropolitana, conforme se observa no mapa abaixo (figura 21), que explica a “marcha para as batalhas”.

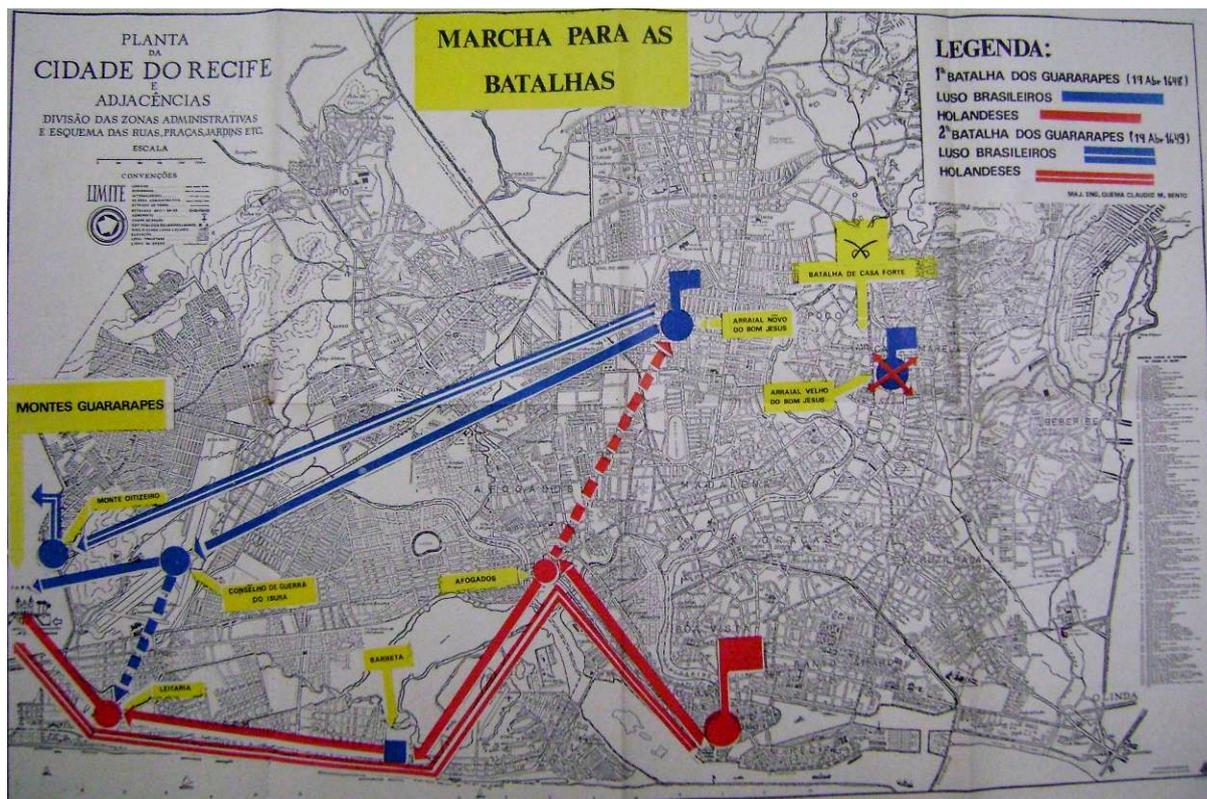


Figura 21- Mapa “Marcha para as Batalhas”.

Fonte: Bento, 1971.

Compreende-se pelo mapa que em azul está representado o movimento do exército luso-brasileiro e em vermelho o movimento do exército holandês. A linha azul e vermelha contínua referem-se aos deslocamentos de tropas no contexto da 1ª Batalha dos Guararapes. A linha dupla em azul e vermelha refere-se aos deslocamentos das tropas no contexto da 2ª Batalha dos Guararapes.

No desenho acima se pode ler que o sentido dos deslocamentos dos luso-brasileiros se fazia sempre partindo do Arraial Novo do Bom Jesus, passando pelo Ibura (onde se encontrava o Conselho de Guerra luso-brasileiro) em direção aos Montes Guararapes, enquanto que os holandeses firmados no Recife deslocavam-se passando por Afogados, Barreta e Leitaria (atual Boa Viagem) até chegar aos Montes Guararapes. Nota-se ainda a relação com outros locais de conflitos no contexto do período da Insurreição Pernambucana, Casa Forte e Arraial Velho do Bom Jesus.

Observa-se, no Recife, um cenário que antecede às batalhas da Insurreição Pernambucana, caracterizado por fortificações, redutos, estâncias e engenhos, etc. onde os holandeses ocupam no Recife a estreita faixa de terras, entre os rios e o mar e os luso-brasileiros ocupam a extensa várzea ao norte, algumas estâncias e o Arraial Novo do Bom Jesus. Este panorama é explicado no mapa abaixo (figura 22), onde Junior (1949) apresenta a situação dos beligerantes no ano de 1648.

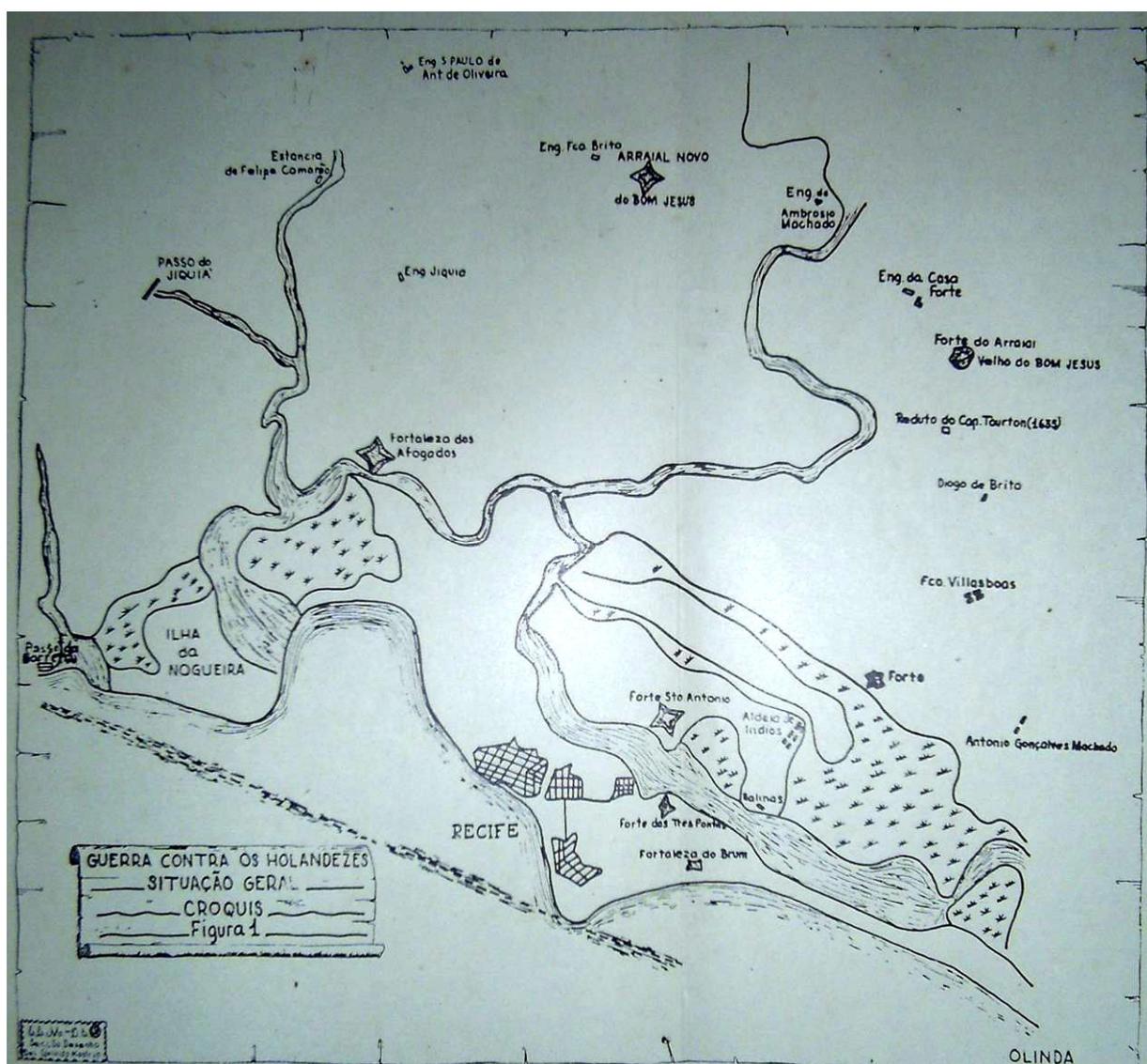


Figura 22- Mapa da situação do Recife em 1648- fortificações, redutos, estâncias e engenhos.
Fonte: Junior (1949)

Segundo Andrade (1998) a primeira batalha da fase da insurreição “[...] travou-se no Monte das Tabocas, sob o comando do sargento-mor Antônio Dias Cardoso, próximo à Vitória

de Santo Antão, onde os luso-brasileiros, a 3 de agosto de 1645, venceram o exército holandês, apesar da superioridade numérica”. “Batalha que abriu a campanha militar pela Restauração” (BENTO, 1971:29).

Após esse primeiro embate se sucederam as vitórias dos luso-brasileiros contra os batavos no engenho Casa Forte, de propriedade de D. Ana Paes, “[...] cuja casa os holandeses haviam transformado em fortaleza”.

Ao longo do tempo a situação de batalhas foi se definindo em favor dos luso-brasileiros, chegando a ilha de Itamaracá a ser conquistada aos holandeses restando a estes apenas o controle do Forte de Orange.

Segundo Bento (ibidem) após essas batalhas seguem-se as derrotas holandesas no Cabo, Serinhaém, Pontal e Nazareth.

Com a presença do General Francisco Barreto de Menezes, destinado pela corte portuguesa para assumir o comando dos insurrectos, começou-se a fechar definitivamente o cerco contra os holandeses. Iniciava-se, assim, em 1645 o propriamente dito período da Insurreição Pernambucana, como explicado por José Antônio Gonsalves de Mello³³.

A vitória nas duas batalhas -- das Tabocas e da Casa Forte -- deu a certeza aos restauradores, no início da campanha militar, que lhes era possível vencer o poderio flamengo, que os tinha esmagado pelas armas na primeira fase da guerra e durante o governo do Conde de Nassau. Deu ainda à coroa portuguesa indicação da firmeza e resolução com que os moradores tinham 'aclamado a liberdade' contra a dominação holandesa

No esboço (figura 23) de Bento (ibidem), referenciam-se os pontos principais do relato das Batalhas dos Guararapes. As cotas mais altas (pintadas do laranja ao marrom e vermelho) correspondem ao Monte do Telégrafo, Monte do Oitizeiro e Monte Guararapes (também denominado de Outeiro, as elevações gêmeas em forma de ferradura). As cotas mais baixas (pintadas do amarelo ao azul) representam as áreas de restinga e alagados situados ao sul e sudeste.

³³ SILVA, Leonardo Dantas. Pernambuco, 1645. Quando Tudo Começou. (p.11)



Figura 23- Esboço do Campo de Batalhas dos Montes Guararapes. (BENTO, 1971).

Os batavos, sob o comando do general Von Schkoppe, ao perceberem que seu destino estava ameaçado, resolveram romper o cerco que sofriam no Recife. Com a chegada de reforço de tropa holandesa dirigiram-se para o sul, em direção à Muribeca, na tentativa de conquistar o interior. Decisão esta que culminaria com a deflagração da primeira Batalha dos Guararapes.

Segundo Andrade³⁴ (1998), o general das tropas luso-brasileiras, Barreto de Menezes, quando informado do deslocamento das tropas holandesas, se dirigiu aos Montes Guararapes para impedir o avanço das tropas inimigas:

[...] no sábado, à tarde, e pelas 10 horas da noite se acabaram de situar em troços, em uma baixa e planície que está ao pé do último monte, que vulgarmente chamam Outeiro”, distante três léguas do Arraial Novo e uma légua da Muribeca. Restava ao inimigo uma passagem de pouco mais de cem passos de largo, cerca de cem metros, entre o monte e um terreno alagadiço que o contornava. Estacionava assim os luso-brasileiros, escondidos entre a

³⁴ ANDRADE, Manuel Correia. *A Batalha em seu contexto histórico*. Jornal do Comercio - Recife, 20 de abril de 1998. Fonte: <http://www.arteducacao.pro.br/contexto/guararapes.htm>

vegetação e o manguezal, “em sítio acomodado, não só para reprimir o ímpeto do inimigo, mas ainda para destruí-lo.”³⁵

Ao perceber a posição de desvantagem em relação aos holandeses, que ocupavam o alto dos montes, a campina e a planície junto ao Boqueirão, o General Barreto de Menezes mandou investir contra o exército batavo, demandando ao posto de vanguarda o “mestre de campo” Fernandes Vieira com seu terço e “para dar nos lados do inimigo” os terços do capitão-mor Filipe Camarão e de Henrique Dias.

Bento (1971), interpretando os relatórios de Von Schkoppe, Van der Branden e Barreto de Menezes, assim descreve a sucessão de movimentos da primeira batalha dos Guararapes em sete esboços que explicam o desenrolar do conflito.

Para a leitura dos esboços esclarece-se, anteriormente, que em vermelho está representado o exército holandês e em azul o exército luso-brasileiro. As setas, nas suas respectivas cores, correspondem aos movimentos dos exércitos no desenrolar das batalhas.

No esboço nº 1 (figura 24) observa-se a “vanguarda” holandesa ocupando o Monte do Telégrafo e o “corpo de batalha” ocupando a baixada ao longo da estrada, estando a “retaguarda” ainda um pouco distante. Enquanto isso os luso-brasileiros estão com seu dispositivo escondido na linha Alagados-Boqueirão-Monte Oitizeiro.

³⁵ SILVA, Leonardo Dantas. Pernambuco, 1645. Quando Tudo Começou. (p.19)



Figura 24- Esboço 1/1ª. Batalha: Desdobramento holandês no Monte do Telégrafo. (BENTO, 1971). (Intervenção gráfica nossa- nomes dos Montes).

No esboço nº 2 (figura 25) observa-se que Barreto de Menezes faz pequeno grupamento avançar contra os holandeses saindo do Boqueirão, tentando provocar uma emboscada. Alguns holandeses investem no ataque, arrependendo-se em seguida em função das dificuldades em combater nos alagados. As setas em vermelho indicam o ataque de tropas holandesas pela direita e outro grupamento pela esquerda, dissociada do restante.

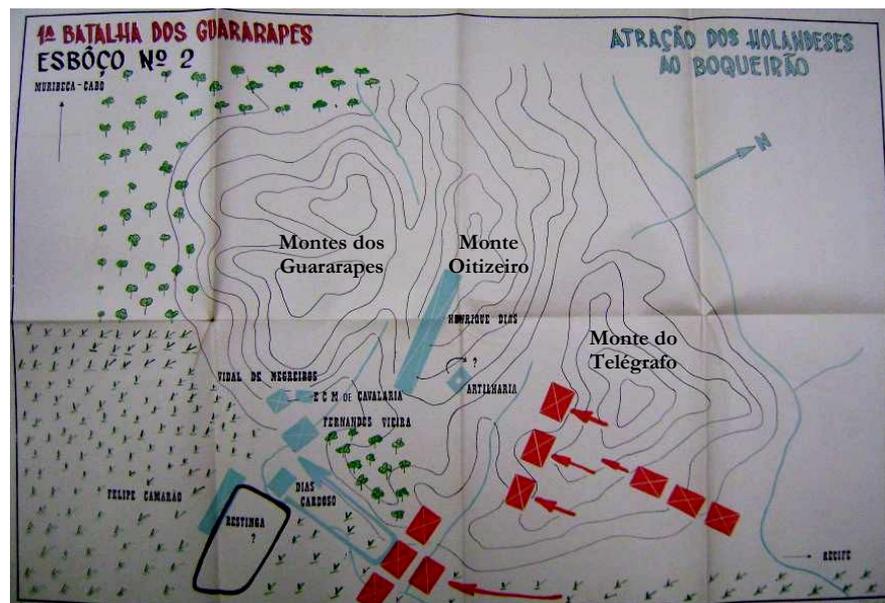


Figura 25- Esboço 2/1ª. Batalha: Atração dos Holandeses ao Boqueirão. (BENTO, 1971). (Intervenção gráfica nossa- nomes dos Montes).

Nos esboços n.º 3 e 4 (figuras 26 e 27) observam-se os movimentos de relativos o ataque geral ordenado por Barreto de Menezes, combatendo os dois agrupamentos holandeses dissociados, na escarpa do Monte do Oitizeiro e nos alagados e restinga próximo ao Boqueirão. Os luso-brasileiros, no regimento de Fernandes Vieira atacam no Boqueirão. O Regimento de Felipe Camarão ataca cobrindo o flanco direito através dos alagados. O regimento de Henrique Dias fixa o inimigo no Monte do Oitizeiro. Com essa formação é ordenado o ataque geral a espada na estreita faixa do interior do Boqueirão, promovendo grande confusão e a desordem no exército holandês.

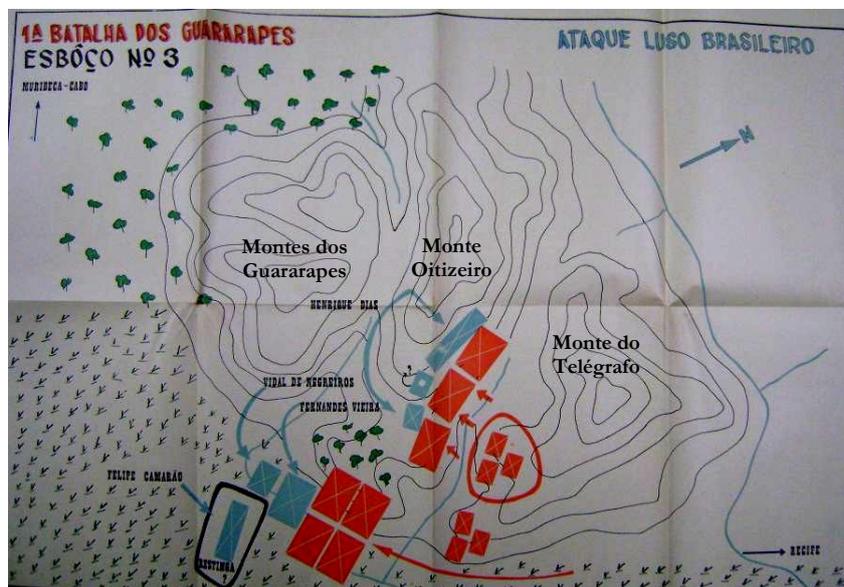


Figura 26- Esboços 3/1ª. Batalha: Ataque Luso-Brasileiro. (BENTO, 1971).



Figura 27- Esboços 4/1ª. Batalha: Ataque Luso-Brasileiro. (BENTO, 1971).

No esboço nº 5 (figura 28) observa-se o deslocamento de grupamento holandês saindo do Monte do Telégrafo passando pelo Monte do Oitizeiro em direção ao Monte Guararapes na tentativa de atacar pelos flancos regimento de Henrique Dias. Enquanto isso outro grupamento do mesmo exército ataca pelo Boqueirão. Perdendo tal conflito, os holandeses batem em retirada levando ferido o general Von Schkoppe.



Figura 28- Esboço 5/1ª. Batalha: Ataque de Flanco Holandês.
(BENTO, 1971).

No esboço nº 6 (figura 29) observa-se um grupamento luso-brasileiro de guarda no Boqueirão (por ordem de Barreto de Menezes) enquanto que o restante toma posição na encosta sul do Monte Guararapes. O holandês, pensando que o Boqueirão havia sido abandonado envia uma fração para apossar-se dele, recuando em seguida Van der Branden atinge o Monte Guararapes acompanhado de perto pelas tropas de Henrique Dias. Entretanto recebe ordens de Van Schkoppe para assumir o comando e não prosseguir no ataque, devido à grande baixa sofrida no Boqueirão, ordena que se retraia para o Monte do Telégrafo para reorganizar o restante do exército e à noite retirar-se para a Leiteria, hoje praia de Boa Viagem.

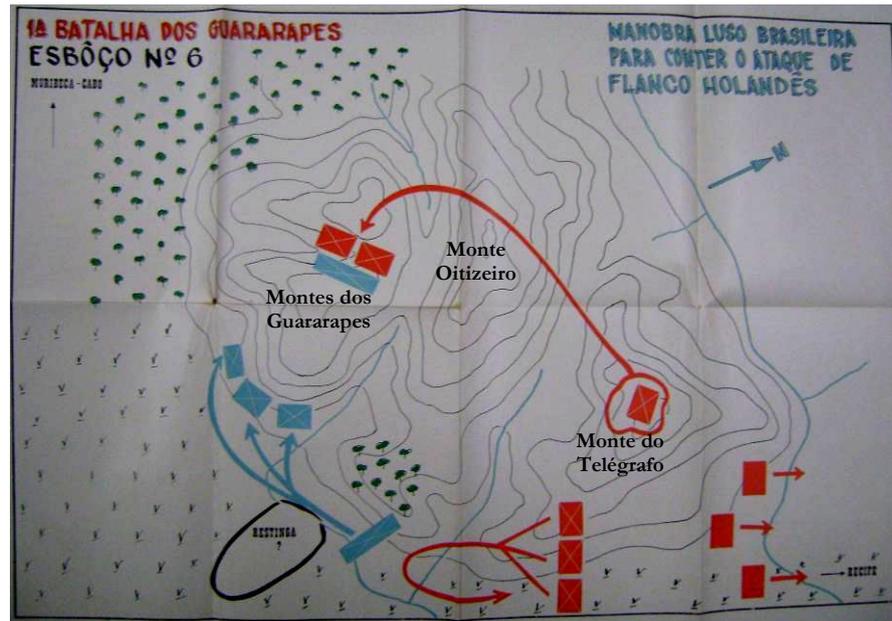


Figura 29- Esboço 6/1ª. Batalha: Manobra Luso-Brasileira para Conter o Ataque Envolvente Holandês. (BENTO, 1971).

Após luta de 4 horas os holandeses retornam às suas posições no Monte do Telégrafo e os luso-brasileiros ficam no Boqueirão e crista topográfica do monte do Oitizeiro. Após muitas baixas no exército holandês, observou-se que muitos índios Tapuias desertaram com medo da violência dos ataques luso-brasileiros. Também os holandeses desviaram parte de seu efetivo para o transporte de feridos para o Recife, desfalcando ainda mais seu contingente. Por fim deu-se a retirada do exército holandês com 3200 homens (50% de seu efetivo inicial), como mostra a figura 30.



Figura 30- Esboço 7/1ª. Batalha: Estabilidade da Frente (exércitos frente a frente) (BENTO, 1971).

E assim Bento (1971:86) resume o que houvera sido essa batalha:

Em resumo, a 1ª. Batalha dos Guararapes foi o começo do fim do domínio holandês no Brasil e estes se convenceram da inutilidade da organização e estratégia em voga na Europa, face às adotadas pelos patriotas no Brasil, por esta razão decidem adaptar-se, para um próximo confronto, à doutrina militar dos patriotas, predominantemente brasileira, conforme tivemos oportunidade de analisar quando tratamos assunto, e que ganharia grande renome em Portugal e Europa, como doutrina militar da ‘Guerra Brasílica’.

Dessa forma os luso-brasileiros fizeram os holandeses retrocederem em derrota para o Recife, no que teria sido a primeira Batalha dos Guararapes, em 19 de abril de 1648³⁶.

Bento (ibidem) considera então como pontos definidores da primeira Batalha dos Guararapes o Boqueirão, estreita faixa de terra entre um alagado (leste) e restinga de mato (sul) e sopé do monte Oitizeiro (oeste): local onde se situou o exército luso-brasileiro e depois defendeu este reduto; o Outeiro, monte em que em seu sopé acamparam as tropas luso-brasileiras, após haverem entrado pelo boqueirão; e o monte do Telégrafo, posição inicial e final do ataque holandês.

Bento (ibidem:37) avalia ainda que “dentro do alcance das armas de fogo da época das batalhas, todos os montes, a partir da crista topográfica, apresentavam excelentes campos de tiro para mosquetes e artilharia”, uma vez que o Monte do Oitizeiro, em função de suas melhores condições (mais longo no sentido leste – oeste e com menos vegetação em suas faldas) possuía maior dominância de “fogos de vistas”. Por isso foi escolhido para ser a posição defensiva luso-brasileira na primeira batalha, em combinação com o Boqueirão em sua base. Este local segundo descrição do Padre Lino do Monte Carmelo, funcionava com um verdadeiro baluarte:

Na época da invasão (...) os aguerridos generais do Exército Libertador, segundo para os Montes Guararapes, procuraram o lugar que chamavam Boqueirão, com um baluarte, um antimural inexpugnável, para aí acamparem suas tropas, porque era justamente o Boqueirão estreita entre o tremedal de

³⁶ “Na primeira batalha dos Guararapes, os exércitos locais eram de 2.200 homens, divididos em quatro terços, comandados pelos mestres-de-campo João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros, o governador dos Índios, capitão-mor Filipe Camarão, e o governador dos pretos, Henrique Dias, não dispondo de qualquer peça de artilharia.” SILVA, Leonardo Dantas. Pernambuco, 1645. Quando Tudo Começou. (p.11).

uma lagoa e o sopé da ladeira. (Descrição do Padre Lino do Monte Carmelo apud BENTO:41 et. seq.)

Essa mesma idéia de reduto natural é exposta por BENTO (ibidem:19): “Nestes montes, que tem a paisagem pernambucana o insólito relevo de uma fortaleza, predestinada ao choque dos exércitos, em verdade fixou e definiu o luso-brasileiro o seu direito à terra. Tornou-se pela fôrça das armas o seu dono”.

Bento (ibidem) destaca ainda que o sucesso da primeira batalha em favor dos luso-brasileiros deveu-se à estratégia de “guerra total” adotada de modo precursor na história militar mundial. Consistia na reunião de todas as forças disponíveis sob as ordens de um único general, ou seja, sob uma unidade de comando, o que deixou os holandeses desnorteados por desconhecerem tal estratégia, visto que não constava dos tratados de guerra europeus, afirmando:

As batalhas da Restauração Pernambucana foram manifestações precursoras da idéia de guerra total surgida meio século após em Valmy, em substituição à guerra limitada, batalha essa definida pelo marechal Foch, como a da substituição da guerra de reis pela guerra de povos. (ibidem:46 et. seq.)

Dessa forma Bento (ibidem:44) expõe que “esta idéia precursora, por si só, recomenda que as batalhas dos Guararapes figurem na História Militar da Humanidade e sejam estudadas pelos historiadores militares, junto com as grandes batalhas da História Militar Mundial, da época em que tiveram lugar.”

Os patriotas luso-brasileiros, precursoramente, e século e meio antes, observaram rigidamente e por intuição, este princípio, nos conselhos de guerra do Arraial Novo, ao reunirem todo o efetivo disponível e poder militar e político, nas mãos de mestre de Campo General Francisco Barreto de Menezes e, ai saírem à campanha para procurar uma batalha decisiva com o inimigo, dentro da estratégia direta, mais de século e meio após, praticada na Europa, em toda sua plenitude. (ibidem: 45)

Na visão de Pinto (1949), os processos de combates utilizados pelos luso-brasileiros, não obedeceram aos preceitos da arte militar em voga na Europa, ainda que seu exército se compusesse de tropas de infantaria (que agia pelo fogo, pelo movimento e pelo choque) e algum contingente de cavalaria. Na verdade os luso-brasileiros, segundo Júnior (1949) agiam por

emboscadas, desenvolvendo uma luta corpo a corpo, com características de um combate medieval. Suas formações de combate eram extremamente irregulares, ainda que adotassem a formação militar em terços e companhias.

Por outro lado, segundo Junior (1949) o exército holandês era considerado, ao lado do francês e do sueco, uma das melhores forças da Europa. A concepção estratégica dos holandeses, segundo Pinto (1949), era a mesma das demais nações européias, aplicando-se como elementos da força a Infantaria (maior expressão militar holandesa – formada por Piqueiros e Mosqueteiros) e a Artilharia (não muito utilizada em campo aberto). Havia ainda os Alabardeiros e os Escudeiros, destinados a cumprir missões específicas. De uma forma geral, a arte militar holandesa aplicada na época das batalhas procurava evitar as batalhas campais e decisivas, em função da grande quantidade de perdas materiais e humanas a que estavam suscetíveis. Os movimentos se baseavam em três ações: marchar, estacionar e combater, com o exército se deslocando repartido em três frações: vanguarda, batalhas ou corpo de batalha e retaguarda, como ilustrado nas figuras 31 e 32.



Figura 31- Desenho da formação do exército francês, equivalente ao que teria sido a do exército holandês na época das Batalhas dos Guararapes.

Fonte: Pinto (1949)

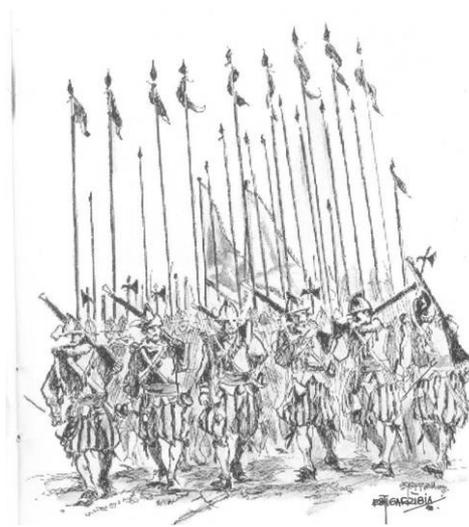


Figura 32- Desenho da formação do Exército Holandês na época das Batalhas dos Guararapes.

Fonte: Revista verde Oliva, ano XXV, nº159

A segunda Batalha dos Guararapes teve início no ano de 1649, quando o Conselho Holandês resolveu, mais uma vez, enfrentar as tropas comandadas por Francisco Barreto de Menezes, agora sob o comando de Johan van den Brincken, objetivando por fim à humilhante situação de sítio em que se encontravam. Foi quando os holandeses, na noite de 17 de fevereiro de 1649, saíram do Recife em direção a Afogados, passado pela Barreta (onde hoje é o bairro de Boa Viagem) em direção aos Montes Guararapes, ao som de “muitas trombetas, clarins e caixas”, segundo Leonardo Dantas Silva.³⁷

Na manhã do dia 18 reuniram-se as tropas do General Francisco Barreto de Menezes, partindo ao encontro do exército holandês, formando um exército de cerca de 2.600 homens “de todas as castas”.³⁸

As tropas holandesas ocupavam a baixa e o boqueirão, local da primeira batalha. As tropas luso-brasileiras fizeram sua formação de cavalaria no alto no monte do Oitizeiro, de onde planejaram o ataque pela retaguarda.

Assim os luso-brasileiros contornaram o campo de batalhas, apresentando-se ao sul dos Montes Guararapes enquanto que os holandeses defendiam a entrada dos montes, ocupando um dos flancos (o outro era dominado por um pântano). Nestas posições permaneceram os dois exércitos sem se definirem pelo combate por algumas horas, segundo relata Bento (1971:124), e segundo demonstra o esboço nº 1 (figura 33) da 2ª Batalha.

Os holandeses passam toda a manhã aguardando o ataque. O moral dos seus soldados começa a declinar, por estarem expostos, em cima do monte da atual igreja dos Prazeres. O moral dos seus soldados começa a declinar, por estarem expostos, em cima do monte da atual igreja dos Prazeres, aos calor excessivo e sede mortificante, em razão da ausência de sombra e água, nas partes superiores de dito monte.

³⁷ SILVA, Leonardo Dantas. Pernambuco, 1645. Quando Tudo Começou. (sem data:23)

³⁸ “O mestre de campo Francisco Figueiroa, a quem tocava a vanguarda, com trezentos homens que se achavam no seu terço; o mestre de campo André Vidal de Negreiros com outros trezentos; D. Diogo Pinheiro Camarão que sucedeu no cargo a D. Antônio Felipe Camarão, com trezentos e vinte índios; Henrique Dias com trezentos e trinta dos seus soldados; o mestre de campo João Fernandes Vieira, na retaguarda, com mil trezentos e cinquenta. (Diogo Lopes Santiago in SILVA, Leonardo Dantas. Pernambuco, 1645. Quando Tudo Começou. (p.24)

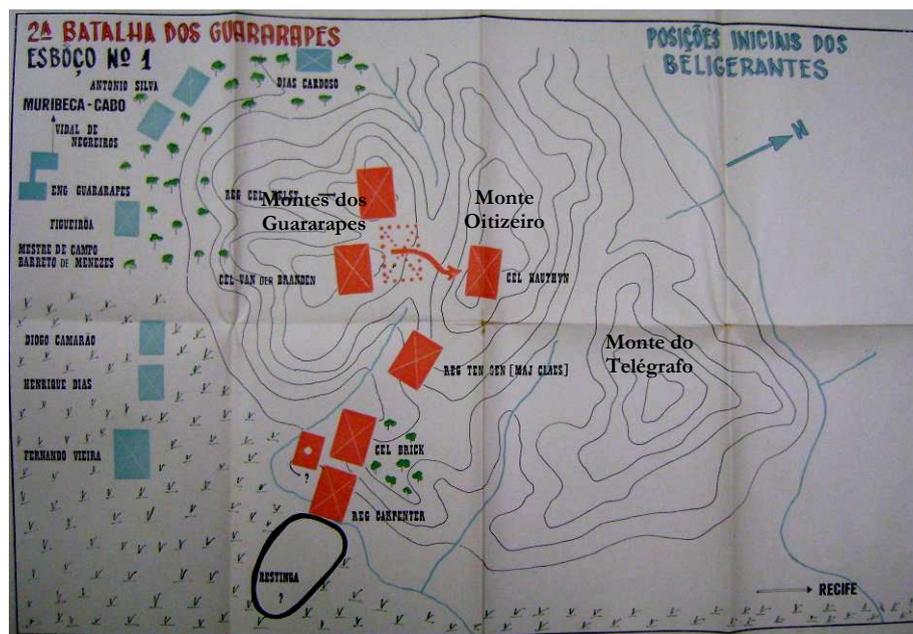


Figura 33- Esboço 1/2ª. Batalha: Posições Iniciais dos Beligerantes no dia da Batalha (BENTO, 1971).

Reticentes de ali permanecerem, no alto dos montes sob o sol causticante, o exército holandês resolveu descer os Montes e retirar-se até a Leiteria para acampar à noite. Essa decisão, na visão do Major Antônio de Souza Júnior³⁹, veio a selar o destino da segunda batalha, a derrota dos holandeses.

Assim desfeita as tropas holandesas da sua formação de combate, aproveitou-se as tropas luso-brasileiras para atacá-las, forçando-os a recuarem para os montes, como explica Bento (1971:127 et. seq.), exemplificando as movimentações dos dois exércitos no esboço nº 2 (Figura 34).

Caracterizada a fraqueza do dispositivo inimigo, dois regimentos na defesa e os restantes em deslocamento, o mestre de Campo Francisco Barreto de Menezes ordena o ataque, que seria conduzido até o final por iniciativa de seus comandantes subordinados, dentro de um quadro de aproveitamento de êxito, seguido de tenaz perseguição. (ibidem:127 et. seq.);

³⁹ SOUZA-JÚNIOR, Antônio de. *Do Recôncavo aos Guararapes* in Bento (1971).



Figura 34- Esboço 2/2ª.Batalha: Início do Retraimento Holandês⁴⁰. (BENTO, 1971).

Em seguida os lusos brasileiros fizeram os holandeses precipitarem e despenharem dos montes nas grotas, causando grande mortandade, como configurado no esboço nº 3 (Figura 35), demandando a retirada para em definitivo para o Recife, como explicado no esboço nº 4 (Figura 36), sendo perseguidos até o Recife, como mostra o esboço nº 5, de acordo como que pode ser observado em trecho da crônica de Lopes Santiago:

Aqui estavam uns clamando e implorando com humildes rogos de misericórdia ao vencedores, ali se ouvia a turba multa dos que pediam bom quartel, em outra parte, em seu idioma mal articulado com as ânsias da morte, queixavam-se de sua adversa fortuna, e muitos dentro os mortos, fingindo-se que o estavam, queriam ainda dilatar a breve vida. Finalmente, infinitos precipitados, bem desejavam naquele apertado passo, outras asas de Ícaro e Dédalo, para voarem e não se fazerem pedaços naqueles precipícios e penhascos, correndo copiosa inundação de sangue por todos aqueles montes que era um espetáculo admirável. (Lopes Santiago apud BENTO, 1971:131).

⁴⁰ O regimento de Carpenter forma no Boqueirão com frente para o Recife. Na sua retaguarda forma a artilharia, protegida pelos flancos, por duas companhias de fuzileiros do coronel Brinck. Os regimentos de von Schkoppe marcham sobre o Monte Oitizeiro integrando a coluna de marcha no Boqueirão e constituindo a retaguarda configurando um corpo de batalha. Os luso-brasileiros acompanham camuflados nos alagados, toda a movimentação dos holandeses.

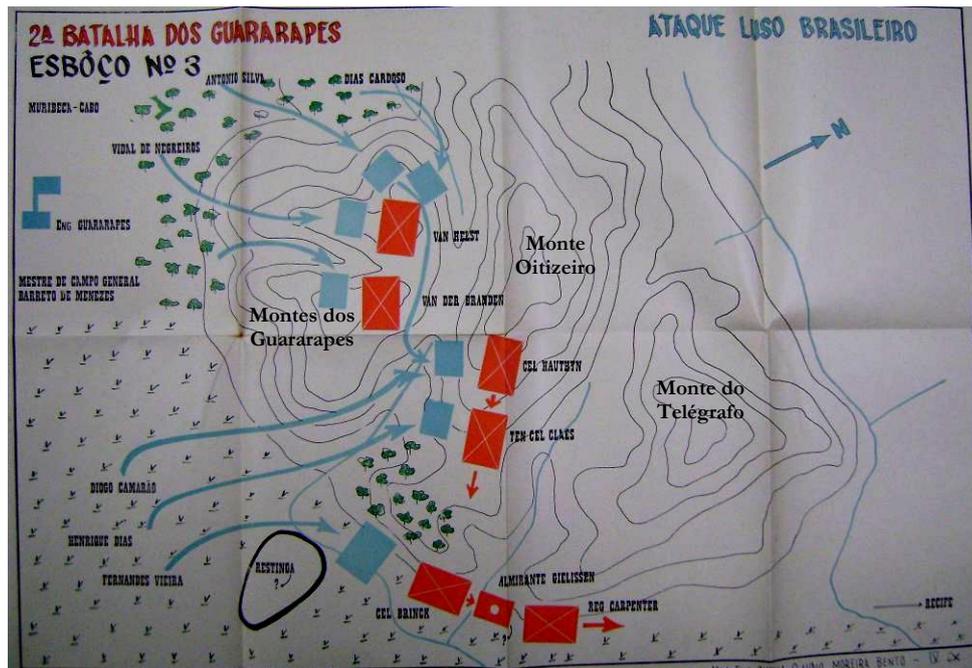


Figura 35- Esboço 3/2ª. Batalha: Ataque Luso-brasileiro e desenvolvimento da batalha⁴¹ (BENTO, 1971).

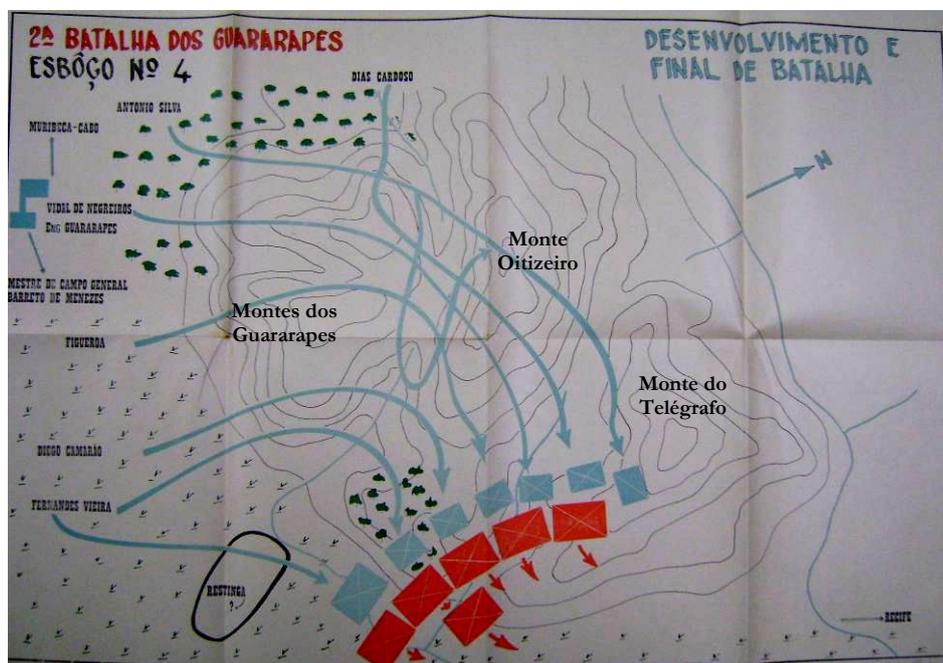


Figura 36- Esboço 4/2ª. Batalha: Final da Batalha. (BENTO, 1971).

⁴¹ O regimento de Fernandes Vieira ocupa o Boqueirão e combate contra a retaguarda do cel Brinck; b) Henrique Dias ataca o regimento de Von Schkoppe. Parte do regimento holandês recua para o monte Oitizeiro e muitos dos seus integrantes começam a fugir; c) Diogo Camarão acomete o regimento de Hauthyn, em deslocamento sobre o monte Oitizeiro. O regimento holandês reage utilizando lanças; d) É mandado apoio da cavalaria para socorrer Diogo Camarão, em dificuldade; e) Com o cel. Hauthyn, seu regimento é obrigado a retrair sobre o monte Oitizeiro, em “desordem e fuga”, se juntado aos demais regimentos holandeses na entrada norte do Boqueirão.

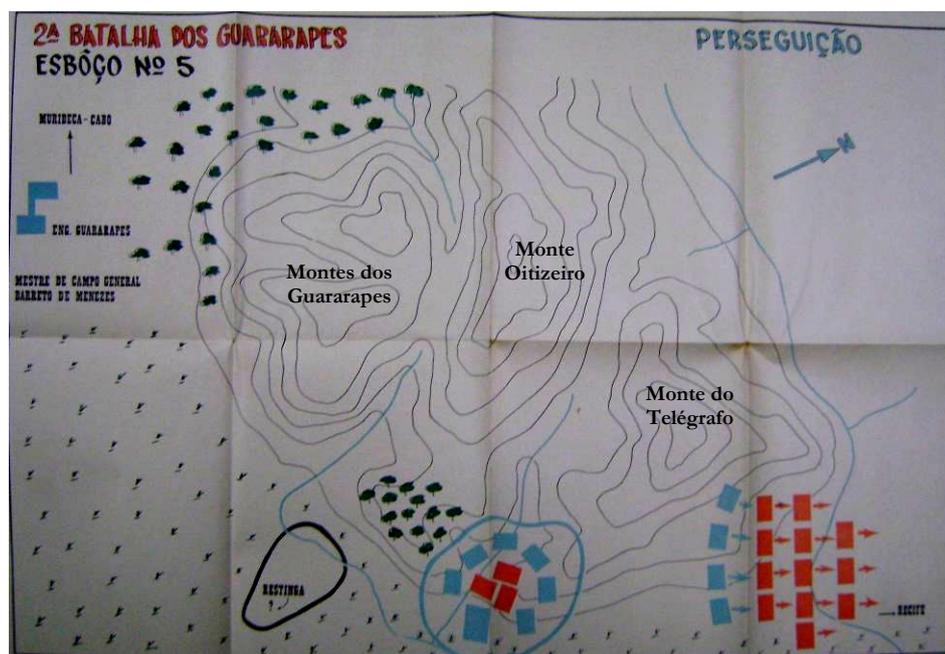


Figura 37- Esboço 5/2ª. Batalha: Perseguição aos holandeses
(BENTO, 1971).

Com essa vitória, a moral dos patriotas em alta faz crer que a expulsão dos holandeses seria uma questão de tempo, “[...] e por isto passam a desfechar, contra o Recife ataques cada vez mais audazes, além de clamarem pelo envio de uma esquadra para desfechar o golpe final no inimigo.” (BENTO, 1971:141).

Sobre esta segunda batalha Bento (ibidem:136 et. seq.) avalia que:

A 2ª Batalha dos Guararapes não possui o classicismo da primeira, caracterizada por uma ruptura seguida de envolvimento de ala, após criados flancos no dispositivo inimigo. Ela se caracteriza mais com um aproveitamento de êxito seguido de perseguição, motivados pela surpresa obtida com o ataque sobre o inimigo, no momento em que este se encontrava mudando seu dispositivo de defensiva para coluna de marcha e acreditava na debilidade luso-brasileira, segundo informações de fugitivos do Arraial.

Os holandeses, após essa derrota, ficaram isolados no Recife, Maurícia, Itamaracá e em alguns pontos da costa. Mas a luta ainda não havia acabado. As tropas de Francisco Barreto Menezes resolveram realizar o bloqueio a Recife, atacando o Forte das Salinas, em Santo Amaro,

seguindo-se a tomada do Forte de Altenar, Forte do Buraco, Forte do Brum e outros dois na Barreta.

Dessa forma, o governo do Brasil Holandês veio a capitular em 26 de janeiro e 1654, sendo assinado o termo de rendição na Porta Sul de Maurícia, também chamada de Porta de Santo Antônio.

Segundo Bento (1971) o desfecho das batalhas dos luso-brasileiros contra os holandeses, trouxe como principais conseqüências: a manutenção da unidade geográfica do Brasil através da doutrina militar brasílica; a manutenção da unidade geográfica luso-espanhola na América do Sul; a manutenção da unidade religiosa com a expulsão do calvinismo; o surgimento da consciência do Brasil como nação; o surgimento dos fundamentos da grande Democracia Étnica Brasileira, em conseqüência da irmanação entre brancos, índios, pretos, caboclos, mulatos e curibocas - afirmação da raça brasileira perante o mundo; e o surgimento do “espírito do exército brasileiro”.

Como sentimento resultante do valor dos Montes Guararapes observa-se a associação divinatória com o surgimento da força militar, quando se expõe: “nesta colina sagrada, na batalha vitoriosa contra o invasor, a força armada do Brasil se forjou, e alicerçou para sempre a base da nacionalidade”. (Marechal Mascarenhas de Moraes apud *ibidem*:144).

Esta mesma conotação também pode ser observada em trecho do discurso do General do Exército Mascarenhas de Moraes, pronunciado nos Montes Guararapes em 9 de julho de 1945: “Nesta colina sagrada, na batalha vitoriosa contra o invasor, a fôrça armada do Brasil se forjou, e alicerçou para sempre a base da Nação Brasileira”. (*ibidem*:17).

Como um fato importante resultante das duas batalhas dos Guararapes, que se desdobra três séculos após esses eventos, quando do tombamento do Campo das Batalhas, registra-se que antes de se ter início a primeira batalha, o General Barreto de Menezes, “[...] havia feito uma oração ao Nume Supremo, seguida de um voto à Virgem Puríssima, de ali erigir-lhe uma Capella,

Assim, foi construída como um “ex voto” “[...] a igreja barroca e vasta da Senhora dos Prazeres de Guararapes, que eleva suas tôrres brancas sobre a vegetação desses montes, pondo no panorama áspero, que domina, a imprevista nota da religião e da arte” (BENTO, 1971:18 et. seq.), e dessa forma:

[...] associando o culto divino à glória militar, para que – não o comemorasse efêmeramente a gratidão dos contemporâneos, porém que durasse pelo tempo adiante na sucessão dos séculos, menos façanha de soldados do que benévola inseparável – proteção dos céus dispensada à sua bravura e a sua fé. (Pedro Calmon, Presidente do Instituto Geográfico Brasileiro. Revista do Arquivo Público de Pernambuco, 1949 apud ibidem:19).

Após a sua construção em 1656, o templo votivo passou por ampliações espaciais e remodelações estilísticas, já em 1674, deixando sua característica de ermida para tornar-se, a partir de 1756, uma igreja de aspecto barroco, conforme se observa na figura 39 abaixo:

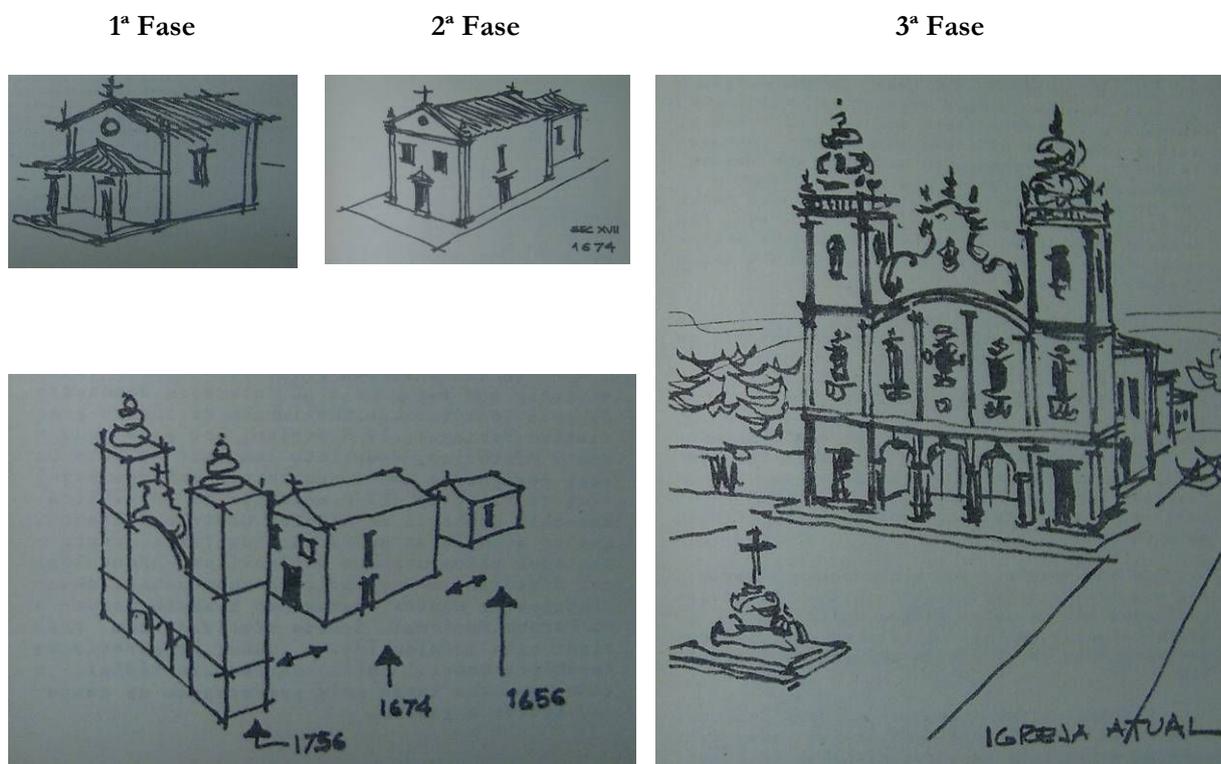


Figura 39- Evolução construtiva da Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, Jaboatão dos Guararapes, PE.

Fonte: Menezes (1973).

Considera-se pelo exposto que o Campo de Batalhas dos Montes Guararapes pode ser entendido como uma paisagem. E que esta paisagem está diretamente relacionada à memória, como uma “filha do presente”, ainda que diretamente articulada ao passado e ao futuro, em acordo com a acepção de Meneses (2002).

Atendendo ao que propõe Aristóteles, quando observa que “recordar” é diferente de uma “vontade de recordar”, é que podemos intuir antes mesmo da análise do processo de tombamento propriamente dito, que a idéia de se preservar o CBMG está além de uma atitude meramente memorial, mas se constitui no sentido da reminiscência, com um ato intencionado de lembrar algo.

De uma maneira geral, o Campo de Batalhas dos Guararapes se configura em objeto memorial, como um monumento, por sua capacidade em evocar o passado, como um ato intencionado de rememoração.

O seu sentido de “monumento” está tanto relacionado à noção primeira do termo, que nasce como um *a priori*, na medida em que a Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres foi construída como um ex-voto, para recordar as batalhas dos Guararapes, e ainda mais, sendo um referente direto da vitória dos luso-brasileiros, vistos na historiografia como os “patriotas”, contra os holandeses, os “invasores”; quanto se relaciona à noção de “monumento histórico”, como um *a posteriori*, na medida em que o entendimento do Campo de Batalhas pelo valor histórico foi construído, idealizado, e neste sentido, intencionado como um objeto de poder, no jogo da construção da memória coletiva.

Assim, o Campo de Batalhas como um objeto memorial na cidade, como um monumento histórico, se equilibra na relação entre tempo e espaço, e se materializa na cidade também enquanto memória política, de acordo com Bosi (1994).

Essa materialidade, por sua vez, se faz a partir de três abordagens propostas por Choay (2001) para a compreensão do papel do monumento na cidade: a figura memorial, a figura histórica e a figura historial. Dessas, considera-se que a figura memorial é a que explica a Igreja de

Nossa Senhora dos Prazeres como um monumento intencionado associado ao Campo de Batalhas, configurando-se em “monumento histórico”, com um todo articulado. Essa idéia de totalidade, na verdade, só se constitui pelo entendimento do Campo de Batalhas como uma paisagem.

Como objeto memorial, a paisagem, em acordo com Milton Santos se configura mais como herança e não com lembrança. E nesse sentido, abre a perspectiva para se pensar a paisagem em sua dimensão cultural, como um objeto de preservação.

Dessa forma, se tornou imprescindível abordar o conceito de paisagem entendendo a sua utilização enquanto categoria de preservação no âmbito tanto da política internacional quando da política nacional de preservação.

Verificou-se que sobre o conceito de paisagem há um ponto para o qual a maioria das abordagens converge, a de que a mediação para o seu entendimento se faz essencialmente por meio da visão. Entretanto que esta percepção não se esgota aí, admitindo a sua percepção tanto por meio de uma dimensão objetiva quanto de uma dimensão subjetiva, nela sempre implícita.

Nesse sentido, considera-se que o Campo de Batalhas dos Montes Guararapes, enquanto espaço físico atende ao que se constitui na dimensão objetiva, enquanto que o Campo de Batalhas como indicativo de um valor histórico, se constitui na dimensão subjetiva da paisagem. Facilitando esse entendimento, Meneses (2002) explica que a paisagem não é um a priori, mas se revela a partir dessas dimensões do fenômeno, onde compreendemos que nelas está representada a dimensão histórica.

Compreendendo melhor a dimensão simbólica da paisagem, a partir do aporte em Berque (1997), ficou evidente que o mais importante é considerar o funcionamento da simbologia da paisagem, que está implícita na subjetividade da observação, e assim do sujeito histórico, coadunando com a visão de Meneses ao defender que a paisagem, na verdade não é um dado objetivo.

Por outro lado, a compreensão da paisagem como conceito caminhou tortuosamente nas considerações das Cartas Patrimoniais e Convenções Internacionais, objetivando operacionalizar a preservação dos bens culturais.

Na Carta de Atenas (1931) o termo ambiência pode ser entendido com sinônimo de paisagem, na preocupação em proteger a perspectivas dos monumentos arquitetônicos.

Na Recomendação de Paris (1962) se observa a paisagem através unicamente dos aspectos estéticos e identitários.

Na Norma de Quito (1967) a paisagem é apenas admitida como fruto do agenciamento humano. Nota-se, ainda que numa visão ainda limitada da paisagem, a sua consideração enquanto “paisagem cultural” só posteriormente viria a ser desenvolvida.

Chegando as definições da Carta de Florença (1981), percebe-se que o termo utilizado “sítio histórico” é sinônimo da concepção de paisagem, como evocadora de um fato memorável, exemplificando que pode ser aquela pela qual se compreenda um “combate épico”. Pode-se assim claramente relacionar com os campos de batalhas, como espaços onde tais eventos ocorreram, que se constituiriam, segundo esta Carta, enquanto objetos de preservação *per se*.

Já na Convenção da Unesco de 1992, desenvolveu-se o conceito de paisagem cultural, a partir da identificação de categorias específicas: “paisagens claramente definidas”, “paisagens evoluídas organicamente”, e “paisagem cultural associativa”; concebe-se que o Campo de Batalhas pode estar inserido nesta última categoria, uma vez que o seu tombamento se fez pela associação entre o local das batalhas, ou melhor, como se pretende mostrar, de sua paisagem associada ao valor histórico.

Por sua vez, o entendimento de paisagem cultural, na Recomendação nº 9 (1995) se resume ao entendimento da noção própria de paisagem, aproximando-se da visão unidirecional impressa pelas Normas de Quito, quando concebe que em si a paisagem já é um objeto cultural.

Por outro lado, a Convenção Européia da Paisagem (2005) promove uma considerável ampliação do conceito de paisagem cultural, ao minimizar a dicotomia imposta pela Convenção

da Unesco entre o elemento natural e o elemento cultural, acreditando que é na inter-relação entre os dois elementos que a paisagem cultural se constitui.

Entretanto, observa-se ainda nas entrelinhas do debate acerca da paisagem, e em especial no que tange às discussões sobre a “paisagem cultural”, que há lacunas conceituais e dificuldades operacionais de sua implementação. Nesse sentido considera-se que “o maior problema, conceitual e pragmático, que se tem colocado em relação à paisagem credenciada como patrimônio cultural é o de sua preservação, [...]”⁴⁵, uma vez que se trata de um fenômeno de dinâmica própria, pelo componente natural que a constitui, ainda que em associação ao componente cultural que a define. Preocupação esta presente em Meneses (2002) quando destaca o aspecto dinâmico da paisagem.

Se evidencia que o entendimento de paisagem cultural, na verdade, revela muito mais que a associação entre “natureza-natural” e “natureza artificial”. Ela nos traz a noção de paisagem como autônomo objeto patrimonial, como elemento de preservação *per se*. E esse alcance precisa ser melhor compreendido.

Dessa forma, a paisagem deixa de ser apenas um sistema que agrega valor a um determinado bem cultural e passa a ser o próprio motivo da preservação. De acordo com Fonseca (2005) é a ressemantização de um objeto como “coisa” sendo transformado em um “bem”.

Para tanto, faz-se mister questionar o processo de produção do universo-patrimônio, discutindo-se os critérios que regem a seleção e que justificam sua proteção; identificando os atores envolvidos nesse processo e os objetivos que alegam para legitimar o seu trabalho; definindo a posição do Estado relativamente a essa prática social, bem como investigando o grau de envolvimento da sociedade.

No tocante às explorações sobre o conceito de campo de batalhas propriamente dito, verificou-se, antes de tudo, que se definiu como um espaço “entre”, como um “vazio entre forças

⁴⁵ (MENEZES, 2002:53).

antagônicas”, constituindo-se em territórios de combates entre nações oponentes na luta pela consolidação dos seus “Estados Nacionais”. Nesse ínterim foram apresentados campos de batalhas nos continentes americano e europeu, de onde se percebe o grande esforço que tem sido feito, por diversos países, para a salvaguarda desses locais enquanto memoriais épicos.

Assim, os campos de batalhas se apresentam na atualidade ainda com o papel de afirmação das identidades nacionais, o que a primeira vista é curioso observar, uma vez que esse discurso parece se manter desde o século XIX. Por outro lado ficou evidenciada a dificuldade em preservar grandes extensões territoriais, o que se coloca como um desafio ainda maior considerando o aspecto dinâmico das paisagens. Por outro lado a dificuldade também se apresenta do ponto de vista da gestão urbana, quando campos de batalhas estão compreendidos neste contexto, a exemplo do Campo de Batalhas do Quebec, mas muito mais gravemente no caso do CBMG.

Em relações às dimensões da paisagem, a compreensão de campos de batalhas, antes de ter essa dimensão simbólica se apresenta por sua dimensão objetiva, digamos, física mesmo, enquanto espaço. Nesse sentido, quando associado à história da arquitetura militar, percebe-se que os campos de batalhas poderiam estar relacionados diretamente às construções militares como fortificações, redutos e sistemas fortificados, fazendo parte do entendimento desse todo articulado.

Isso se percebe claramente nos mapas das figuras 21 e 22, quando apresentam o cenário existente no Recife, em relação ao seu sistema de defesa, e como estes se articulam às Batalhas dos Guararapes, explicitando toda a lógica e estratégia militar empregadas por cada uma das culturas bélicas (portuguesa e holandesa).

Observa-se ainda que a paisagem, em sua dimensão morfológica, assumiu um papel de suma importância no relato das Batalhas dos Guararapes, na medida em que ela sempre esteve relacionada à narrativa do fato histórico, do desenvolvimento das batalhas, na explicação da movimentação e deslocamentos dos exércitos em conflito.

Nos relatos, a paisagem parece ter sido bem apropriada na técnica dos combates pelos luso-brasileiros, conhecedores das reentrâncias e saliências dos Montes do Telégrafo, Oitizeiro e Outeiro dos Guararapes, e das dificuldades impostas pelos alagados, bem como tirando proveito das características de “fortificação natural”, segundo Bento (1971), configurada pelo Boqueirão.

Nesse sentido, refletir sobre o Campo de Batalhas dos Guararapes requer uma nova contextualização no ambiente urbano em que se insere. Aliás, na época das batalhas observa-se claramente que os Guararapes não era uma zona urbana, diferentemente da situação em que hoje se encontra, configurando uma paisagem de batalhas que fisicamente não é mais possível de ser reconstituída, ainda mais porque o Campo de Batalhas, como visto, não pode ser entendido enquanto elemento isolado no espaço, mas sim dentro de uma lógica de sistema fortificado no espaço da cidade.

4.0 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DO PROCESSO DE TOMBAMENTO DO CAMPO DE BATALHAS DOS MONTES GUARARAPES

A presente análise, guiada pelas delimitações metodológicas estabelecidas no capítulo dois deste documento, se debruça como já explicitado, sobre o processo de tombamento do CBMG, adotado como um “dossiê” que se constitui num “todo-argumento”. Importa, antes de tudo, contextualizá-lo no tocante à política nacional de preservação, visando situar tais discursos no conjunto maior das “narrativas nacionais” pela preservação de bens culturais, que trazem em seu bojo a idéia central da “perda”.

Em seguida, debruça-se diretamente sobre o processo de tombamento, evidenciando nos conjuntos discursivos os diferentes momentos das argumentações proferidas pelos sujeitos argumentativos enquanto instituições que compõem os debates sobre o valor do Campo de Batalhas dos Montes Guararapes, identificando também nos discursos isolados as relações expressas entre o Campo de Batalhas, o valor histórico e a paisagem, para em seguida refletir sobre as dimensões de significância que daí se pode interpretar.

Dessa forma, a análise que se empreende busca o entendimento dos argumentos que configuram o processo de tombamento enquanto ato, meio e conteúdo, identificando o objeto do discurso, as premissas e os sujeitos argumentativos, apreendendo as séries de “conjuntos discursivos”, a fim de refletir sobre o uso das definições, noções e juízos de valor, que possibilitam refletir sobre a paisagem como dimensão subjacente ao valor histórico atribuído.

4.1 O discurso da perda na política nacional de preservação

Na Constituição Brasileira de 1934 é quando aparece, pela primeira vez, o dever do Estado com a preservação do patrimônio histórico e artístico do país.⁴⁶

Um ano antes da institucionalização da política de preservação nacional, em 1937, Mário de Andrade, em 1936, fora convidado para formular um projeto para a criação de uma instituição nacional de proteção ao patrimônio cultural, o que viria a se configurar no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN).

O então Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, convida Rodrigo Melo Franco de Andrade para dirigir o SPHAN. Este fica à frente da nova instituição de 1937 até 1969, caracterizando o primeiro período denominado de “período heróico da preservação”. De 1969 a 1979, o segundo período, segue sob a direção de Renato Soeiro, não se observando mudanças significativas no escopo da política anterior. A partir de 1979, Aloísio Magalhães assume a direção do SPHAN, dando início a uma nova política para o patrimônio cultural brasileiro. Fase que coincide com o fim do período político autoritário, inaugurado no Brasil desde o golpe de 1964.

Pontua-se aqui que o período de construção da idéia de preservação do Campo de Batalhas dos Montes Guararapes se inicia, segundo professor Denis Bernardes (em conversa sobre o presente estudo), na década de 30, portanto, coincidindo com o surgimento das discussões sobre a questão da identidade nacional em termos culturais e no momento em que se discutia a criação de um serviço nacional de preservação. Assim, o processo de tombamento do CBMG, propriamente dito, se estabelece no âmbito da política de Rodrigo Melo Franco de Andrade, uma vez que o conjunto discursivo que o constitui no referido “dossiê” compreende

⁴⁶ Capítulo II- Da Educação e da Cultura. “Art 148 - Cabe à União, aos Estados e aos Municípios favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do País, bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual.” Fonte: <https://www.planalto.gov.br>.

Vale ressaltar que a Constituição de 1943, promulgada em 16 de julho pela Assembléia Nacional Constituinte, durou apenas três anos e vigorou somente por um ano.

documentos entre os anos de 1953 a 1961 (ano de inscrição do campo de batalhas dos Guararapes no Livro do Tombo Histórico), se estendendo até o ano de 1974 em função da criação do PHNG e das deliberações para ampliação da sua área de ambiência e visibilidade.

Segundo Nogueira (2005:229), a idéia da preservação no Brasil foi motivada pelo sentimento de perda que gerou a necessidade de se apropriar e proteger o patrimônio cultural do país, norteando as iniciativas pioneiras de preservação e orientando o resgate do passado para “[...] cristalizar os elementos do nacionalismo na construção da identidade nacional”, uma vez que:

Historicamente, a noção de patrimônio cultural e as práticas de preservação têm, aqui como em outras partes do mundo, as marcas do nacionalismo como política desde o século XIX. Suas origens remontam ao surgimento dos estados nacionais e ao processo de construção da nação, traduzidos num movimento de reinvenção do passado nacional. (ibidem:219)

Na verdade, tal preocupação é advinda da mesma ocorrida no contexto europeu, em fins do século XVIII e início do século XIX, quando do surgimento das “práticas culturais” de “preservação histórica”, voltadas para identificação, coleta, restauração e preservação de objetos culturais, que segundo Gonçalves (2002:22) “[...] respondem ao desafio de salvar esses objetos do desaparecimento [...]”.

De certa forma, fazendo uso das palavras de Choay (2001:18), considera-se que esse comportamento “[...] constitui uma garantia das origens e dissipa a inquietação gerada pela incerteza dos começos. Desafio à entropia, à ação dissolvente que o tempo exerce sobre todas as coisas naturais e artificiais, ele tenta combater a angústia da morte e do aniquilamento.”

É nesse sentido que, segundo Gonçalves (op. cit.: passim), a idéia da perda é usada como estratégia discursiva nas narrativas de preservação, “[...] por meio da qual a cultura nacional é apresentada como uma realidade objetiva, ainda que em processo de desaparecimento.” Assim, as narrativas se colocam no impulso de preservar algo sob a ameaça de destruição, ainda que na sua concepção “esses bens, [...], têm de ser destruídos para que possam ser desejados, preservados e colecionados”.

Dessa forma, diversos objetos são descritos sob um grande impacto de destruição e dispersão. Bens que são uma herança do passado histórico representam ruínas e fragmentos de um processo histórico destrutivo, de uma irrecuperável tradição.

Esse processo de formulação das memórias e do passado baseado no discurso da perda se traduz para Payer (2005) enquanto “produção discursiva da memória”, explicando que não se trata de um simples resgate da memória, nem que se deve supor que a memória discursiva já está lá, pronta para ser dita.

Neste sentido, Stuart Hall⁴⁷ (1995:40) diz: “A cultura nacional é o discurso – uma maneira de construir significados que influenciam e organizam tanto nossas ações quanto nossas concepções sobre nós mesmos.”

No contexto nacional, segundo Nogueira (2005:230), as idéias de patrimônio carregam consigo os pressupostos de uma tradição brasileira, fundamentadas na relação passado/futuro, universal/nacional. “Essa tradição foi montada por intelectuais em sintonia com o projeto modernista, funcionando como mecanismo ideológico legitimador da própria política nacional do Estado”. Nesse processo, verifica-se uma tendência a se criar “esquemas coerentes de narração”, o que Bosi (1994) chama de verdadeiros “universos de discurso”, “universos de significado”.

Observa-se, assim, que um conjunto de idéias rege a preservação nacional, constituindo certas “unidades discursivas”, que versam sobre um conjunto de significados, marcam a política nacional de preservação basicamente em dois momentos: de 1937 até 1970, marcado pela gestão de Rodrigo de Melo Franco de Andrade (entre 1938 e 1967) e a partir da década de 1970 marcado pela gestão de Aloísio Magalhães (entre 1979 a 1982), responsável pela implementação de uma nova estratégia de narração da identidade nacional.

Esses dois momentos correspondem a duas diferentes “modalidades discursivas”, constituindo “universos de significados” distintos e até certo ponto antagônicos, marcando duas visões diferenciadas de preservação.

⁴⁷ HALL, Stuart. *A Questão da Identidade Cultural*. Coleção Textos Didáticos. Campinas: Unicamp, n.18, 1995.

Segundo Gonçalves (2002:82) “o ‘patrimônio histórico e artístico’ de Rodrigo pode ser pensado como um conjunto de metáforas visuais por meio da qual o Brasil é culturalmente individualizado. Uma metáfora central nesse discurso é o ‘monumento’”. De acordo com o próprio Rodrigo de Melo Franco de Andrade (in POERNER, 1997:29):

Aquilo que se denomina patrimônio histórico e artístico nacional – por ser espólio dos bens materiais móveis e imóveis aqui produzidos por nossos antepassados, com valor de obras de arte erudita e popular, ou vinculados a personagens e fatos memoráveis da história do país – é o documento de identidade na nação brasileira.

Já a narrativa de Aloísio Magalhães “[...] a cultura é pensada como um processo de transformação histórica e não em termos de uma clássica exemplaridade do passado.” (GONÇALVES 2002:53).

De uma forma geral, as duas “modalidades discursivas”, ou melhor, “narrativas” sobre o patrimônio cultural brasileiro podem ser sintetizadas no quadro comparativo abaixo, entre Rodrigo Melo Franco de Andrade e Aloísio Magalhães, interpretadas a partir do que Gonçalves (ibidem) explicita.

QUADRO COMPARATIVO ENTRE AS POLÍTICAS DE PATRIMÔNIO DE RODRIGO DE MELO FRANCO DE ANDRADE E ALOÍSIO MAGALHÃES	
Rodrigo Melo Franco de Andrade	Aloísio Magalhães
Patrimônio histórico e artístico	Bens culturais
Civilização e tradição	Desenvolvimento e diversidade cultural
Exemplaridade do passado	Transformação histórica
Culturas africana e ameríndia com estágios da evolução universal em direção à civilização	Culturas africana e ameríndia como formas de vida social e cultural atuais
Visão histórica do patrimônio	Visão antropológica- associada à visão de Mário de Andrade (que o SPHAN de Rodrigo não seguiu)
Arte e arquitetura colonial brasileira	Valorização da arte e arquitetura popular, religiões populares, culturas étnicas, artesanato, festas populares.
Patrimônio como causa transcendente- renúncia e autonegação de Rodrigo	Patrimônio como causa
A nação é objetivada como uma “busca” que pressupõe um “centro” (tradição e civilização)	A nação é objetivada como uma “busca” que pressupõe um “centro” (heterogeneidade cultural e desenvolvimento)
Posição autoritária e centralizada	Novo paradigma na relação entre preservacionistas e população- a população como um agente ativo nesse processo
Metáfora central do discurso- “monumento”	Unidade central do discurso- monumentos e relíquias considerados como parte da vida cotidiana da população.

Fica evidenciado que a postura de Rodrigo M. F. Andrade caracterizou-se por uma visão mais tradicional sobre a preservação de bens culturais, destacando como unidade central do discurso o “monumento”, ligado à noção mais erudita do termo.

Como lembra Gonçalves (2002, p.42), “o seu nome está metonimicamente associado ao processo de formulação e implementação de uma concepção de patrimônio histórico e artístico [...]”. Sua política de preservação se baseou na retórica da civilização e da tradição, na exemplaridade do passado, na supervalorização das culturas africana e ameríndia, da arte e da arquitetura colonial brasileira, montado numa metáfora central- o “monumento”.

Por outro lado, a postura de Aloísio Magalhães viria posteriormente a promover uma visão mais antropológica da preservação, onde a unidade central ainda é o monumento, mas não àquele que apenas evoca um passado, mais o que se articula com o presente.

Este é, portanto, o recorte temporal que interessa à pesquisa, não esgotando obviamente todas as nuances dessas políticas de preservação, nem mesmo avançando até o momento atual, deixando para uma análise que se pretenda mais ampla sobre a política nacional de preservação, demonstrar a seqüência de continuidades e rupturas em relação às narrativas de preservação acima expostas.

4.1.1 O tombamento e o processo de atribuição do valor nacional

O tombamento é um ato de estado, que objetiva a salvaguarda de bens culturais, segundo a aplicação de leis específicas. Tombar significa registrar num livro do tomo, os objetos, monumentos, documentos, manifestações culturais etc.

No Brasil, o tombamento como ato administrativo, constituiu-se no instrumento de preservação nacional por excelência e, segundo Fonseca (2005:181), como a prática mais significativa da política federal de preservação: “[...] significativa, sobretudo, porque constitui um

campo em que se explicitam – e onde se podem apreender – os sentidos da preservação para os diferentes atores sociais envolvidos.”

O instrumento do tombamento foi concebido a partir de quatro categorias, inscrevendo-se o bem cultural em um ou mais de um dos quatro Livros de Tombo: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro do Tombo Histórico; Livro do Tombo das Belas Artes e Livro do Tombo das Artes Aplicadas (Decreto-Lei 25 de 1937).

É por meio de uma solicitação de tombamento que se demanda a abertura de um “processo”. Este é definido por um conjunto de documentos que constituirá a base da fundamentação teórica que o justificará.

Segundo Fonseca (2005: 182) os processos de tombamento, até a década de 1950 eram bem sumários. A partir da década de 1960 os processos passam a ser formados segundo uma sistemática, “[...] constituindo-se em verdadeiros dossiês, a que são anexados não apenas os documentos oficiais (pedido de tombamento, notificação ao proprietário, pareceres, atas do Conselho Consultivo, eventuais impugnações e contra-razões etc.) como todo o material que diga respeito ao processo (recortes de jornais e revistas, cartas, abaixo-assinados, informações extraídas de livros e folhetos, fotos, plantas, desenhos etc.)”.

Ainda segundo Fonseca (*ibidem*), os processos de tombamento instaurados antes de 1970 tiveram como característica serem demandados pelo SPHAN, que se responsabilizava por todo o processo, do pedido, passando pela justificativa e culminando com a resolução do pedido.

Como na maioria dos processos na primeira fase da política de preservação nacional, o processo de tombamento do CBMG foi motivado pelo risco da perda e não em função de um inventário prévio. A justificativa para este ato consistiu em afirmar o valor histórico do local representado pelo objeto de tombamento, o Campo de Batalhas.

No escopo do presente trabalho, compreender o CBMG como um objeto tombado requer perceber que na dimensão histórica do lugar, atribuída inicialmente pelo tombamento

federal, estão presentes outras dimensões valorativas que ampliam o sentido do valor histórico que lhe foi atribuído.

Nesse sentido cabe compreender que, segundo Fonseca (2005), sobre o bem tombado incide duas modalidades de propriedade: a propriedade da “coisa” e a propriedade dos “valores” culturais.

Segundo a mesma autora existem processos de produção, de reprodução, de apropriação e de re-elaboração dos valores atribuídos aos bens culturais. Estes são processos de produção simbólica e enquanto prática social. Observa ainda que às funções e significados de determinados bens é acrescentado um valor específico enquanto patrimônio, o que acarreta a ressemantização do bem e leva à alteração no seu sistema de valores, considerando no âmbito do patrimônio nacional que “[...] o valor que permeia o conjunto de bens, independentemente de seu valor histórico, artístico, etnográfico etc., é o valor nacional, ou seja, aquele fundado em um sentimento de pertencimento a uma comunidade, no caso a nação. (ibidem:36).

Poerner (1997:29) ilustra que a primeira iniciativa concreta de defesa um acervo partiu de André de Melo e Castro, em 1772, Conde de Galveas (1668-1753), vice-rei do Brasil de 1736 a 1749, quando solicitou⁴⁸ ao governador da Capitania de Pernambuco, Luis Pereira Freire de Andrade, que se opusesse à instalação de quartéis no Palácio das Duas Torres (Figura 40) mandado construir no Recife pelo conde holandês Maurício de Nassau (1604-1679) em nome da preservação de “memória tão ilustre” e da “glória de toda uma nação”.

⁴⁸ Processo de Tombamento n. 523-T-54. Solicitação feita através de uma carta enviada em 5 de abril de 1772.



Figura 40- "FRIBVRGVM" / Palácio das Duas Torres. Recife, 1637-1645 (1647). Frans Post.
 Fonte: Reis-Filho (2001). (Imagem original em cores).

No Brasil, o valor nacional é, para Fonseca (2005), um valor unificador, onde a ele estão submetidos o valor histórico e o valor artístico, que conduzem os bens culturais dentro de categorias específicas, legitimando o processo de transformação de “coisas” em “bens”, como um papel eminentemente do Estado.

O processo de atribuição do valor histórico, segundo Fonseca (ibidem), era estabelecido sobre critérios excludentes da história factual, centrada no evento político e nos feitos das classes dirigentes. Entretanto, segundo a autora, nas primeiras décadas do IPHAN o valor histórico era considerado um valor de segunda classe em relação ao valor artístico, atribuído como interpretação literal do Decreto Lei 25, de 30.11.37.

De certo modo esta prática pode ser observada no caso dos Montes Guararapes, pelo fato de que a Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres foi tombada já em 1938 pelo seu valor artístico, enquanto que o território onde a mesma se insere, o campo de batalhas, só vem a ser tombado em 1961 no Livro do Tombo Histórico, denotando-se um claro distanciamento entre os dois momentos, guiado pela hierarquia entre os valores patrimoniais.

É apenas a partir dos anos de 1980, segundo Fonseca (2005:195), que passaram a ser observados outros valores que comporiam a motivação histórica, quais sejam os “[...] testemunhos de ocupação do território, a evolução das cidades, dos diferentes grupos étnicos, da história da ciência e da tecnologia do Brasil.” É quando se observam um aumento do número de inscrições no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, ao passo que também aumenta o número de conjuntos urbanos tombados e decresce o tombamento de edificações religiosas e militares.

Esse novo contexto, segundo Ribeiro (2007:91) é marcado por:

[...] um crescente número de inscrições de conjuntos, sobretudo conjuntos urbanos, cuja atribuição de valor não se faz mais exclusivamente por critérios estéticos e de monumentalidade dos bens, mas incluindo também valores históricos e culturais, todos reunidos através da categoria de paisagem.

Aliás, Ribeiro (ibidem) nos oferece rico panorama ao investigar a prática de preservação nacional em relação ao reconhecimento da paisagem enquanto “categoria”. Ele nos dá os indicativos de que o interesse pela paisagem pode ser percebida desde a elaboração do “projeto de lei”, por Mário de Andrade, para a criação do SPHAN. Ainda que o referido “projeto” não contemplasse o termo paisagem dentre as nove categorias de tombamento propostas (arte arqueológica, arte ameríndia, arte popular, arte histórica, arte erudita nacional, arte erudita estrangeira, artes aplicadas nacionais e artes aplicadas estrangeiras), o seu entendimento estava presente no escopo de algumas dessas categorias, como por exemplo, a relação entre o valor de paisagem e a etnografia, quando expunha sua compreensão da noção de paisagem, definida como: “determinados lugares agenciados de forma definitiva pela indústria popular, como vilejos [sic] lacustres vivos da Amazônia, tal morro do Rio de Janeiro, tal agrupamento de mocambos no Recife etc.”⁴⁹ (ANDRADE, 1980:92 apud RIBEIRO, 2007:71).

⁴⁹ “Neste sentido foi em grande parte seu interesse pelo popular que o levou a considerar também o valor das paisagens.” (RIBEIRO, 2007:71).

No Decreto-Lei 25 a “paisagem” é então admitida como um sistema de valores, mas não como bem patrimonial *per se*. Este pensamento é consoante ao que dita a Constituição Federal do Brasil, de 1988, quando no capítulo III, “da Educação, da Cultura e do Desporto”, na seção II- “da Cultura”, artigo 216, diz:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:
I - as formas de expressão;
II - os modos de criar, fazer e viver;
III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988)

Ainda assim, a Constituição Federal, em seu artigo 216 (Seção II – Da cultura), relata os bens considerados como patrimônio cultural brasileiro, estabelecendo uma considerável ampliação do conceito até então adotado.

Nesse contexto observa-se, nas primeiras décadas da política nacional de preservação, uma “[...] pequena ação no tocante à paisagem natural, deixando esta em grande parte aos cuidados da legislação ambiental. Em segundo lugar nota-se uma predominância da idéia de paisagem atrelada ao paisagismo e seu aspecto visual e planejado. Foi essa a abordagem mais corrente em relação à paisagem durante a maior parte do tempo ao longo da história do IPHAN.” (RIBEIRO, 2007:75). Apesar da amplitude do tombamento considerar como passível de preservação as paisagens naturais e culturais, a Instituição privilegiou o entendimento da paisagem como “panorama” e “ambiência” de monumentos arquitetônicos.

4.2 A paisagem re[velada] no processo de tombamento

A fim de se apreender a construção das justificativas que culminaram no tombamento do CBMG, que perpassam por um determinado julgamento de valor, cabe historiar e refletir sobre o seu processo de tombamento⁵⁰ enquanto idéia que chancelou o local como de importância para a preservação, e que rege, desde então, as ações de salvaguarda da instituição responsável por sua preservação, o IPHAN.

Portanto, a identificação da significância dos Montes Guararapes se reflete, oficialmente, nos discursos que se inscrevem no referido processo, abordado aqui com um conjunto discursivo e assim com um todo-argumento, a fim de aprofundar o entendimento do sentido de lugar histórico, um “Campo de Batalhas”.

Como forma de estruturar a compreensão deste “todo-argumento”, o primeiro passo é o de buscar o seu entendimento estrutural, caracterizando as fases ou séries de conjuntos discursivos que o constroem, objetivando identificar e analisar nestes momentos os sentidos que estão implícitos ou emulados em relação ao valor histórico, trilhando o ateste da hipótese de que é o sentido de paisagem que lhe está subliminar.

O valor histórico atribuído pode então ser percebido pelo entendimento das motivações e dos interesses que consolidaram a idéia de patrimônio nacional, levando os Montes Guararapes a ser registrado no “Livro do Tombo Histórico”.

Nesse processo, considera-se que o primeiro ato de reconhecimento do valor patrimonial dos Montes Guararapes pode ser atribuído quando do tombamento da Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, em 1938, pelo recém criado Serviço do Patrimônio Histórico Nacional, SPHAN

⁵⁰ Processo de tombamento, instituído pelo Decreto-lei Nº 25 de 30 de novembro de 1937, no qual consta o seguinte (folha 55): nº de inscrição: trezentos e trinta e quatro; Obra: Campos das Batalhas de Guararapes; Situação: Município de Jaboatão dos Guararapes, estado de Pernambuco; processo n. 523-T-54; proprietário: Mosteiro de São Bento de Olinda, atualmente da União Federal; caráter do Tombamento: compulsório; data de inscrição: 30 de outubro de 1961.

(hoje IPHAN), quando reconheceu na edificação tanto um valor artístico quanto um valor histórico.

Entretanto observa-se que, na verdade, este ato, tem sua motivação originada ainda no século XVII, quando o primeiro indício do interesse de perpetuação da memória do lugar como um campo de batalhas se relaciona ao ato de Barreto de Menezes em doar uma porção de dez hectares de terra no entorno imediato do templo, aos monges beneditinos, com a incumbência de ali ser construída uma igreja em devoção a Nossa Senhora dos Prazeres⁵¹, e com a recomendação de que o terreno fosse inalienável. Atrelado a isso constava nas cláusulas da doação a obrigação de diariamente ser rezado pelos beneditinos o ofício em agradecimento às vitórias alcançadas sob a visão de Nossa Senhora dos Prazeres no combate aos holandeses.

Esta Igreja foi então construída num sopé de monte (ver Figura 41), ao lado do local onde fora travada a última Batalha dos Guararapes (1649), constituindo-se assim o primeiro marco de significância do sítio, expresso na intenção de se fazer “[...] perpetuar a memória, e atestar a posterioridade, de que a vitória da Batalha dos Guararapes, fora devido ao eficaz auxílio da Mãe de Deus”.



Figura 41- Fotografia aérea da Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres.
Arquivo PHNG/IPHAN/5ª.SR. Imagem original em cores.

Mas o processo de valoração oficial dos Montes Guararapes se configura a partir da abertura do processo de tombamento, descrito aqui de forma linear, seguindo a cronologia de

⁵¹ Em pesquisa histórica realizada por José Antônio Gonçalves de Melo para subsidiar a definição do tombamento, se encontrou a carta de doação que determinava que toda a área constante na doação inicial do general Francisco Barreto estaria gravada pela cláusula da inalienabilidade.

aparecimento dos documentos. Neste, observa-se a ordem de aparecimento dos sentidos que viriam a estruturar a atribuição do valor histórico do local, evidenciando em especial o aparecimento de referências diretas ou indiretas à paisagem.

Inicia-se mostrando que a motivação direta para a abertura do referido processo de tombamento está relacionada ao fato de que os monges beneditinos estariam tentando aprovar um plano de loteamento para uma grande área de duzentos e quinze hectares (excluídos os 10ha doados por Francisco Barreto de Menezes), no entorno da Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, que se constituía enquanto propriedade territorial da ordem.

A partir de 1953 evidencia-se o primeiro momento argumentativo no sentido de transcendência do valor histórico dos Montes Guararapes, quando uma matéria do Jornal Folha da Manhã expõe: “[...] **não vamos discutir o direito de posse ou de propriedade, porque no caso não está em jogo tal direito, pois os lugares históricos transcendem pela sua importância [...]**”.⁵²

Esta transcendência se dá quando da conotação de sagrado para o lugar, perceptível em outra matéria jornalística que alerta para a necessidade em se “[...] **tomar providências decisivas que impeçam o loteamento de qualquer trecho dos Guararapes, o que, levado a efeito, descaracterizará aquele cenário sagrado**”.⁵³

Observa-se nesse momento uma primeira referência indireta à paisagem, na utilização do termo “cenário”. Neste caso o “cenário” enquanto paisagem, associado a dimensão do “sagrado”, parece recordar a mesma acepção de Abrahan Lincoln, quando se referia aos campos de batalhas norte-americanos enquanto “campos santificados”.

Também neste período se observa um grande levante tanto de jornalistas quanto de historiadores e representantes de órgãos e entidades de classe como a Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional- DPHAN e do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco, se posicionando com alarde, contrariamente à tal proposta, como denuncia o título

⁵² *O Solo dos Guararapes*. Folha da Manhã. Recife, 27.12.1953.

⁵³ *Guararapes e os Arraiais do Bom Jesus*. Jornal do Comércio. Crônica da Cidade.

de uma matéria do Jornal do Comércio, de autoria de Costa Porto: **“Tradicionalistas pernambucanos, sentido! – Uma denúncia grave: quer-se lotear o Monte Guararapes. – Um crime que a consciência pernambucana não pode tolerar”**.⁵⁴

Mas é o Jornal local Diário da Noite, de 1953, onde se pode observar a primeira referência direta à importância da preservação da paisagem, quando emite opinião sobre o loteamento proposto pelos beneditinos:

O mal, sim, porque não é de modo algum um bem para a cidade, na forma como se processa, esse desadorno de loteamentos, sem obediência a nenhum plano, sem relação alguma com as medidas que se fazem urgentemente necessárias para preservar a paisagem, a base de abastecimento agrícola, as áreas livres para parque e jardins, da cidade do Recife e do largo trecho em redor. Trata-se de problemas em que não devem intervir apenas proprietários e corretores, mas que exigem a interferência severa do administrador, do urbanista, do paisagista, até do historiador – como no caso dos Guararapes – afim de que se evitem maiores prejuízos para o desenvolvimento harmônico da cidade.⁵⁵ (grifo nosso)

Observa-se no discurso acima uma visão interdisciplinar do conceito de paisagem, que aborda o problema como parte de uma todo-cidade, em prol de um “desenvolvimento harmônico”, e talvez neste sentido “sistêmico”. A amplitude dessa visão, para a época em que foi pronunciada, demonstra um pensamento avançado em relação ao desenvolvimento da noção de paisagem. É explícita a preocupação quanto à sua preservação, e o seu entendimento não se limita à noção tradicional de “cenário”.

Talvez, em decorrência dessa visão ampla de paisagem, é que surge a idéia da criação de um parque, numa carta de José. F. da Costa em 04.01.1954, enviada a Mário Melo:

Se me permite V.S., quero dar uma sugestão. Esta nossa querida Recife não dispõe de parques. Contam-se a dedo o 13 de Maio e o Horto Dois Irmãos. Aqueles Montes Guararapes, tão desnudos e pobres de vegetação, poderiam constituir-se em um grande horto de árvores frutíferas, com caminhos sinuosos serpenteando pelas ladeiras e enchendo de poesia e encanto aquela desnuda paisagem.⁵⁶

⁵⁴ Jornal do Comércio, Recife, 29.12.1953. Das Arquibancadas.

⁵⁵ *Defesa do patrimônio histórico*. Diário da Noite. Recife – PE. 31.12.1953.

⁵⁶ MELO, Mário. *ONTEM, HOJE E AMANHÃ*. Folha da Manhã. Recife: 07.01.1954

Na qual Mário Melo conclui: **“A idéia de parque não é nova. Tudo indica que ali deveria ser um parque nacional, porque Guararapes tem sentido mais amplo que o regional.”** (Grifo nosso).

Em um outro artigo do Jornal do Comércio, o autor da matéria ratifica a idéia acima através de uma carta endereçada a Mário Melo, em que um leitor sugere a instalação de um parque e de um horto florestal, **“[...] que servisse de um centro de atração turística, mantidas as linhas tradicionais do ambiente histórico [...].”**⁵⁷

Verifica-se no texto em destaque uma correção em relação à matéria que propunha a implantação de um horto com árvores frutíferas sem demonstrar preocupação com a preservação da paisagem histórica, refletindo que o horto florestal deveria manter as linhas tradicionais do ambiente histórico. Observa-se também o surgimento da noção de “ambiente”, relacionado à história.

No entanto essa idéia vem a ser fortemente combatida, pelos interesses dos beneditinos, que deixam entrever a problemática do lugar, ao descrever o cenário que já se estabelece em ameaça à sua propriedade privada: **“Freqüentemente os terrenos são invadidos por estranhos, que no espaço de uma noite constroem uma casa de taipa, cobertas de telhas [...]”**. Essa justificativa se contrapõe às visões da paisagem dos Montes Guararapes anteriormente expressa, uma vez que “pinta” outro cenário, o das habitações precárias que naquela altura já ocupavam parte do local.

Mas por outro lado os discursos tomam força na contestação do “plano de loteamento” idealizado pelos beneditinos. Os argumentos se fundamentam em princípios de ética e moral, justificando a necessidade em salvaguardar o espaço das batalhas como o “berço da nacionalidade”:

Que dirão aqueles que nos visitarem,[...], e virem o chão sagrado da pátria loteado. Que dirão os pósteros dessa atitude tão impatriótica? Como ficaremos perante nós mesmos perante o nosso futuro e o nosso

⁵⁷ O.P. NOTAS AVULSAS. Jornal do Comércio. Recife: 12.01.1954.

destino, se consentirmos que em que a terra onde os heróis lutaram pela liberdade seja dividida pelo trato comum de propriedade privada?⁵⁸

Isto se dá na ocasião dos preparatórios para a comemoração do “Tricentenário da “Restauração Pernambucana”, e em virtude da denúncia do referido plano de loteamento, reforçando-se o coro dos que argumentavam em favor da preservação dos Montes Guararapes⁵⁹, onde ao Campo de Batalhas era conotado como “o chão sagrado da pátria”.

Observa-se um indício do grau de importância que os Montes Guararapes representavam para a classe mais intelectualizada da época, defensora do valor patrimonial do lugar, ao estampar em matéria um tanto de descrédito remetido ao DPHAN (Departamento do Patrimônio Histórico Nacional), na morosidade sentida em salvaguardar o CBMG:

Tanto quanto sei, o Patrimônio Histórico não efetuou ainda o Tombo dos Montes Guararapes nem creio que o faça: pois se a questão acabar sendo de dinheiro, o governo federal já evidenciou nenhum apreço que lhe merece a restauração.⁶⁰

Este primeiro momento, de identificação do valor histórico do CBMG, traz em seu cerne os sentimentos tanto de patriotismo como de sacralidade do território onde se desenvolveram as batalhas dos Guararapes. Temas estes que claramente podem ser observados em matéria que autoriza o Executivo a desapropriar os terrenos circunvizinhos à Igreja Votiva de Nossa Senhora dos Prazeres, sob a justificativa de que: **“A alienação, visando fins estreitamente comerciais, das terras em causa, seria uma profanação e, poderíamos dizer de igual modo, um atentado aos sentimentos patrióticos do povo pernambucano [...]”**.⁶¹

Desde então são demandados estudos para o Serviço do Patrimônio Histórico Nacional, SPHAN, com o objetivo de identificar o local das batalhas a fim de se estabelecer a salvaguarda desse local histórico como de importância para a preservação da memória da nação que, no caso

⁵⁸ *O Solo dos Guararapes*. Folha da Manhã. Recife:27.12.1953.

⁵⁹ *Tradicionalistas pernambucanos, sentido! – Uma denúncia grave: quer-se lotear o Monte Guararapes. – Um crime que a consciência pernambucana não pode tolerar*. Jornal do Comércio. Das Arquivancadas. Recife: 29.12.1953.

⁶⁰ *Ibidem*. 29.12.1953.

⁶¹ *A desapropriação dos terrenos circunvizinhos à Igreja votiva de Nossa Senhora dos Prazeres*. Folha da Manhã. Recife: 05.01.1954.

em questão, trata-se do reconhecimento do surgimento da “pátria”, pela expulsão definitiva dos holandeses dessas terras, em 1654.

Dessa forma, o valor histórico do sítio que se evidencia no processo de tombamento desde já traz à tona os conflitos de interesses que o caracterizaram, que vem a ser polarizados entre o DPHAN e a Congregação dos Monges Beneditinos de Olinda.

É quando então o historiador José Antônio Gonsalves de Melo desenvolve uma pesquisa que objetiva investigar a condição de propriedade das terras do Montes Guararapes e verificar se a proposta de loteamento interfere na compreensão do local histórico, levantando o questionamento e concluindo com um aval:

[...] é saber se o loteamento dos beneditinos ofende ou não a área que foi o cenário das duas batalhas de Guararapes. E a resposta é simples: ofende gravemente.

Vê-se por aquele documento que trechos importantes dos Guararapes, diretamente ligados aos acontecimentos históricos ali verificados, e situados parcialmente em elevações, estão no loteamento.⁶²

Observa-se novamente que a preocupação em não se permitir o loteamento dos Montes Guararapes se relaciona à perspectiva da preservação do “cenário” das batalhas, onde se deram os acontecimentos históricos.

Um dia após essa declaração, o Jornal do Comércio vem a colocar novamente a idéia de “parque histórico” quando defende: “Transformemos o trecho histórico num parque – o Parque da Restauração, onde os pernambucanos do século XX tenham viva a lição de bravura e de patriotismo que nos legaram nossos maiores.”⁶³

A declaração supramencionada de José Antônio Gonçalves de Melo, serve como base para emissão de parecer, enviado a Dr. Ayrton Carvalho, Chefe do 1º. Distrito da DPHAN, recomendando a preservação da área, referenciando a morfologia da paisagem:

Do ponto de vista de estudioso de assuntos históricos, parece-me conveniente a preservação, como monumento nacional e quaisquer que

⁶² *A Denúncia Confirma-se*. Diário da Noite. Recife: 14.01.1954.

⁶³ O.P. Notas Avulsas Jornal do Comércio. Recife: 15.01.1954.

sejam os proprietários, de tôda (sic) a área de terreno que abrange o monte do Oitiseiro, os 'outeiros' dos Guararapes propriamente ditos, isto é, as elevações gêmeas citadas e respectivas encostas ocidentais e orientais, estas últimas a serem acrescidas dos chãos que se estendem até a margem da Estrada Recife-Cabo-Muribeca.

É quando em 1954 é Constituída pela DPHAN uma “Comissão Arbitral”, composta por um representante do Ministério da Guerra, um da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, um do Governo do Estado de Pernambuco e um do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco, para demarcar o local das batalhas dos Guararapes.

Em seu parecer de instrução para delimitação do tombamento, estabelece-se o seguinte objetivo delineado pela DPHAN para a Comissão: **“c) delimitar áreas contíguas ao campo das batalhas, [...], num conjunto paisagístico indispensável à compreensão dos sucessos que aí se desenrolaram.”**⁶⁴

Evidencia-se aqui que a paisagem é algo mais amplo que o próprio local onde se deram as batalhas, compreendendo como fundamental a preservação do que viria a se constituir mais tarde na idéia de “entorno do bem tombado”.

Esse primeiro momento culmina em 14 de março de 1955 com a solicitação oficial pelo tombamento da área onde ocorreram as batalhas dos Guararapes, por intermédio do Instituto Histórico, Arqueológico e Geográfico de Pernambuco em ofício deste Instituto dirigido à DPHAN.

A partir de então, é aberto oficialmente o referido processo de tombamento e, por determinação do Presidente do Conselho Consultivo da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rodrigo de Melo Franco de Andrade, é escolhido o conselheiro Pedro Calmon como o Relator do processo. Constitui-se esse novo momento de grande interesse para os objetivos desta pesquisa, uma vez que estão aqui concentrados os julgamentos de valor sobre o Campo de Batalhas dos Montes Guararapes, na deliberação do tombamento do local pelo valor histórico.

⁶⁴ DPHAN. *Parecer*. Rio de Janeiro: 24.01.1972.

Inicia-se por verificar que em seu primeiro trabalho de relatoria, o Conselheiro Pedro Calmon através de um parecer subsequente à instrução da DPHAN para o procedimento do tombamento, já entrevê o interesse pela paisagem do lugar:

[...] é de parecer o Conselho Consultivo da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional que seja tombada, inscrevendo-se entre paisagens, monumentos e locais que ‘ficam sob a proteção do poder público’.

É exatamente de paisagem e monumento nacional que se trata. Ameaçados de loteamento, e conseqüentemente, de ocupação pela pequena propriedade, desfiguramento e perda de características topográficas, os outeiros onde se travaram as duas batalhas dos Guararapes.⁶⁵

Este parecer traz a noção de paisagem associada à noção de monumento nacional, numa visão inovadora diante do contexto discursivo até então proferido. Constitui-se numa nova abordagem dentro da política nacional de preservação, uma vez que esta até então só se admitia a associação da idéia de monumento aos objetos arquitetônicos. Observa-se ainda que o relator sugere inscrever o “Campo de Batalhas” na categoria de “paisagem”, argumentando a necessidade de sua preservação sob pena de “desfiguramento” e “perda de características topográficas”.

Observa-se ainda, neste mesmo parecer que o indicativo da paisagem do campo de batalhas como monumento se baseia em uma referência a outros parques históricos do mundo, como o Gettysburg National Military Park, instituído no cenário da grande batalha decisiva da Guerra de Secessão, e os campos de batalha de Big Hole, em Montana; de Antietam, em Maryland; de Chickmauga, em terreno comum à Geórgia e ao Tennessee; a área circunvizinha do Fort Necessity, na Pensylvania, e muitos outros locais do mesmo gênero.⁶⁶

Neste sentido, em 30 de junho de 1955 é aprovada por unanimidade do Conselho Consultivo do DPHAN a solicitação do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de

⁶⁵ CALMON, Pedro. *Parecer*. Universidade do Brasil.

⁶⁶ Ministério da Educação e Saúde. *Informação n. 240*. Rio de Janeiro: 10 .05.1955.

Pernambuco para o tombamento do CBMG, registrado em determinação do Ministério da Educação e Saúde, que resolve:⁶⁷

- 1º) Determinar a inscrição, no livro do Tombo Histórico, da área do campo de Batalha dos Guararapes;
- 2º) incumbir a uma comissão idônea, a ser integrada de membros do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, do Governo do Estado de Pernambuco e do Comando da Região Militar ali sediada, e da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a proposta de demarcação da área integral do campo de batalha que, em definitivo, deva ser protegida pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
- 3º) Recomendar que se proceda ao levantamento de outros sítios históricos equivalentes ao dos Guararapes e que, uma vez documentada a sua importância para a tradição nacional, se promova o respectivo tombamento.

Destaca-se nesta resolução, a recomendação em se proceder a levantamento de outros “campos de batalhas”, a fim de que também se proceda a estudos de tombamento, o que denota o grande interesse que se levantou pelo tema.

Seguindo o procedimento previsto no Decreto-Lei 25 para os casos de tombamento, o Abade do Mosteiro de São Bento D. Bonifácio Jansen recebeu então a Notificação de nº 762⁶⁸, que dá conhecimento oficial para anuir sobre a resolução do tombamento, e concede prazo de 15 dias para o notificado se manifestar com justificativas, se entender pela impugnação.

Em Ofício subsequente da DPHAN nº 637, é também comunicado ao Ministro da Educação e Cultura, Cândido Mota Filho, a resolução do Conselho Consultivo.

Esta resolução é noticiada em um jornal local com apelo paisagístico que destaca a “cena” do lugar histórico: **“A delimitação da área indicará o que deve ser absolutamente preservado como de interesse histórico, ou seja, o quadro e a moldura – se assim podemos dizer – das batalhas.”**⁶⁹

⁶⁷ Ministério da Educação e Saúde. Conselho Consultivo do Patrimônio histórico e Artístico Nacional. *Resolução. 30.06.1955* Rio de Janeiro. São signatários do documento o então presidente da DPHAN Rodrigo Melo Franco de Andrade e o relator do processo Pedro Calmon.

⁶⁸ Notificação assinada por Rodrigo Melo Franco de Andrade, Diretor da D.P.H.A.N teve a anuência do Abade do Mosteiro de São Bento em 11 de julho de 1955.

⁶⁹ *Preservação de Guararapes*. Diário da Noite. Recife: 07.07.1955.

Destaque para a expressão “quadro e moldura”, onde a idéia de paisagem parece estar muito mais associada a uma “cena”, o fato histórico.

Em 18 de julho de 1955 o Abade do Mosteiro de São Bento de Olinda, em resposta à notificação nº 762 do DPHAN, solicita a impugnação do tombamento do CBMG, tentando impedir a aprovação da proposta de desapropriação, em favor de seu direito à propriedade de 225 há, sendo uma parte menor de território (10 ha) adquirida por meio de doação do general Francisco Barreto de Menezes, na época das batalhas dos Guararapes no século XVII, e a restante através de aquisição a terceiros (215 ha). Numa matéria em jornal local o abade beneditino alega o que segue:

[...] o Mosteiro de São Bento não desrespeita a História dos Guararapes, mesmo loteando, como pretende, uma parte de tão considerável área, pois a expansão demográfica exige o aproveitamento dos terrenos baldios de grande extensão. Aliás, no loteamento previsto existem áreas reservadas a uma futura matriz, na parte plana, ao lado da estrada pavimentada, e a dois grupos escolares, o que vem ao encontro das necessidades da população.⁷⁰

A tal justificativa se acrescenta um teor mais severo quando os padres beneditinos interpelam o então Ministro do Exército, Brigadeiro Eduardo Gomes, para que interfira no processo de tombamento, colocando em questão inclusive a validade do Decreto-Lei 25, que segundo os mesmos, se estabeleceria de forma autoritária, com as seguintes palavras: **“A farsa, que tem roupagem de reivindicação histórica é um assalto premeditado ao Patrimônio da Capela de Nossa Senhora dos Prazeres, local onde se deram as memoráveis batalhas dos Guararapes”**. E conclui:

Se há intenção de que a área controvertida passe ao domínio do Estado, que o estado baixe o decreto de desapropriação, mande avaliar a área por perito insuspeito e abra o crédito para o pagamento do seu valor. Se não há essa intenção, determine administrativamente o destombamento, a fim de que o MOSTEIRO DE SÃO BENTO possa dar ao patrimônio da CAPELA DE NOSSA SENHORA DOS PRAZERES o destino que for mais conveniente.⁷¹

⁷⁰ *O Loteamento dos Guararapes*. Informações prestadas pelo abade do mosteiro de São Bento – A edificação parcial constitui, ao seu ver, um imperativo de ordem urbanística.

⁷¹ Olinda, 20 de agosto e 1955. Trecho de Ofício dirigido ao Exmo. Sr. Tenente- Brigadeiro Eduardo Gomes. DD. Ministro da Aeronáutica. Autor: Dom Bonifácio Jansen, Abade do Mosteiro de São Bento de Olinda

Neste mesmo ofício observa-se que, embora a princípio aceite o valor histórico agregado ao local, pelo fato das “memoráveis batalhas dos Guararapes” como se refere, o valor de uso parece ser um *mais valia*, quando justifica o reclamo pelo loteamento, em função de considerar a área de sua propriedade extensa e “improdutiva”.

No entanto, o Conselho do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 13 de dezembro de 1955, decidiu pela impugnação do pedido de destombamento, registrada na 19ª sessão ordinária (13/12/1955), seguindo o parecer de Pedro Calmon⁷², quando concluiu: **“O essencial é que se cumpra a decisão adotada, de salvar para a posteridade o sítio das duas batalhas dos Guararapes, impedindo-se com isto a destruição de um monumento natural (e paisagístico) do maior interesse para a cultura brasileira.”**

A diretoria do DPHAN determinou assim que a comissão procedesse ao trabalho de demarcação da área histórica, definindo a poligonal topográfica e delimitação de áreas contíguas ao Campo de Batalhas.

Entretanto em 25 de abril de 1956 é apresentada pelos beneditinos nova interposição através de um mandado de segurança contra a decisão do Conselho Consultivo da DPHAN. Neste documento observam-se, nas motivações apresentadas, o teor eminentemente defensivo por um lado e acusatório por outro. Defensivo quando argumenta: pelo direito à propriedade, adquirida de forma legal, através de diversas escrituras públicas de doações e de compra e venda; em função da inexatidão do local das batalhas, acreditando ser “assunto de difícil solução”, em função das mudanças ocorridas no local (estradas de rodagem, estrada férrea, edificações e aterros em larga escala) e em função da distância de três séculos decorridos das batalhas, vez que até mesmo as pesquisas do historiador Frei Lino do Monte Carmelo foram infrutíferas nesse assunto. Também argumenta que a inutilização de extensa área é contra-indicada, em razão das

⁷² Conselho Consultivo do DPHAN. *Parecer*. Rio de Janeiro: 12/12/1995.

“dezenas de casas que já estão construídas”, não obstante a vigilância dos beneditinos, sendo objeto de várias crônicas policiais e judiciárias.

Por outro lado, os argumentos acusatórios se fundamentam nos seguintes pontos: que o DPHAN teria induzido a Prefeitura de Jaboatão a adiar indefinidamente a aprovação do pedido de loteamento, que já estava em curso, e que por isso foi necessário entrar com um mandado de segurança contra a referida Prefeitura, conseguindo por fim a aprovação do plano de loteamento—uma vez iniciado o plano de vendas o DPHAN “comete a iniquidade do tombamento,” destacando: **“maior atentado não se poderia praticar contra a propriedade privada, e atentado premeditado de longa data”**. E por este argumento questiona a legitimidade do ato:

O decreto—Lei 25, de 30 de novembro de 1937, é de discutida constitucionalidade, porque afeta o direito de propriedade, que a constituição claramente garante. Em segundo lugar, o referido decreto—lei não determina tombamento de terrenos baldios, mas apenas de ‘monumentos naturais’, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger [...].

E completa a sua argumentação dando o seu entendimento do que seria objeto de tombamento passível de ser enquadrado no referido decreto:

Refere-se o Decreto—Lei a monumentos naturais, sítios e paisagens de feição notável, como cachoeiras, lagos, ilhas, pedras, ou árvores seculares e raras. Não é o caso do terreno tombado, que compreende 225ha [...] no centro do distrito de Prazeres, onde se eleva desordenadamente menos de uma centena de habitações modestas [...] construídas de taipa em quase toda a sua totalidade, sem qualquer valor artístico, arqueológico, ou mesmo histórico.

Entretanto, esta ação é denegada ainda em agosto do mesmo ano, pelo Juiz João Fontes de Faria, da Vara da Fazenda Pública de Pernambuco, após o recebimento de esclarecimentos encaminhados pela DPHAN por meio do Ofício nº 422 de 16 de maio de 1956, no qual argumenta pela improcedência do ato de impugnação do tombamento, esclarecendo que o Conselho Consultivo já havia novamente deliberado pela manutenção do tombamento, baseado nos estudos do historiador José Antônio Gonçalves de Mello e apresentadas pelo relator Pedro Calmon. No rebate da acusação de que o tombamento é “providência iníqua”, a DPHAN

responde por intermédio do diretor Rodrigo Melo Franco de Andrade, indicando o seu entendimento do tombamento do Campo de Batalhas no escopo do próprio Decreto-Lei nº 25, em seu artigo 1º, visando mostrar o enquadramento legal do ato, destacando (palavras grifadas no original):

Art.1º - Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja vinculação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico

Pelos destaques dados, evidencia-se a sua compreensão do campo de batalhas como um bem imóvel associado diretamente e unicamente à significação histórica do local, como um fato memorável, na forma como compreende o Decreto-Lei 25.

Negada todos os mandados de segurança impetrados pelos beneditinos, os requerentes são condenados pelo juiz João Fontes Farias a pagar as custas processuais.

Definido o debate, em 13 de setembro de 1956 a Assembléia Legislativa de Pernambuco, através do 1º Secretário da Câmara Municipal do Recife, Aristófanos de Andrade Silva, faz voto de “regozigo” à DPHAN, por meio de solicitação do Vereador José Guimarães Sobrinho, relativo à referida decisão judicial, ressaltando a repercussão pública do ato e o apoio que se sente à ação desta Diretoria.

A partir de então, entre os anos de 1956 a 1960, foram desenvolvidos os trabalhos de demarcação da área que compreende o Campo das Batalhas dos Guararapes, pela instituída Comissão Demarcadora, enquanto a repercussão pela definição do tombamento continuou sendo assunto nos jornais locais, acompanhando-se também e amplamente divulgando-se os resultados da referida Comissão. Nesse ínterim, o chefe do 1º Distrito da DPHAN, Ayrton Carvalho, alerta em Ofício nº 28/60 de 22 de março de 1960, a Rodrigo Melo Franco de Andrade, sobre o crescente número de construções nas proximidades dos Montes Guararapes, dentro da área histórica das batalhas, assim verificado a partir dos primeiros resultados da comissão demarcadora, sugerindo a máxima urgência do tombamento da área.

Esse segundo momento caminha para o desfecho dos debates sobre o valor histórico dos Montes Guararapes quando se concretizam, em 1960, os trabalhos da Comissão Demarcadora, embasada no relatório do historiador José Antônio Gonçalves de Mello, formulado com base em fontes históricas seiscentistas, utilizando como principais fontes as comunicações oficiais do general das tropas luso-brasileiras à época das batalhas, Francisco Barreto de Menezes e do comandante das tropas holandesas Sigemundt von Schkoppe, bem como dos cronistas Diogo Lopes Santiago e Padre Lino do Monte Carmelo.

José Antônio Gonçalves de Mello assim desenvolve seu estudo buscando identificar com precisão a localização do Boqueirão, como local principal que fora palco das duas batalhas, em resposta às freqüentes contestações dos beneditinos, alegando que esta área não fazia parte de sua propriedade. Ao contrário, seu parecer conclui: “o terreno do loteamento abrange nos seus lotes C,D,E,F,G,H,I,J,K,L,M,N,O,P,Q,R,S e T o local memorável onde se travaram as duas batalhas dos Guararapes, inclusive a passagem e boquiereão, centro das lutas, como deixei apontado.”

Finaliza o seu parecer expressando seu juízo:

Do ponto de vista de estudioso de assuntos históricos, parece-me conveniente a preservação, como monumento nacional e quaisquer que sejam os proprietários, de toda a área de terreno que abrange o monte do Oitiseiro, os “outeiros” dos Guararapes propriamente ditos (isto é, as elevações gêmeas citadas) e respectivas encostas ocidentais e orientais, estas últimas a serem acrescidas dos chãos que se estendem até a margem da Estrada Recife-Cabo-Muribeca

Concluiu-se deste que a área integral do campo de batalha dos Guararapes compreende o Morro dos Oitizeiros, onde se situa o Cemitério dos Prazeres, e duas elevações gêmeas em forma de ferradura, denominado de Outeiro dos Guararapes, onde está construída a Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres⁷³, segundo mapa abaixo (figura 42).

⁷³ Parecer da Comissão Demarcadora da Área Histórica das Batalhas dos Guararapes Apresentado ao Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. “(...) é de parecer o Conselho Consultivo da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional que seja tombada, inscrevendo-se entre paisagens, monumentos e locais que ‘ficam sob a proteção do poder público’”.

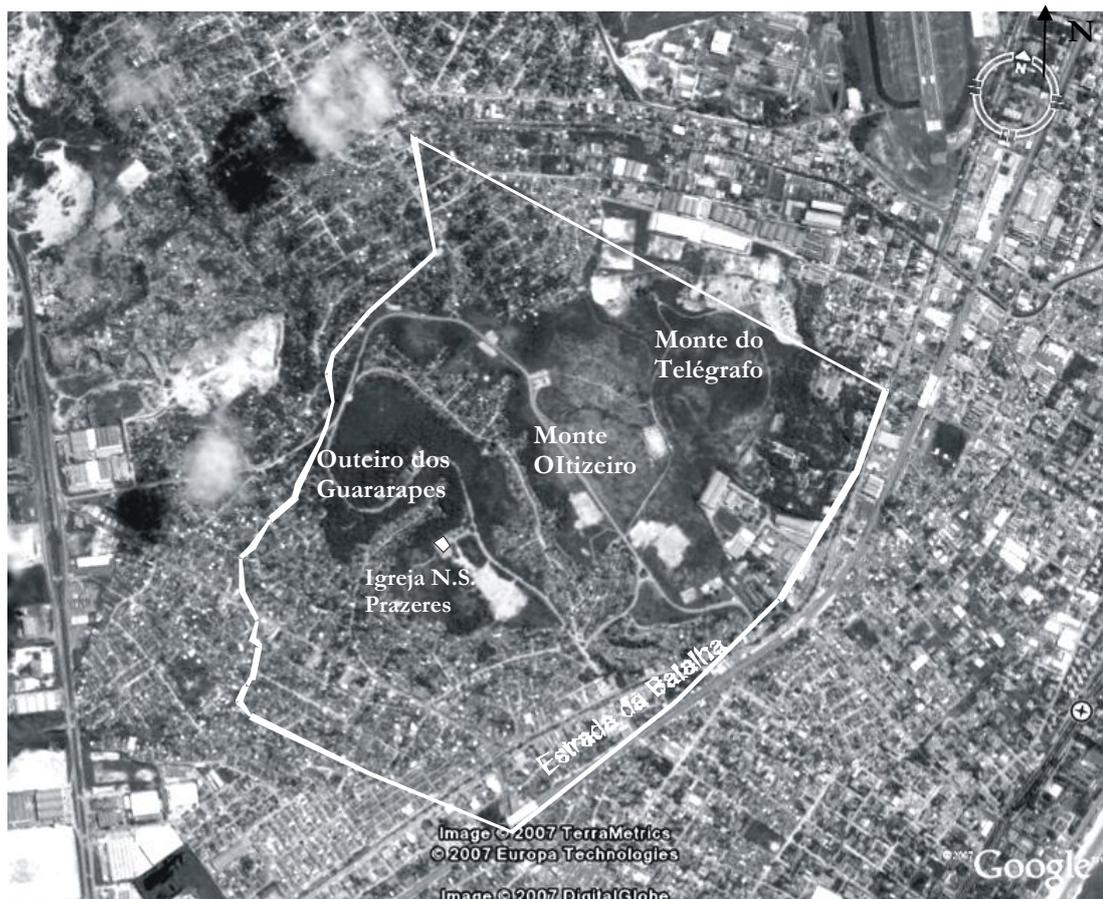


Figura 42- Poligonal de tombamento.

Fonte: IPHAN/5ª.SR/PHNG. (Edição do autor). Base: Imagem de Satélite *Google Earth*

Referencia ainda que configura o sítio das batalhas “[...] a área que se situa entre a poligonal inscrita e o litoral”, objetivando a preservação da vista para o mar, obtida a partir do alto dos montes, como também a que se obtém do entorno para os montes⁷⁴.

Dessa forma, o parecer estabelece a demarcação do lugar (ver mapa da figura 43) utilizando como referencial a morfologia da paisagem, descrevendo e relacionando os fatos históricos das batalhas com a caracterização paisagística. O que tornaria possível se construir uma

⁷⁴ Parecer da Comissão Demarcadora da Área Histórica das Batalhas dos Guararapes Apresentado ao Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Destaca-se que além da área integral do campo de batalha a ser protegida pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, parece à Comissão convir preservar a que se situa entre a poligonal inscrita no mapa que constitui o anexo nº 1 e o litoral. Isto porque a visão de conjunto dos Montes em relação com o terreno (à época das lutas constituído por grandes alagados) situado entre eles e o litoral, e dos Montes em relação com o mar, que do alto deles se avista, só poderá ser preservada para os pôsteres se para a área que se situa entre a poligonal referida e o litoral forem fixadas normas que impeçam a utilização dela para construção de edifícios que interceptem a vista do mar que do alto dos Montes se obtém. A comissão, propõe que se estabeleça um gabarito para as construções que nessa área forem levantadas.

imagem da cena por meio da re-configuração mental da paisagem a partir dessa passagem histórica.⁷⁵

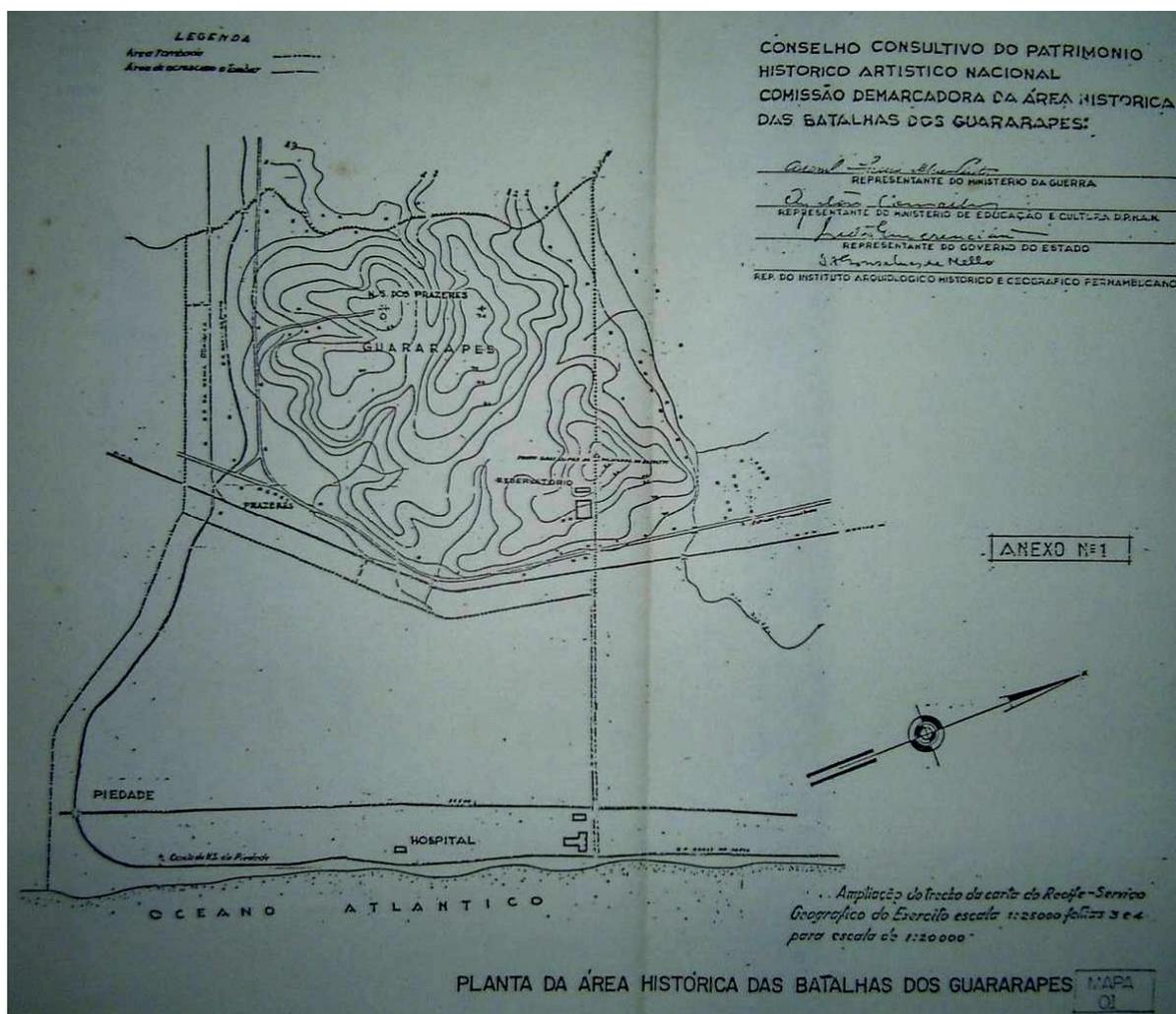


Figura 43- Mapa dos Montes Guararapes com a delimitação da área de tombamento, desenhado pela Comissão Demarcadora da Área Histórica das Batalhas dos Guararapes.

Esse segundo momento argumentativo se conclui com a consolidação do tombamento, quando ficou então registrado no Livro Histórico de Tombo nº 334, Volume I, fls. 55, em 30.10.1961, a área de reconhecido valor histórico como “Berço da Nacionalidade Brasileira, apresentando-se como o objeto de tombamento o “Campo das Batalhas dos Guararapes”.

⁷⁵ Parecer dirigido ao Conselho Consultivo pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro: 24.01.1972.

Por fim, o tombamento é reafirmado pela portaria de desapropriação (ver mapa da figura 44) através do Decreto n. 57.237 de 1965 que destina uma área de 225ha, pertencentes à ordem de São Bento, declarando-se como de utilidade pública. Essa desapropriação foi objetivada para a criação do Parque Histórico Nacional dos Guararapes (PHNG), em 1971, instituído pelo Decreto n. 68.527, durante o Governo do General Emílio Garrastazu Médici.

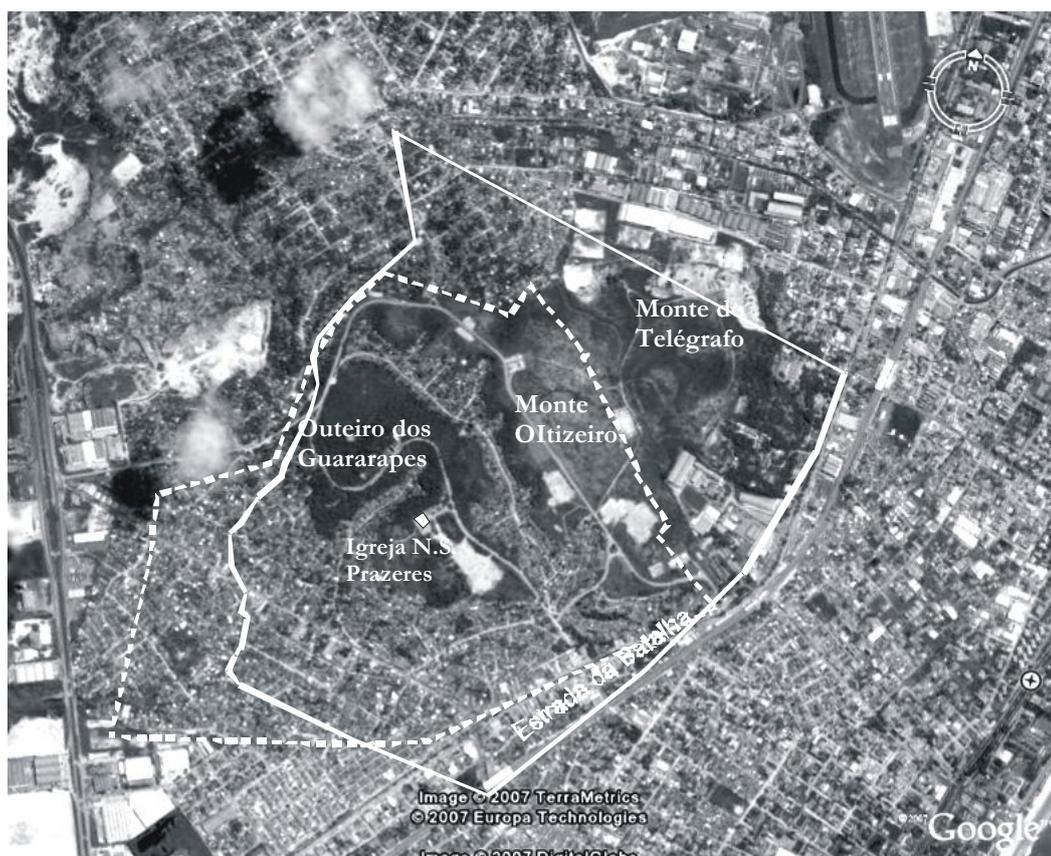


Figura 44- Poligonal de desapropriação (linha tracejada) e poligonal de tombamento (linha contínua)

Fonte: IPHAN/5ª.SR/PHNG. (Edição do autor). Base: Imagem de Satélite *Google Earth*

Para tanto, em 30 de setembro de 1965 foi constituída uma comissão de avaliação do valor dos terrenos, designada pelo Diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a fim de estimar o valor de indenização, formada pelo capitão Marcelo Pinheiro Pinto, e pelos engenheiros Antônio Bezerra Baltar e Antônio José Galvão de Siqueira, estabelecendo-se o valor de trezentos e sessenta milhões de cruzeiros. Os critérios estabelecidos para a referida contabilidade foram o

fator comparativo com outras transações realizadas nas redondezas e o valor estimativo decorrente do uso de maior rentabilidade, no caso o loteamento residencial.

Em setembro de 1974 é proposta a ampliação dos limites de tombamento, a partir dos estudos de visibilidade e ambiência (figura 45), visto que:

a) não são suficientes para garantir a beleza do ambiente natural, ainda quase intacto, os limites da área de proteção em vigor; b) que o surgimento de novos volumes nas proporções das edificações já existentes e aprovadas por este instituto, com altura de até 12 pavimentos viria a quebrar a escala do conjunto, onde predomina a Capela de Nossa Senhora dos Prazeres [...].

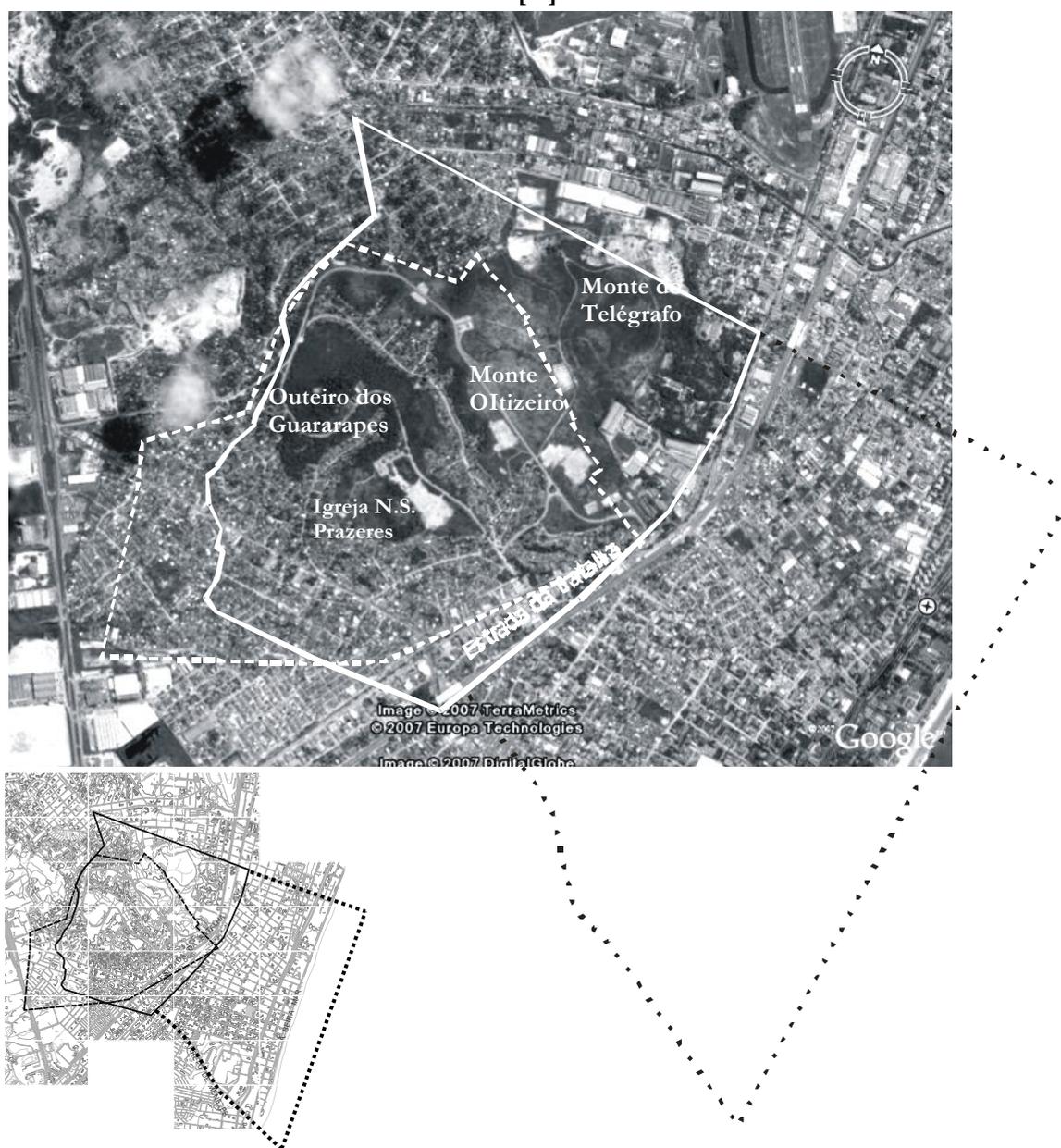


Figura 45- Poligonal de tombamento (linha contínua), poligonal de desapropriação (linha tracejada e poligonal de ambiência e visibilidade (linha pontilhada).

Fonte: IPHAN/5ª.SR/PHNG. (Edição do autor). Base: Imagem de Satélite *Google Earth*

O projeto do Parque⁷⁶ (figura 46), elaborado em 1973, pelo arquiteto Armando de Holanda Cavalcanti, foi proposto com a intenção de se criar “[...] um ambiente contínuo, tratado na escala da paisagem”, com a preocupação de se obter um equilíbrio entre os equipamentos programados com as “[...] funções cívicas, culturais, religiosas, recreativas e administrativas [...]”, distribuídos nas áreas baixas ou fora do raio de 700,00m do campo visual da Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, de forma a liberar ao máximo o terreno para a devida valorização paisagística.



Figura 46- Planta do projeto para o PHNG, de autoria do arquiteto Armando de Holanda Cavalcanti. Fonte:
 Fonte: Pró-memória, 1987.

Na proposta de criação do PHNG se previu também a ampliação da área desapropriada, pelo acréscimo de sete outras áreas pertencentes a propriedades privadas, no entorno do limite de tombamento.

Atualmente, parte desses territórios constituem áreas de entorno para proteção da ambiência e visibilidade, com diretrizes para ocupação estabelecidas pela Informação

⁷⁶ Para a elaboração do projeto do PHNG foi firmado convênio entre o IPHAN e a UFPE, através da Faculdade de Arquitetura para a criação do que seria “um símbolo maior de esforço político em prol da nacionalidade.” (Segundo diz o Diário de Pernambuco – 146 n.º.08 de 10 de janeiro de 1971, in CARNEIRO, 1989).

n.11/FMBG/99/IPHAN/5ª.SR de 19 de abril de 1999. Entretanto, o projeto de parque elaborado pelo arquiteto Armando de Holanda, não chegou a ser implementado em sua totalidade. Na verdade, apenas uma pequena quantidade de equipamentos foi construída (guaritas nos acessos, o blocos administrativos e o restaurante) mas não o suficiente para constituir, de fato, um parque, com usos e funções próprios de seus atributos.

4.3 Resultados da análise e interpretação do “processo de tombamento”

Identifica-se claramente no processo de tombamento que o objeto do discurso é os Montes Guararapes, enquanto um campo de batalhas. A premissa básica presente na maioria dos argumentos é a de que as Batalhas dos Guararapes constituíram-se em fato histórico de suma importância para o estabelecimento da nacionalidade brasileira e portanto, deveriam ser preservados para a posteridade. Que no contexto das batalhas os holandeses figuravam como os invasores e inimigos, ratificando a posição em geral adotada pela historiografia oficial, polarizando com os da terra, representados pelos luso-brasileiros. É onde a nacionalidade brasileira é representada pelas forças que constituíram o primeiro exército nacional, formado pelas raças branca, negra e índia, no que teria sido uma ação pioneira de ajuntamento militar na defesa do território nacional.

Os sujeitos argumentativos que configuram os debates sobre a preservação dos Montes Guararapes se comportam de forma polarizada: de um lado, argumentando em favor da preservação do Campo de Batalhas estão a DPHAN (anterior SPHAN e atual IPHAN), o Exército Brasileiro e o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco, recebendo grande apoio da mídia jornalística, que empreende inflamados discursos corroborando com a idéia da preservação por meio do instrumento do Tombamento, previsto no Decreto-Lei 25 de 1937. Do lado oposto está a instituição religiosa – a ordem Beneditina, possuidora de um

território de 225 ha no entorno da Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, desejosos de implementar plano de loteamento aprovado pela Prefeitura Municipal de Jaboatão em contraposição à identificação de que o Campo de Batalhas seria coincidente com a maior parte dos terrenos de sua propriedade, adquiridos através de diversas escrituras de doação e de compra e venda desde a construção da ermida em 1656.

Nesta polarização de idéias, o processo de tombamento pode ser compreendido a partir de três momentos fundamentais que marcaram o estabelecimento do valor patrimonial do local: interpreta-se que o primeiro momento seria o da “evocação do valor histórico” da importância histórica do local das Batalhas dos Guararapes. O segundo momento seria da “consolidação do valor histórico”.

O primeiro momento, da “evocação do valor histórico” pela preservação dos Montes Guararapes, compreendido entre os anos de 1953 a 1955, se estabeleceu a partir do reconhecimento da potencialidade do sítio como de valor nacional e culmina com a solicitação oficial do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco, em consonância com o Governo do Estado de Pernambuco e a Comissão Organizadora e Executora do Tricentenário da Restauração Pernambucana. Este primeiro momento foi deflagrado em resposta à repercussão na mídia jornalística impressa de um plano de loteamento para a área, a cargo dos monges beneditinos do Mosteiro de São Bento de Olinda. Isso às vésperas das comemorações pelo Tricentenário da Restauração Pernambucana, apelando aos poderes públicos à tomada de decisão quanto à salvaguarda do local das batalhas. Participaram ainda a Academia Pernambucana de Letras; a Assembléia Legislativa de Pernambuco, a Prefeitura Municipal de Jaboatão e o Primeiro Distrito da DPHAN, atual 5ª Superintendência Regional do IPHAN.

O segundo momento, o da “consolidação do valor histórico”, se inaugura com a anuência do tombamento pelo Conselho Consultivo do DPHAN, em resposta à solicitação oficial impetrada pelo Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco. É o momento que se constitui no cenário de grandes discussões, antagonizado entre os grupos pró (Exército,

IAHG/PE e SPHAN) e contra (beneditinos) à preservação do CBMG (nos termos da inalienabilidade defendida pelos primeiros e em contraposição ao plano de loteamentos dos Montes Guararapes, defendido pelo segundo), aflorando aí os interesses, aspirações e valores específicos de cada grupo, caracterizando as dimensões culturais, político-ideológicas e sociais. O debate se configura com mais força ente o DPHAN, na figura de Rodrigo de Melo Franco de Andrade e do Relator do processo de tombamento o conselheiro do DPHAN Pedro Calmon. É nesse momento onde são demandados estudos específicos para demarcação da área histórica onde ocorreram as Batalhas dos Guararapes, cabendo ao historiador José Antônio Gonsalves de Mello, dirimir as dúvidas existentes, respondendo aos severos ataques dirigidos ao DPHAN e à acusação de posição arbitrária, autoritária e postada na argumentação da inconstitucionalidade do Decreto-Lei 25, que instituiu o instrumento do tombamento.

Este momento culmina com a deliberação pelo tombamento do CBMG no âmbito federal, em 1961, inscrevendo o Campo de Batalhas no Livro do Tombo Histórico e demarcando-se a poligonal de tombamento com base no parecer da Comissão Demarcadora.

Assim o CBMG foi estabelecido pela importância histórica, considerando-o como “o berço da nacionalidade”, representando o local onde Brasil teria se afirmado enquanto nação, por terem conseguido os luso-brasileiros, expulsar definitivamente de seu território os “invasores” holandeses.

A partir da caracterização desses dois momentos da argumentação do processo de tombamento, em função dos “conjuntos discursivos” evidenciados, pode-se relacionar com as estratégias discursivas explicitadas por Perelman (1996), com base nos gêneros oratórios aristotélicos expostos por Gil (2004) a partir da identificação dos discursos do tipo epidítico, do tipo deliberativo e do tipo judicial que se apreendem, como apresentados no capítulo metodológico.

Assim, o primeiro momento (a “evocação do valor histórico”) caracteriza-se pelo discurso do tipo “epidítico”, baseado no ato de evocar o valor histórico, utilizando caracteristicamente o

tempo futuro como um tempo imaginado, em que se almejam os Montes Guararapes preservado para a posteridade.

O segundo momento (a “consolidação do valor histórico”) a tônica da argumentação se baseia no discurso do tipo deliberativo- judicial caracterizado pelo julgamento do CBMG pelo valor histórico, emitindo em seu conteúdo um teor de acusação por um lado e defesa por outro, questionando valores éticos e morais, utilizando o tempo passado como reforço para a conotação de cobrança, tentando conquistar o “auditório” que dialetiza no processo de tombamento, tanto os representantes das instituições oficialmente ligadas ao processo, o Exército, o IAHG/PE e o SPHAN, e os Beneditinos, quanto o público em geral que pôde acompanhar esse debate em função de sua repercussão nos jornais locais. Como resultado dos debates polarizados desse segundo momento, se apreende dos sujeitos discursivos, entendido pelas instituições que dialetizam no processo, o seguinte quadro síntese sobre os juízos de valor que caracterizaram as argumentações de cada um dos grupos de sujeitos argumentativos.

QUADRO DE FORÇAS POLARIZADAS NO PROCESSO DE TOMBAMENTO / SUJEITOS DOS DISCURSOS		
	DPHAN & Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco	Congregação dos Monges Beneditinos de Olinda
Argumentos/ Juízos de Valor	Valor histórico e valor nacional dos Montes Guararapes- bem intangível	Valor de uso da propriedade particular- bem material
	Inalienabilidade - desapropriação	Direito à propriedade- plano de loteamento
	Referência ao Campo de Batalhas como uma Paisagem	Referência ao Campo de Batalhas com um “terreno baldio”
	Bem de interesse público/coletivo	Bem de interesse particular
	Decreto-Lei 25 e tombamento como instrumento de garantia da preservação - impondo apenas limitação à utilização da propriedade.	Decreto-Lei 25 e tombamento com ato inconstitucionais- infringindo o direito à propriedade.
	Bem imóvel vinculado a fato memorável da história do Brasil - referência direta ao Campo de Batalhas dos Guararapes	Bem imóvel já transformado pela dinâmica urbana- perda de referência materiais e geográficas do que houvera sido o Campo de Batalhas dos Guararapes.
	Tombamento do Campo de Batalhas dos Guararapes como providência patriótica	Tombamento da propriedade de Nossa Senhora dos Prazeres como ato arbitrário

Sobre as noções que se apreendem desses momentos da argumentação do processo de tombamento, verificam-se também diferenciações em relação aos “conjuntos discursivos”.

No primeiro momento dos “conjuntos discursivos” acima apresentados, a noção de paisagem foi quase sempre apreendida como cenário, com a “moldura” de um “quadro”. Entretanto verifica-se que a idéia de paisagem, ainda que num discurso isolado, assumiu também uma condição bastante ampla ao ser pensada integrada à cidade, na perspectiva de ser transformada num parque nacional. Por outro lado a paisagem é admitida com um “ambiente histórico”, numa acepção que se interpreta como tendo o mesmo sentido de “paisagem histórica”. Ainda nesse conjunto discursivo os beneditinos oferecem uma imagem de ruptura dessa visão mais romantizada do local das batalhas, evidenciando que este local, na verdade, já conta como um série de invasões, casebres, etc., dando uma conotação mais realista à verdadeira situação em que já se encontravam os Montes Guararapes.

O segundo momento dos “conjuntos discursivos” traz em seu cerne a idéia de paisagem em associação à noção de monumento, dando o mesmo status que se conferiam aos edifícios monumentais tombados, evidenciando a relação antes ensaiada entre a paisagem e a história, onde o cenário de antes é relacionado ao fato histórico. Observa-se que esse discurso se faz presente especialmente na voz de Pedro Calmon, Relator do Processo de Tombamento, que chega a sugerir o tombamento do Campo de Batalhas do Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Entretanto, esse parecer, no que tange à categoria de tombamento, não foi efetivada no momento da inscrição, uma vez que o CBMG foi inscrito exclusivamente no Livro do Tombo Histórico. Considera-se então que se estabelece nesse momento uma contradição no desfecho dos argumentos, tendo em vista que a paisagem, presente e evidenciada durante o processo de forma sistemática nos argumentos em prol do tombamento, não foi considerada neste instante final.

De forma sintética, apresenta-se um quadro relacional abaixo, explicitando as estratégias de argumentação empregadas e os momentos que caracterizam os conjuntos discursivos do processo de tombamento do CBMG.

CARACTERIZAÇÃO DOS ARGUMENTOS DO PROCESSO DE TOMBAMENTO DO CBMG		
ESTRATÉGIAS DE ARGUMENTAÇÃO	MOMENTOS QUE CARACTERIZAM OS “CONJUNTOS DISCURSIVOS”	
	1º MOMENTO Evocação do Valor Histórico (1953 a 1955)	2º MOMENTO Consolidação do Valor Histórico (1955 a 1961)
Discurso Epidítico	<p><u>1- Documentos principais:</u> jornais locais.</p> <p><u>2- Conteúdo dos discursos:</u> teor evocativo em favor da preservação dos Montes Guararapes.</p> <p><u>3- A noção de paisagem:</u> paisagem como “cenário”- evocada pelo sentido do sagrado associada à uma significação político-ideológica: o “berço da nacionalidade”.</p>	
Discurso Deliberativo-Judicial		<p><u>1- Documentos principais:</u> Estudos específicos, elaboração de pareceres técnicos e mídia jornalística .na divulgação do processo e por fim o Parecer favorável ao tombamento</p> <p><u>2- Conteúdo dos discursos:</u> Teor ético e moral dialetizando o debate entre beneditinos e a DPHAN.</p> <p><u>3- A noção de paisagem:</u> A paisagem como monumento no parecer de Pedro Calmon. Entretanto, ela não é considerada como categoria de preservação no momento da inscrição no Livro do Tombo.</p>

No ínterim desses momentos de conjunto discursivos pode-se também observar a utilização de noções diferentes de paisagem, como também as relações de continuidade e ruptura de seus entendimentos no andamento do processo de tombamento.

Observou-se que o primeiro marco de significância da paisagem e do valor histórico atribuído aos Montes Guararapes se constitui quando da construção da Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, intencionada como um ex-voto, pelo General das tropas luso-brasileiras Barreto de Menezes, na época da batalhas.

Este marco, no tocante ao processo de tombamento, corroborou com os discursos para a construção do sentido sagrado atribuído ao local, como “campos santificados” que se deu a partir de um constructo sócio-cultural, na medida em que o sentimento de patriotismo e de memória se refletiu como uma necessidade de apropriação de uma identidade nacional.

Esta relação de identificação foi utilizada como elo que garante a continuidade da memória, não como elemento apenas de resgate histórico, mas como condição de manutenção do sentimento de pertencimento das pessoas com o espaço em que vivem e se referenciam, ainda que sob forças de um discurso eminentemente político-ideológico.

Dessa forma, se observa que no processo de atribuição de valor do CBMG, a paisagem aparece como um sentido que está subliminar ao valor histórico atribuído. Entretanto, o sentido de paisagem não é homogêneo, variando em função dos momentos argumentativos e dos conjuntos discursivos identificados. Dos sentidos atribuídos ao Campo de Batalhas em associação ao valor histórico, se compreende que aflora daí as dimensões de significância da paisagem, articuladas em função do valor nacional, que unifica todos os outros valores sob sua égide, e neste caso, o valor histórico.

4.3.1 As dimensões de significância da paisagem

Este item apresenta a interpretação apreendida a partir da análise do processo de tombamento do Campo de Batalhas dos Montes Guararapes, como um todo argumento, refletindo sobre as dimensões de significância da paisagem que se apreendem como subjacentes ao valor histórico atribuído, no bojo dos “conjuntos discursivos” anteriormente identificados.

Entende-se então que o CBMG nos leva a refletir sobre os sentidos impressos em sua paisagem, responsáveis pela estruturação de sua identidade, que se processou segundo uma construção historicamente determinada, e que se traduziria, segundo Foucault (apud PULS, 2006), enquanto uma “história dos poderes”. Afinal, se a paisagem está subjacente ao valor

histórico ela não se revela por si só, mas sim em função dos poderes instituídos, com base numa estrutura ideológica nem sempre explícita, mas geralmente presente, em função de interesses, valores e aspirações determinados.

Através da análise do processo de tombamento CBMG se percebe que outras razões e outros interesses estão na base da idéia de construção do valor histórico. Inicialmente observa-se que a historiografia, no que tange ao período da ocupação holandesa em Pernambuco, em grande parte, traz uma unidirecional perspectiva. Cria uma determinada imagem do fato histórico, numa abordagem não despida de intenções. Nesse sentido, de intenções também se serviu o patrimônio como instituição, reafirmando, na maioria das vezes as inclinações da historiografia oficial.

Instituiu-se então a necessidade de salvaguardar a memória de um momento histórico, as Batalhas dos Guararapes, onde o objeto memorial é o “campo de batalhas”, admitido enquanto uma paisagem, na intenção de que tal memória fosse transformada em marco cultural, político e social, na medida em que o seu papel fundamental seria o de estabelecer uma identidade nacional.

Segundo Gonçalves (2002), as modalidades de construção discursiva da “nação” podem ser vistas como estratégias de “objetivação cultural”. Objetivação cultural como uso objetivado de palavras, como “entidades” objetivas, existindo no mundo independentemente de ações, desejos, idéias e valores humanos, prontas para serem representadas por um sujeito epistemológico ou político.

A paisagem dos Montes Guararapes, então, foi admitida como signo desse objeto de desejo, que é a noção de pátria, na perspectiva de um projeto de unidade nacional. Ou seja, tratava-se da construção do mito de origem da nação⁷⁷.

No processo de construção da idéia de nação “[...] é indiscutível o papel que ela (a paisagem) desempenhou como componente na fixação das identidades nacionais. A paisagem

⁷⁷ “A noção de valor nacional, fundada na idéia de nação, assim como as práticas voltadas para suscitar um sentimento de nacionalidade, vem sendo reelaborada nas últimas décadas.” Neste sentido, Lúcia Lippi de Oliveira questiona: “qual o sentido da construção de uma ideologia nacional nos tempo atuais?” (in FONSECA, 2005. p.195-196)

“[...] sempre foi entendida como constitutiva e expressiva do caráter nacional, mas também regional, local, parcelar”. (MENESES, 2002:41;43).

Importa, então, ampliar o entendimento de paisagem enquanto processo cultural, historicamente construída, cabendo refletir sobre o caráter desse espaço patrimonial, mas também político e social em que a ideologia e as relações de poder estão na base de sua identidade.

Por outro lado observa-se que a construção do sentido histórico do espaço emergiu no sentimento de nativismo e se refletiu como uma necessidade de apropriação de uma identidade nacional, de relações de poder. Essa dimensão está em função não só da ordem do poder político no campo das idéias, mas se territorializa por uma concepção de geo-estratégia.⁷⁸

É importante notar que o Campo de Batalhas se configura enquanto uma paisagem militar, onde a lógica de combate se constituiu em função da morfologia da paisagem. Em si, a paisagem carrega a história das batalhas, dos meandros das estratégias, das vitórias e das derrotas. Assim o Campo de Batalhas dos Montes Guararapes passou a figurar como o símbolo fundador do exército nacional e como o berço da nacionalidade.

Aliás, Meneses (ibidem:34) explicita que Michell (1994) propõe um duplo papel geral da paisagem como meio cultural, no campo da ideologia:

Ela naturaliza a construção cultural e social, representando um mundo artificial como se fosse simplesmente dado e inevitável; e também torna operacional essa representação, ao interpelar seu detentor numa relação mais ou menos determinada com seu caráter de coisa dada como vista e lugar (sight e site).

Por fim verifica-se que a Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, erigida para servir como elemento de rememoração do feito heróico, exerce uma função eminentemente de “monumento”, na acepção mais primitiva do termo, que vem do “[...] latim *monumentum* que por sua vez deriva de *monere* (“advertir”, “lembrar”), aquilo que traz à lembrança alguma coisa.”

⁷⁸ Segundo Kjellén (in SILVA, 1981) geoestratégia é “(...) o estudo do Estado como organismo geográfico, isto é, como fenômeno localizado em certo espaço de terra – logo do Estado como país, como território, como região ou mais caracteristicamente como domínio político (Reich)”.

(CHOAY, 2001:17 et. seq.). Esse monumento se constitui num marco na paisagem, sendo índice do valor histórico atribuído ao local.

Verifica-se então que a função monumental se estrutura no sentido do espaço sagrado, revelando aí uma questão tanto ética quanto moral em salvaguardar o lugar que se instituiu como o “berço da nacionalidade”.

Como propõe Meneses (2002:40 et. seq.), “[...] nos usos é que se concentram os significados mais profundos da paisagem. E ainda, “os conceitos cosmológicos, filosóficos, religiosos etc. têm na paisagem um espaço de percepção concreta [...]”.

Pode-se então relacionar com o que expõe Gonçalves (2002:32), ao expressar que “[...] as narrativas nacionais sobre o patrimônio cultural expressam uma mensagem moral e política: Se a nação é apresentada no processo de perda de seu patrimônio cultural, conseqüentemente sua própria existência está ameaçada.”

De outro modo, observa-se também que a construção do sentido histórico da paisagem, foi determinada por um constructo sócio-cultural, que emergiu no sentimento de nativismo e que se refletiu como uma necessidade de apropriação de uma identidade nacional.

Esse sentido pode ser percebido na constituição de uma das mais importantes iconografias⁷⁹ sobre as Batalhas dos Guararapes, pintada no século XIX, pelo artista Victor Meirelles (figura 48). Nesta foi representada, no Campo de Batalhas, as três raças que se instituíram como fundadoras da nacionalidade: o branco, o negro e o índio. É assim que “a singularidade do patrimônio cultural brasileiro é concebida como o produto unificado da combinação de três diferentes raças: a africana, a ameríndia e a européia”. (ibidem.:46).

⁷⁹ “O quadro de Victor Meirelles, de proporções gigantescas (494,5 x 923cm), apresenta em primeiro plano, ao centro, o brasileiro Vidal de Negreiros, a cavalo, derrotando as tropas inimigas. Ao redor do brasileiro, da esquerda para a direita, estão os aliados: o português João Fernandes, o negro Henrique Dias, o subcomandante, também português, Dias Cardoso, e o índio Felipe Camarão. Cada um desses heróis está cercado por combatentes de sua *classe*. O comandante geral da batalha, o peruano Francisco Barreto de Menezes, com suas tropas, aparece em plano distante, assim como o general holandês Sigismundo Van Schkoppe. No plano mais longínquo, no horizonte, vê-se o cabo de Santo Agostinho fundindo-se com os raios do pôr-do-sol. (in SANTOS, 2005:46).



Figura 47- Estudo para a Batalha dos Guararapes, circa 1874/1878. Victor Meirelles. Óleo sobre tela - 54 x 100 cm. Nacional de Belas Artes, 1961.

Fonte: www.museuvictormeirelles.org.br (imagem original em cores)

Distante de esgotar as possibilidades de interpretação das dimensões de significância da paisagem dos Montes Guararapes, podemos conceber como as mais explícitas, ainda que subjacentes: a dimensão patrimonial, fundada no sentido de paisagem de valor histórico que representa uma identidade nacional; a dimensão político-ideológica, em que a paisagem se constitui enquanto território do poder, baseada no ideário de uma paisagem-pátria, de um sentimento de nacionalidade e de unidade nacional; e uma dimensão social (antropológica e em certa medida etnográfica), baseada no ideário de nação enquanto raça e no sentido de paisagem sagrada em que a Igreja votiva de Nossa Senhora dos Prazeres, para além de sua função memorialista, se constitui em signo e símbolo de uma paisagem histórica.

Dessa forma compreende-se o CBMG como paisagem pela percepção de três dimensões signílicas: uma dimensão patrimonial, uma dimensão político-ideológica e uma dimensão social. Essas dimensões não são autônomas, mas sim interdependentes; estão em função da paisagem enquanto espaço de múltiplas relações.

Essas dimensões, por sua vez, unificadas pelo sentimento do valor nacional, como valor que agrega o valor histórico e o valor de artístico, segundo explica Fonseca (2005), estrutura a significância da paisagem com um símbolo da identidade nacional, que se desenvolve a seguir.

4.3.2 A Paisagem como Símbolo da Identidade Nacional

Há uma força motriz do sentimento nacional: ela provém do entusiasmo que, como escreveu Goethe, a história desperta. A narração da história, a idéia de nação liga-se à idéia de seu destino, à memória de lutas heróicas, de esforços incansáveis pelo saber e pela arte, de vitórias e de derrotas. Toda a ligação que alguém de hoje pode sentir com o povo lutador do passado transforma-se então em amor pelo portador desse destino multifacetado, a nação. (BAUER:68 apud BALAKRISHNAN, 2000).

O termo “nação”, que segundo Geertz (2001:204) “[...] provém do latim *nation-em*, ‘linhagem’, ‘cepa’, ‘raça’, por sua vez derivados de ‘nasci’, ‘nascer’, tem ou teve no decorrer de sua evolução, diversas aplicações altamente particulares [...]”.

De uma forma geral, a “ampla aglomeração de pessoas, tão estreitamente associadas umas às outras pela ascendência, linguagem ou história comuns, que formam uma raça ou povo distinto, em geral organizado com um Estado político separado e ocupando um território definido.” (GEERTZ, 2001:204).

A noção de patrimônio bem como a idéia de nação, segundo Fonseca (op. cit.) foram produzidas no século XVIII, durante a Revolução Francesa. Enquanto função simbólica, moderna da noção de patrimônio, se vincula a questão da identidade nacional no processo de consolidação dos Estados-Nação.

O processo de institucionalização do patrimônio, guiado por interesses culturais, políticos e ideológicos teve seu marco na França, através do historiador Guizot (em 1830), quando foi criado o cargo de Inspeção de Monumentos Históricos, em 1830. Neste contexto, ressalta-se o

pensamento do escritor Prosper Mérimée, em 1832, quando propôs “descobrir o país através de sua paisagem histórica” (CHASTEL E BABELON⁸⁰, 1980:21 apud FONSECA, 2005:61).

Não diferentemente no Brasil, o processo de institucionalização do Patrimônio foi implantado, via ideologia do valor nacional, e como já explicitado, conotando o sentimento pátrio.

Compreende-se então, de acordo com Gonçalves (2002) que as narrativas nacionais buscavam um significado transcendental. Segundo descrito por Stewart, tratava-se mesmo de uma estrutura do desejo, por meio da qual “[...] a nação é retirada da história e da contingência e transformada num distante objeto de desejo, numa entidade estável e permanente, dotada de coerência e continuidade.”

Dessa forma, apreende-se que a paisagem dos Montes Guararapes, então, foi admitida como signo desse objeto de desejo, que é a noção de pátria, de unidade e de identidade nacional, montada em uma narrativa histórica e antropológica, cujos referentes são eventos e personagens históricos, num conjunto de idéias que formam a identidade nacional, como bem se pode observar na visão de Bento (1971:15):

Ao estudar-se a formação da nacionalidade brasileira e as unidades territorial e espiritual do Brasil, não existe capítulo mais importante, significativo e decisivo de nossa história Pátria, a contribuir para esta formação e unidades, bem como fonte eterna de inspiração do civismo nacional, do que o da Insurreição Pernambucana, e dentro desta, as memoráveis batalhas dos Guararapes [...].

Essa narrativa, num nível menos explícito, apresenta uma dimensão alegórica, por meio das quais “[...] idéias e valores classificados como ‘nacionais’ vêm a ser visualmente ilustrados na forma de objetos, coleções, monumentos, cidades históricas e estruturas similares” (GONÇALVES, op. cit.:28) e no caso dos Montes Guararapes, por meio de uma paisagem, enquanto símbolo nacional, expressa até mesmo em placa localizada no limite entre Recife e Jaboatão, anunciando que “a pátria nasceu aqui”, com se observa na figura 48.

⁸⁰ CHASTEL, André; BABELON, Jean Pierre. La notion de Patrimoine. Revue de L'art, Paris, n.49, p.5-32, 1980)

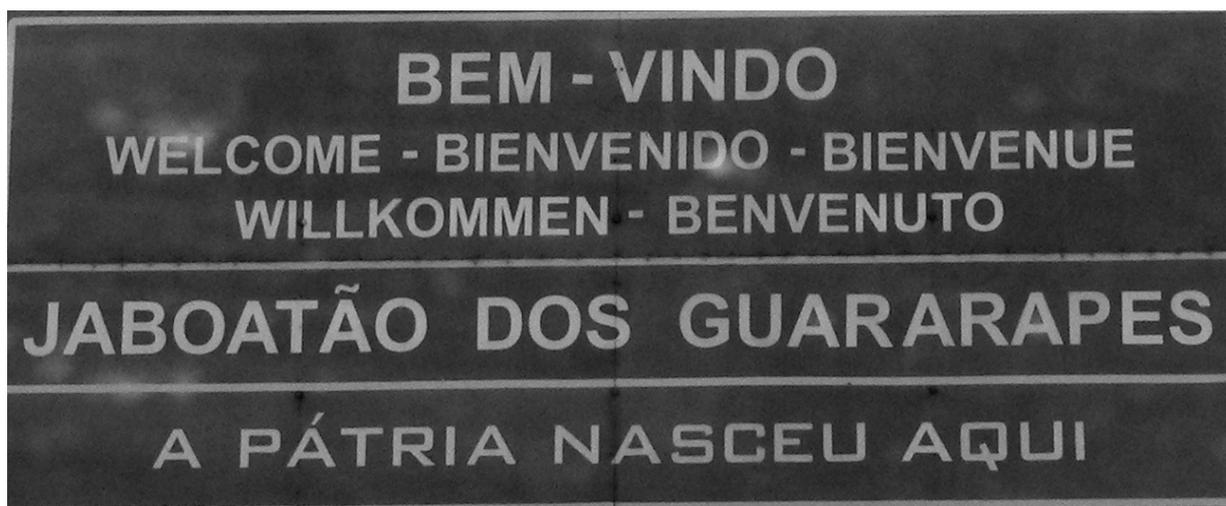


Figura 48- Placa localizada na Avenida Mascarenhas de Moraes, no acesso a Jaboatão dos Guararapes.

Fonte: arquivo Ulisses Pernambucano. (Imagem original em cores).

A paisagem, então, parece ter sido utilizada como cenário ou suporte dos eventos que instituíram o sentimento pátrio, de libertação nacional e de independência do jugo estrangeiro.

Segundo Sobral (1999: 73):

Este recurso ao passado para a elaboração de algo que podemos definir como uma memória para uma colectividade como é a da nação passou pela difusão de narrativas, por rituais comemorativos, pela selecção de artefactos – documentos, edifícios, locais [...] – que constituíssem uma presença viva do passado no presente.

Nesse contexto de ideologização do sentimento nacional o CBMG emerge como signo do objeto de desejo que foi a idéia de “pátria”, na perspectiva de um projeto de unidade nacional. Ou seja, tratava-se da construção do mito de origem da nação tendo como objeto uma paisagem.

Isto se deu, utilizando-se das palavras de Reis (2005), enquanto uma “identidade instituída” que se legitima enquanto “identidade oficial”.

De acordo com Gonçalves (1988), “na verdade, a própria idéia de um passado ou de uma memória como um dado relevante na construção das identidades pessoais e coletivas pode ser pensada como uma invenção moderna e que data de fins do século XVIII.”

Essa invenção, com produto de uma ideologia, resultado de intenções específicas, pode ser entendida segundo o que Barthes (1990: 40) explicita:

À ideologia geral, correspondem, [...] significantes de conotação que se especificam conforme a substância escolhida. Chamaremos a esses significantes conotadores e, ao conjunto dos conotadores, uma retórica: a retórica aparece, assim, como a face significante da ideologia.

Por outro lado, a questão da identidade de uma paisagem pode ser compreendida pela analogia proposta por Domenico Luciani (in COLAFRANCESCHI, 2007, p.85), ao admitir que como uma pessoa, “[...] el lugar/paisaje es congnoscible e identificable com sus connotaciones individuales siempre que se ‘arrancado’ de la continuidade del mundo físico.

O exposto acima, em associação ao pensamento de Enric Batlle (in *ibidem*:83), de que *“cada lugar tiene su geografía, cada lugar tiene su esencia, cada esencia puede producir una historia e cada historia puede gerar um novo paisaje”*, pode-se concluir que a identidade de uma paisagem está em função das características geográficas do território em articulação à sua história, como determinada e determinante de sua essência.

Não é difícil perceber então que a intenção que forjou a criação do CBMG como símbolo da nacionalidade, foi construído enquanto uma narrativa historicista desde o século XIX, quando retratada numa das principais iconografias desse período, elaborada por Victor Meireles, na representação do sentimento de julgo patriótico, através das três raças fundadoras da nacionalidade brasileira: o branco, o negro e o índio, em combate contra o “inimigo” neerlandês. Neste sentido, a justificativa do tombamento nos Montes Guararapes consistiu em afirmar o valor histórico do local e como na maioria dos processos anteriores à década de 1970 no Brasil, foi motivado pelo risco eminente da perda de uma referência cultural e não em função de um inventário prévio.

Assim, o Campo de Batalhas enquanto paisagem é identificado como o “objeto de tombamento”, figurando por seus atributos morfológicos específicos, como parte integrante no desenrolar do fato histórico- as Batalhas dos Guararapes.

Evidencia-se aqui uma relação entre história, paisagem e memória na conjectura dos discursos que argumentam pelo valor histórico do local, sob a égide de um valor unificador, o valor nacional.

Considera-se então que no bojo da institucionalização do patrimônio brasileiro, o CBMG surge como “ícone” do sentimento nacionalista, constituindo-se em “monumento”, onde a paisagem é suporte da identidade nacional, no cumprimento de um papel cívico.

5.0 CONCLUSÃO: “É DE PAISAGEM E MONUMENTO QUE SE TRATA”

Antes mesmo de expor algumas considerações, importa ressaltar que os sentidos interpretados a partir dos discursos do processo de tombamento, certamente não contemplam todas as dimensões de significância do Campo das Batalhas dos Guararapes, uma vez que de acordo com Barthes (1990:41), é necessário compreender que os conotadores⁸¹ do discurso não preenchem toda a lexia, sua leitura não a esgota, e que essa leitura sempre está mediada pelo presente.

Para tanto, neste capítulo conclusivo considera-se, inicialmente, que a paisagem é uma dimensão de significância do valor histórico. Que o Campo de Batalhas pode ser entendido como uma paisagem. E que no entendimento do Campo de Batalhas estão articulados os sentidos de paisagem e de valor histórico.

Por outro lado que a paisagem é objeto de uma construção historicamente determinada e como tal é objeto de construção da memória coletiva na ótica dos sujeitos que a constituem. Dessa forma, cabe pensar o Campo de Batalhas dos Montes Guararapes como um “monumento”, mas diretamente relacionado à acepção de monumento histórico, numa interpretação que se concretiza *a posteriori*.

Nesse sentido, a Igreja votiva de Nossa Senhora dos Prazeres aparece como o grande elo entre a noção de monumento e a de monumento histórico, na medida em que enquanto objeto construído, intencionado como um ex-voto nasce como um *a priori*. Entretanto, evoca desde então o valor histórico dos Montes Guararapes, porque diretamente se articula à história das batalhas, vindo a se integrar à idéia do CBMG como um monumento histórico.

⁸¹ Como proposta válida para toda a semiologia, BARTHES (1990, p.40) denomina de conotadores ao conjunto de significantes de conotação. E esse conjunto de conotadores, por sua vez, dá-lhe o nome de retórica, que aparece como a face significante da ideologia.

Assim, o entendimento do Campo de Batalhas como uma paisagem se evidencia tanto na compreensão do local a partir de sua própria denominação, um “campo”, como um tipo de paisagem, onde ocorreram batalhas, um evento histórico.

A paisagem enquanto fenômeno é entendida a partir de seus aspectos tanto objetivos quanto subjetivos. Objetivamente enquanto espaço físico pela dimensão territorial e configuração morfológica da paisagem. Subjetivamente quanto ao valor histórico que se lhes atribui, como referentes do sentimento nacional, do civismo, da noção de pátria. Mas cabe acima de tudo lembrar que permanecer sobre esta dicotomia objetividade/subjetividade como um campo de forças antagônicas limita o entendimento do campo de batalhas enquanto “paisagem”. Para o entendimento do Campo de Batalhas dos Montes Guararapes não se deve dar primazia a um dos dois aspectos. Acredita-se que sua inteligibilidade está exatamente na associação entre a morfologia da paisagem e a história, entre a dimensão material e a dimensão inteligível, subjetiva-o valor histórico.

Dessa forma, a análise e interpretação do processo de tombamento buscaram aprofundar a compreensão do valor histórico atribuído ao CBMG, por acreditar que nem tudo estava dito ou revelado sobre o mesmo, acreditando que o entendimento do valor histórico não estava completo, uma vez que lhe faltava a noção de paisagem.

Nesse sentido, a hipótese que motivou a presente pesquisa foi a de que a “paisagem” é uma dimensão de significância que está subjacente ao valor histórico atribuído ao Campo de Batalhas dos Montes Guararapes.

Para tanto, o método utilizado para testar a hipótese se baseou na Teoria da Argumentação, abordando o processo de tombamento como um “dossiê”, composto por grupos ou tipos de “conjuntos discursivos”, evidenciando a forma dos discursos, a sua estrutura, os meios utilizados e os conteúdos implícitos e explícitos. Assim “aberto” o documento, se pôde inferir sobre as noções, definições e juízos de valor que constituíram os argumentos prós e

contras o tombamento do Campo de Batalhas, num jogo de forças antagonizada por sujeitos com valores, intenções e interesses específicos.

Ou seja, o sentido que se atribui à paisagem do CBMG, baseada essencialmente em juízos de valor, se fez a partir de uma construção argumentativa, onde cada contexto de produção dos discursos enunciou uma determinada noção, implicando num determinado conceito de paisagem, de monumento, de memória e de história que, como mostrado, se articularam ou se dissociaram no andamento do processo.

Da análise pode-se verificar que a noção de paisagem esteve sempre presente nos dois momentos identificados do “dossiê”: no momento da “evocação do valor histórico”, relativo ao período entre 1953 a 1955, onde o valor histórico do campo de batalhas é evocado pelo conjunto dos sujeitos institucionais, principalmente Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco, em consonância com o Governo do Estado de Pernambuco a Comissão Organizadora e Executiva do Tricentenário da Restauração Pernambucana, com anuência ainda do Chefe do 1º Distrito da DPHAN (Pernambuco), Ayrton Carvalho; e no momento da “consolidação do valor histórico”, caracterizados pelos argumentos polarizados, de um lado pelo DPHAN, essencialmente na figura de Rodrigo Melo Franco de Andrade, Diretor da Instituição e do Relator do Processo de Tombamento Pedro Calmon e do outro lado pelo Abade do Mosteiro de São Bento, Bonifácio Jansen.

No primeiro momento a paisagem foi pensada como cenário e suporte dos montes, como algo externo ao próprio Campo de Batalhas, como algo externo à sua própria condição de paisagem. Nesse sentido a paisagem se constituía como o suporte do evento histórico, como a “moldura do quadro, da “cena”, atribuindo-se ao Campo de Batalhas o sinônimo de sítio histórico. Estas noções parecem se ligar ao contexto das pinturas de Victor Meireles, no desenvolvimento de uma pintura romantizada, como no célebre “Estudo para Batalha dos Guararapes”, de 1874/1878.

No segundo momento, caracterizado pelos discursos proferidos entre 1955 a 1961, a paisagem foi pensada de forma mais operativa, mais realista, mais palpável, assumindo uma condição de monumento, sendo esta noção a mesma pelo qual se entende o campo de batalhas objetivado como monumento nacional, chegando até mesmo a ser indicado para ser inscrito no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Ou seja, a paisagem agora não é mais a moldura nem o cenário, é o próprio objeto do tombamento: o Campo de Batalhas dos Montes Guararapes. Neste momento, em que se colocou em “xeque” o valor histórico do Campo de Batalhas, os argumentos assumiram um caráter tanto deliberativo quanto judicial, uma vez que tanto se tratou da deliberação pelo tombamento, quando expressou um campo de forças em luta pela ética e moral, protagonizando os julgamentos de valor a respeito dos Montes Guararapes. Entretanto, no último instante desse momento, observou-se uma grande ruptura no desenvolvimento do conceito e no entendimento do Campo de Batalhas como bem cultural, com paisagem, uma vez que a associação entre a paisagem e a história desenhada durante todo o processo não foi considerada na inscrição do bem nos Livros do Tombo. O Campo de Batalhas foi inscrito unicamente no Livro do Tombo Histórico quando, na verdade, o Decreto-Lei 25 de 1937 já trazia o entendimento da paisagem no âmbito do Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

Como possível resposta a isso está o contexto na própria política nacional de preservação, que não tinha como prática o tombamento de paisagens, e sim de monumentos arquitetônicos. Fato inclusive que explica o porquê de já em 1938 a Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres houvera sido inscrita no Livro do Tombo das Belas Artes, recebendo só em 1945 a inscrição também no livro do tombo histórico. Isso se deu, segundo Fonseca (2005) em função de que o valor histórico, em relação ao valor de arte era considerado um valor de “segunda classe”, um valor menor.

Entretanto, como valor unificador, o valor nacional perpassa todas as outras dimensões valorativas e signílicas do CBMG. É o valor que consegue ligar, articular ou costurar todos os

entendimentos da paisagem, seja como cenário ou suporte de algo, seja como o próprio monumento. O entendimento da paisagem, ampliado ou reduzido às vistas dos conceitos que se desenvolviam, sempre trazia em seu cerne a motivação da construção de um símbolo nacional e também como um símbolo sagrado, que bem se articulou à construção política-ideológica, que tentava fazer da idéia de pátria-sagrada uma constatação natural.

Dessa forma, evidencia-se que a paisagem sempre esteve presente nas argumentações pela preservação dos Montes Guararapes, às vezes explicitamente, outras vezes implicitamente ao valor histórico que se construía. Portanto, **a hipótese de que a paisagem é uma dimensão subjacente ao valor histórico atribuído no tombamento do Campo de Batalhas dos Montes Guararapes, se confirma**, e se evidencia de forma sintética na assertiva proferida pelo relator do processo de tombamento Pedro Calmon: **“É exatamente de paisagem e monumento nacional que se trata.”**

Como um trabalho que ao tempo em que se conclui se revelam outras possibilidades de entendimento, a discussão dá aqui indícios de continuidade.

A reflexão sobre a “paisagem”, como fenômeno que se articula à noção de “monumento”, se coloca como uma possibilidade de aprofundamento teórico no campo da preservação, uma vez que o termo “monumento” sempre esteve historicamente relacionado a marcos construídos para lembrar fatos e eventos históricos, a edifícios, cidades ou sítios patrimoniais, mas não relacionado diretamente a paisagens.

Mas será que os “monumentos” e os “monumentos históricos”, como compreendidos por Choay (2001), quando intencionados (*a priori*) ou institucionalizados (*a posteriori*), podem ser entendidos deslocados de seu contexto, de um território e de uma paisagem? Por que a paisagem não poderia ter se constituído em objeto intencional de preservação, desde o mais remoto marco identificado ou reconhecido como um monumento do passado? Será que a paisagem não se constituiria, em alguns casos, em parte integrante da noção de monumento?

Bem, conferiu-se que no caso do CMBG, objetivado como monumento, a paisagem se instituiu como um sentido subjacente ao valor histórico instituído. Acredita-se então que no contexto da política de preservação nacional e em maior evidência no processo de tombamento do Campo de Batalhas dos Montes Guararapes, a própria “paisagem” foi objetivada enquanto um bem cultural e intencionada enquanto “monumento”, cumprindo uma função memorial. E esse fato se revela num contexto de inflexão na política de preservação nacional, configurando na verdade, até hoje o único bem tombado enquanto um campo de batalhas e talvez, pela vanguarda da proposição, tendo sido o primeiro caso de identificação de uma “paisagem” enquanto “monumento”.

Dessa forma se articula que no bojo da institucionalização do patrimônio nacional, o CBMG surgiu como “ícone” do sentimento nacionalista, de caráter cívico, constituindo-se em “monumento” nacional, onde paisagem do campo de batalhas assumiu um papel de suporte da idéia de nação. Ou seja, que a paisagem serviu ao papel de marco de uma identidade nacional.

Assim, explicitar a noção de “paisagem-monumento”, refletindo’ sobre a paisagem como marco instaurador e representativo de uma identidade nacional se faz mister, discutindo-se a relação entre paisagem e memória e entre paisagem e história, na evolução desses conceitos e no entendimento que deles fizeram os responsáveis pela construção dos signos de identidade nacional no Brasil.

Para tanto se conjectura que a paisagem pode ser compreendida como monumento, enquanto uma construção retórica, por que produzida pelas narrativas nacionais na escala dos conjuntos discursivos. E esta condição pôde ser evidenciada nos debates sobre a preservação dos Montes Guararapes.

Isto se explica porque, de uma forma geral, os territórios patrimoniais enquanto portadoras de conteúdo sógnico, são justificados a partir de uma construção política, cultural e ideológica, podendo-se admitir que, dessa forma, que as paisagens são resultado de uma determinada retórica, uma vez que “[...] nossas próprias construções paisagísticas, sejam elas reais

(nossos jardins) ou fictícias (nossos sonhos), são da mesma têmpera de nossas figuras de linguagem.” (CAUQUELIN 2007, p.115).

Neste sentido, Le Goff (2005:437), ao tratar da mnemotécnica (técnicas de memória) grega, coloca a memória dentro do grande sistema da retórica, como sua quinta operação: *inventio* (encontra o que dizer); *dispositio* (colocar em ordem o que encontrou); *elocutio* (acrescentar o ornamento das palavras e das figuras); *actio* (recitar o discurso com um ator, por gestos e pela dicção) e *memoria* (*memoria mandare*, recorre à memória).

Isto abre a condição de se pensar, no debate sobre a preservação do CBMG, na relação entre “paisagem” e “memória” como uma construção retórica, ratificado-se ainda em acordo com Mayo (apud CORRÊA, 2005) quando expõe que os memoriais de guerra são partes da memória política de uma nação.

Portanto, acredita-se que os argumentos que suportam tais motivações preservacionistas, enquanto retóricas, precisam ser aprofundadas, não como discursos anacrônicos, mas como discursos potenciais de significação de objetos patrimoniais, que são submetidos a constantes processos de valorização cultural.

Considera-se então que a “paisagem-monumento” pode ser entendida como fruto de uma construção retórica, pertinente ao um dado momento social, político e cultural, mas também fruto de uma construção simbólica mediada pela história, na formação de uma identidade nacional. O resultado obtido está em função de um conjunto de discursos que terminam por delimitar uma poligonal de tombamento, como representação territorialmente do monumento nacional, de uma paisagem.

Por fim, desenvolve-se aqui algumas reflexões que se voltam para a inquietação da qual partiu essa pesquisa, baseada na observação da situação de ocupações irregulares no espaço do campo de batalhas dos Montes Guararapes, pelo qual se verificou que teve início mesmo antes do tombamento e desapropriação da área como patrimônio nacional.

Diante do contexto atual, podemos supor que os valores conferidos no momento do tombamento foram, ao longo dos anos, modificados, redefinidos, alguns foram perdidos enquanto outros foram incorporados.

Os Montes Guararapes, ao tempo em que consolida outros valores incorporando as habitações irregulares, em parte emula o sentido de lugar histórico de um “campo de batalhas”. O que demanda se ampliar a compreensão da história como um *continuum* processo de construção.

Dessa forma, a construção social do sítio como um campo de batalhas requer a compreensão da paisagem como uma contínua construção de significados, ressemantizados na medida em que o fato histórico que identifica os Montes Guararapes com um campo de embates e lutas sangrentas, instauradoras da nacionalidade, é hoje também o campo de intensas lutas sociais pela posse de terras.

Isso uma vez que a história do sítio como um campo de batalhas se verifica também em contínua construção, pois a “batalha” atual, mesmo que revestida de um caráter diverso das travadas no século XVII, também se inscreve na história, como um novo extrato.



Figura 49- Foto aérea mostrando a Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres no alto do outeiro dos Guararapes e as ocupações irregulares. Fonte: Arquivo IPHAN/5ª.SR/PHNG.

Dessa forma, a paisagem dos Montes Guararapes pode ser entendida como processo de negação e re-afirmação de sua condição histórica em interface com a sociedade, quando lembra Konder (1987:53-54) que “[...] o movimento da história é marcado por superações dialéticas, em todas as grandes mudanças há uma negação, mas ao mesmo tempo uma preservação [...]”

Essa leitura não é mais verdadeira nem é a única possível. Também não se trata de uma visão romantizada da situação de informalidade que se verifica, mas sim de tentar ler a complexidade desse sítio patrimonial, enfrentando a possibilidade de sua re-significação.

Finaliza-se este trabalho, reportando-se a Ecléa Bosi, em suas palavras utilizadas na apresentação deste documento, refletindo-se que articular paisagem, memória e história na concepção de um “campo de batalhas” como evocação de uma identidade nacional, de fato requer que essa atitude, no presente, não seja lida como pura nostalgia da preservação, mas como uma possibilidade de reinventar as lembranças, os significados das coisas, mediadas sempre pelo sentimento, possibilitando o passado como uma verdadeira reaparição no presente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Cleonir Xavier de. *A Remuneração dos Serviços da Guerra Holandesa*. Recife: Imprensa Universitária, 1968.

ASSUNÇÃO, Paulo de. *Patrimônio. 50 Palavras*. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

BALAKRISHNAN, Gopal (org.). *Um Mapa da Questão Nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BARTHES, Roland. *Ensaio sobre fotografia, cinema, pintura, teatro e música*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BENTO, Cláudio Moreira. *As Batalhas dos Guararapes. Descrição e análise militar*. Recife: Editora Universitária, 1971.

BERQUE, Agustín. *El Nacimiento del Paisaje en China*. In *El Paisaje*. Huesca: Arte e Naturaleza. Actas del Segundo Curso. Espanha: Diputación de Huesca, 1997:15-21.

_____. *Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: Elementos da Problemática para uma Geografia Cultural*. Ecole des Hautes Etudes em Sciences Sociales, Paris. In CORRÊA, Roberto Lobato, ROSENDAHL, Zeny. (org.) *Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro, 1998: 84-91.

BO, João Batista Lanari. *Proteção do Patrimônio na UNESCO: ações e significados*. Brasília: UNESCO, 2003.

BOOTH, Wayne C., et. al. *A Arte da Pesquisa*. São Paulo: Martins Fontes: 2005.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade. Lembrança de Velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

Caderno de Estudos do PEP- Programa de Especialização em Patrimônio- IPHAN. *Paisagem Cultural e Patrimônio*.

CASTRO, Iná Elias. *Paisagem e Turismo: De Estética, Nostalgia e Política*. In: YÁZIGI, Eduardo (org.). *Turismo e Paisagem*. São Paulo: Contexto, 2002. pp.121-140.

_____. *Explorações Geográficas*. Bertrand Brasil, 2006.

CAUQUELIN, Anne. *A invenção da Paisagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

CENTRE DU PATRIMOINE MONDIAL. WORLD HERITAGE CENTRE. *OLINDA REPORT of the Regional Conference "Historic Urban Landscapes in the Americas"* Olinda, Brazil, 12 to 14 November 2007.

COLAFRANCESCHI, Daniela. *Landscape +. 100 palavras para habitá-lo*. Coleção Land & Scape. Barcelona: Gustavo Gili, 2007.

CONNOR, Steven. *Teoria e Valor Cultural*. Trad.: Adail Ubirajara Sobral; Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. Introdução. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (org.). *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998. pp.7-11.

_____. *Monumentos, Política e Espaço*. Geo Crítica. Scripta Nova. REVISTA ELECTRÓNICA DE GEOGRAFÍA Y CIENCIAS SOCIALES. Universidad de Barcelona. ISSN: 1138-9788. Depósito Legal: B. 21.741-98. Vol. IX, num. 183, 15 de febrero de 2005

CRISTINA, Freire. *Além dos Mapas*. Os Monumentos no Imaginário Urbano Contemporâneo. São Paulo: Annablume, 1997.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural. Entre Práticas e Representações*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil SA/ DIFEL, 1990. pp.13-67.

CHAUI, Marilena. *O que é Ideologia*. 1ª.edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

CHOAY, Françoise. *Alegoria do Patrimônio*. São Paulo: Unesp, 2001.
Coletânea de Leis sobre Preservação do Patrimônio. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006.

CURY, Isabelle (org.). *Cartas Patrimoniais*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

DELPHIM, Carlos Fernando de Moura. *Paisagem cultural brasileira*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006.

DIAS, João de Deus de Oliveira. *Sesmaria de Santo André de Muribeca. Origem do Engenho dos Guararapes*. In Revista do Arquivo Público, ano IV, número VI. Recife: Secretaria do Interior e Justiça, 1949:217-248

DONATO, Hernani. *Dicionário das Batalhas Brasileiras. Dos Conflitos com Indígenas às Guerrilhas Políticas Urbana*. São Paulo:IBRASA, 1987.

ECO, Umberto. *A Estrutura Ausente*. 7ª. Edição. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em Processo. Trajetória da Política Federal de Preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: 2005.

FOUCAULT, Michel. *Nietzsche, Freud E Marx. Theatrum Philosophicum*. Porto: Publicações Anagrama Ltda, 1980.

_____. *Arqueologia do Saber*. Trad. Felipe Baeta Neves. 6ª. Edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

FREIRE, Cristina. *Alem dos Mapas. Os Monumentos no Imaginário Urbano Contemporâneo*. São Paulo: Annablume, 1997.

GASTAL, Susana. *Alegorias Urbanas. O Passado como Subterfúgio*. Coleção Turismo. Campinas, SP: Papirus Editora, 2006.

GEERTZ, Clifford. *Nova Luz sobre a Antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

GIL, Isabel Teresa Morais. *Retórica e Argumentação. Continuidades e Rupturas*. XV Jornadas de Formação de Professores, em Homenagem ao Prof. Doutor Manuel Pulquério, Viseu, Faculdade de Letras da Universidade Católica Portuguesa, em 29 e 30 de Abril de 2004.

GOMES, Paulo César da Costa Gomes. *A Condição Urbana*. Ensaios de Geopolítica da Cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

GONÇALVES, José Reginaldo. *Autenticidade, Memória e Ideologias Nacionais: O problema dos patrimônios culturais*. Estudos Históricos, vol. 1, n. 2. Rio de Janeiro, 1988, p. 264-275.

_____. *A Retórica da Perda. Os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. 2ª edição. Rio de Janeiro: editora UFRJ/ Ministério da Cultura, IPHAN, 2002.

HESSEN, Johannes. *Teoria do Conhecimento*. Coimbra: Armênio Amaro editor, 1980.

IÑAKI, Ábalos. *Campos de Batalla*. Barcelona: COAC publicações 2005.

JEUDY, Henri-Pierre. *O Espelho das Cidades*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

JOKILEHTO, Jukka. *Conceitos e idéias sobre conservação in ZANCHETTI, Silvio Mendes (org.). Gestão do Patrimônio Cultural Integrado. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2002.*

JUNIOR, Souza. *Aspectos Militares da 1ª Batalha dos Guararapes. In Revista do Arquivo Público, ano IV, número VI. Recife: Secretaria do Interior e Justiça. Recife, 1949:171-192.*

KOHLSDORF, Maria Elaine. *Patrimônio cultural e preservação da identidade dos lugares. Disponível em: <http://www.arquiteturarevista.unisinos.br>. Acesso em: 17 dez. 2006.*

KONDER, Leandro. *O que é Dialética. São Paulo: Brasiliense, 1987.*

KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.*

LE GOFF, Jacques. *História e Memória. Trad.: Bernardo Leitão, et. al. Campinas: Editora Unicamp, 2003.*

MARTINS, Carla Gisele Macedo Santos et. al. *A Significância da Paisagem Cultural do “Campo de Batalhas” no Parque Histórico Nacional dos Guararapes. Monografia da Disciplina Conservação dos Espaços Públicos e da Paisagem, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Recife, 2007.*

MARTINS, Gilberto de Andrade. *Estudo de Caso. Uma Estratégia de Pesquisa. São Paulo: Atlas, 2006.*

MELO, Evaldo Cabral. *Rubro Veio. O Imaginário da Restauração Pernambucana. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.*

MELLO, José Antônio Gonçalves de. *Tempo dos Flamengos. 4ª. Ed. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2001.*

MENESES, Ulpiano Bezerra de. *A Paisagem como Fato Cultural. In: YÁZIGI, Eduardo (org.). Turismo e paisagem. São Paulo: Contexto, 2002. pp.29-64.*

MENEZES, José Luiz Mota. *Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres – Guararapes. Cadernos e Cultura nº1. Recife: Escola Técnica Federal de Pernambuco, 1973.*

MILET, Vera. *A Teimosia das Pedras. Um estudo sobre a preservação do patrimônio ambiental no Brasil. Recife: Prefeitura de Olinda, 1988.*

MINISTÉRIO DA CULTURA E UNESCO. *Paisagem Cultural e Patrimônio*. Caderno de Estudos do PEP- Programa de Especialização em Patrimônio- IPHAN.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *Processo de Tombamento no. 523-T-54*. D.P.H.A.N./D.E.T. Seção de História. Campo: Batalhas dos Guararapes. Parque Histórico Nacional dos Guararapes. Jaboatão – Pernambuco. Volumes 1, 2 e 3.

MORATO, Edwiges Maria, CRUZ, Fernanda Miranda da. *Os Embates da Memória*. Horizontes, v. 23, n. 1, p. 29-38, jan./jun. 2005

MORI, Victor Hugo *et al.* *Arquitetura Militar. Um Panorama Histórico a partir do Porto de Santos*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado: Fundação Cultural Exército Brasileiro, 2003.

NOGUEIRA. Antônio Gilberto Ramos. *Por um Inventário dos Sentidos. Mário de Andrade e a Concepção de Patrimônio e Inventário*. São Paulo: Editora Hucitec: Fapesp, 2005.

ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2006.
Pró-Memória. *Parque Histórico Nacional dos Guararapes. Projeto Físico*. 2ª edição. Jaboatão dos Guararapes: Líber Gráfica, 1987.

PAYER, Maria Onice. *Discurso, Memória e Oralidade*. Horizontes, v. 23, n. 1, p. 47-56, jan./jun. 2005.

PERELMAN, Chaim. *Tratado da Argumentação: A nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PINTO-CORREIA *et al.* *Identificação de Unidades de Paisagem*. Metodologia aplicada a Portugal Continental. *Finisterra*, XXXVI, 72, 2001, pp.195-206)

PINTO, Lauro Alves. *A Guerra, expressão de realidades culturais. (Guararapes, um exemplo)*. In *Revista do Arquivo Público*, ano IV, número VI. Recife: Secretaria do Interior e Justiça. Recife, 1949:246-287

PISÓN, Eduardo Martínez. *Reflexión sobre el Concepto de Paisaje*. In *Awareness to the landscape: from perception to protection*. Environmental encounters, No. 52. Council of Europe Publishing, 2001.

POCOCK, J.G.A. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. pp. 9-126.

POERNER, José Arthur. *Identidade Cultural na Era da Globalização. Política Federal de Cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

Pró-Memória. Parque Histórico Nacional dos Guararapes. Projeto Físico. 2ª. Jaboatão dos Guararapes: Líber Gráfica, 1987.

PULS, Maurício. *Arquitetura e Filosofia*. São Paulo: Annablume, 2006.

REIS, Aparecido Francisco dos; MULLER, Rosângela Carla de Oliveira. *A Retórica da Perda da Identidade Cultural e a Globalização*. Revista Agora, v.1 n.4. Campo Grande, 2005. Disponível em: www.fes.br/revistas/agora/ojs/

REIS FILHO, Nestor Goulart; BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira.; BRUNA, Paulo Julio Valetim. *Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: USP, 2001.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao. Acesso em: 10 dez. 2006.

Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano. Outubro de 1866, N. 13, Typographia do Jornal do Recife, p. 253 – 289.

RIBEIRO, Ana Rita Sá Carneiro. *Um Espaço com Histórias e Batalhas: O Parque Histórico Nacional dos Guararapes*. Recife: UFPE, 1989. Dissertação (mestrado). – Mestrado em Desenvolvimento Urbano e Regional. Departamento de Arquitetura e Urbanismo, UFPE, 1989.

RIBEIRO, Cláudia R. Vial Ribeiro. *A dimensão simbólica da arquitetura*. Belo Horizonte: FUMEC-FACE, C/Arte, 2003.

RIBEIRO, Rafael Winter. *Paisagem Cultural e Patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.

RIEGL, Alois. *El Culto Moderno a los Monumentos*. Trad. Ana Pérez López. 2.ed. Madri: Visor, 1999.

RUSKIN, John. *The Seven Lamps of Architecture*. New York: Dover Publications, 1989.

SALGUEIRO, Heliana Angotti. Introdução: *Da temática, dos autores e de suas idéias*. In: SALGUEIRO, Heliana Angotti (org.). *Cidades capitais do século XX: racionalidade, cosmopolitismo e transposição de modelos*. São Paulo: Edusp, 2001. pp.19-40.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *Canibalismo da Memória: O negro nos museus brasileiros*. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Museus. N.31.IPHAN, 2005.

SILVA, Golbery do Couto e. *Conjuntura Política Nacional. O Poder executivo e Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1981.

SILVA, Augusto Álvaro. *Religião e Patriotismo*. Revista do Arquivo Público. 1º e 2º semestres. Ano IV – número VI. Recife: Secretaria do Interior e Justiça. 1949:5-24.

SPIRN, Anne Whiston. *The Language of Landscape*. United States of America: Yale University Press, 1998.

MINISTÉRIO DA CULTURA. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. EXÉRCITO BRASILEIRO. GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO. PREFEITURA MUNICIPAL E JABOATÃO DOS GUARARAPES Termo de Referência. Plano de Preservação do Parque Histórico Nacional dos Guararapes. Governo Federal.. Jaboaão dos Guararapes, PE. Abril de 2005.

WILSON, John. *Pensar com conceitos*. Trad.: Waldéa Barcellos. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

YÁZIGI, Eduardo. *A Importância da Paisagem*. In YÁZIGI, Eduardo (org.). Turismo e Paisagem. São Paulo: Contexto, 2002, pp.11-27.

YIN, Robert k. *Estudo de Caso. Planejamento e Métodos*. Trad.: Daniel Grassi. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZUKIN, Sharon. *Paisagens Urbanas Pós-Modernas: mapeando cultura e poder*. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n.24, 2996. p.204-219.

Sites de Internet:

<http://www.arteducacao.pro.br>

<http://www.battlefieldstrust.com>

<http://dn.sapo.pt>

<http://www.exercito.gov.br>

<http://www.fundacaoaljubarrota.pt>

<http://www.museuvictormeirelles.org.br>

<http://www.nps.gov>

<http://www.pch.gc.ca>

<http://usparks.about.com>

<http://pt.wikipedia.org>

APÊNDICES

Apêndice A- Síntese Cronológica do Processo de Tombamento do CBMG

SÍNTESE CRONOLÓGICA DO PROCESSO DE TOMBAMENTO DO CBMG	
Ano	Definição
1953/1954	Mobilização da opinião Pública através dos órgãos culturais de Pernambuco contra a intenção da Abadia do Mosteiro de São Bento lotear parte do Território de sua propriedade nos Montes Guararapes
1955	
14 de março	Ofício do Instituto do Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco à DPHAN solicitando o tombamento da área onde ocorreram as batalhas dos Guararapes.
3 de maio	Pedro Calmon é designado pelo presidente do Conselho Consultivo da DPHAN para ser o relator do processo de tombamento.
30 de junho	Aprovação do tombamento pelo Conselho Consultivo da DPHAN
18 de julho	Impugnação do tombamento impetrado pelo Abade do Mosteiro de São Bento de Olinda.
15 de outubro	Pedro Calmon é designado para ser o relator do processo de impugnação
13 de dezembro	Aprovação pelo Conselho Consultivo da DPHAN do parecer do relator Pedro Calmon que rejeita a impugnação do tombamento.
1956	
25 de abril	O Mosteiro de São Bento interpõe mandado de segurança contra a decisão da DPHAN
11 de agosto	O mandado de segurança é denegado pelo Juiz João Fontes de Faria da Vara da Fazenda Pública Federal
1960	
maio	Conclusão do Trabalho de demarcação da área total dos Guararapes
1961	
30 de outubro	Inscrição do CBMG no Livro do Tombo Histórico.
1965	
30 de setembro	Conclusão dos Trabalhos da Comissão para avaliação dos terrenos da área dos Guararapes.
16 de novembro	Decreto do Presidente da República Castelo Branco desapropriando os terrenos da área dos Guararapes
1966	
21 de junho	Lei nº 4.040 autorizando a abertura de crédito de Cr\$ 360.000,00 para a desapropriação dos terrenos
1970	
26 de agosto	Lavrada a escritura de desapropriação
19 de abril	Criação do PHNG pelo Presidente da República Emílio Médici
1974	
26 de setembro	Portaria da DPHA que amplia a área de proteção e visibilidade do PHNG

**Apêndice B- Quadro político-decisório no contexto do “processo de tombamento” do
CBMG- período considerado 1953 a 1974**

Presidentes da República Federativa do Brasil

Getúlio Vargas- de 31.01.1951 a 24.08.1954
 Café Filho- de 24.08.1954 a 08.11.1955
 Carlos Luz- 08.11.1955 a 11.11.1955
 Nereu de O. Ramos- 11.11.1955 a 31.01.1956
 Juscelino Kubitschek- 31.01.1956 a 31.01.1961
 Jânio Quadros- 31.01.1961 a 25.08.1961
 Paschoal R. Mazzilli- 25.08.1961 a 08.09.1961
 João Goulart- 08.09.1961 a 24.01.1963
 João Goulart- 24.01.1963 a 1º.04.1964
 Paschoal R. Mazzilli- 02.04.1964 a 15.04.1964
 Castello Branco- 15.04.1964 a 15.03.1967
 Costa e Silva- 15.03.1967 a 31.08.1969
 Aurélio Lyra- 31.08.1969 a 30.10.1969
 Augusto Rademaker- 31.08.1969 a 30.10.1969
 Márcio Melo- 31.08.1969 a 30.10.1969
 Emílio G. Médici- 30.10.1969 a 15.03.1974
 Ernesto Geisel- 15.03.1974 a 15.03.1979

Fonte: https://www.planalto.gov.br/Infger_07/presidentes/gale.htm#

Ministro da Aeronáutica

Ten. Brigadeiro Eduardo Gomes

Ministro da Educação e Cultura

Cândido Mota Filho

Diretor da DPHAN

Rodrigo Melo Franco de Andrade

Conselho Consultivo do DPHAN

Rodrigo Melo Franco de Andrade
 Afonso Arinos Melo Franco
 Américo Lacombe
 José Cândido Melo Carvalho
 José Soares de Mello
 José Wasth Rodrigues
 Manoel Bandeira
 Osvaldo Teixeira
 Paulo Ferreira Santos
 Augusto José Marques Júnior
 José Otávio Corrêa Lima
 Francisco Marques dos Santos
 Gustavo Barroso
 Pedro Calmon

Mirian Latif

Chefe do Setor de História da DPHAN

Carlos Drummond de Andrade

Relator do processo de tombamento

Pedro Calmon

Comissão designada para proceder à demarcação da área das batalhas

Governo do Estado de Pernambuco- Jordão Emerenciano

Ministério da Educação e Cultura- Ayrton Carvalho

Instituto Arqueológico- José Antônio Gonçalves de Melo

Ministério da Guerra – Tenente-Coronel Lauro Alves Pinto

Apêndice C- Relação dos Bens Tombados em Pernambuco entre 1953 e 1974 (referente ao período do processo de tombamento do CBMG)

Ano do Tombamento	Bem Tombado	Livro do Tombo
De 1953 a 1960	nenhum	nenhum
De 1961 a 1974		
06-07-1961	Cabo de Santo Agostinho- Convento Carmelita: ruínas e Igreja de Nossa Senhora de Nazaré	Livro das Belas Artes
21-08-1961	Fernando de Noronha- Forte de Nossa Senhora dos Remédios	Livro Histórico
<i>30-10-1961</i>	<i>Jaboatão dos Guararapes- Campo de Batalhas dos Guararapes (Parque Histórico Nacional dos Guararapes)</i>	<i>Livro Histórico</i>
21-05-1962	Vicência- Engenho Poço Comprido: casa grande e capela	Livro das Belas Artes
08-07-1965	Recife- Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos	Livro das Belas Artes
25-08-1965	Recife- Igreja de Nossa Senhora do Pilar	Livro das Belas Artes Livro Histórico
16-03-1966	Olinda- Casa do Aljube	Livro Histórico
16-03-1966	Olinda- Capela de São Pedro Advíncula	Livro Histórico
08-09-1966	Paudalho- Mosteirinho de São Francisco	Livro das Belas Artes
27-11-1966	Recife- Sobrado Grande da Madalena	Livro Histórico
23-01-1968	Recife- Casa natal de Oliveira Lima	Livro Histórico
19-04-1968	Olinda- Conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico	Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico Livro das Belas Artes Livro Histórico
09-05-1968	Recife- Prédio à Avenida Rui Barbosa, 1596	Livro Histórico
31-08-1971	Recife- Igreja do Bom Jesus dos Martírios	Livro Histórico
10-10-1972	Igarassu- Conjunto arquitetônico e paisagístico	Livro Arqueológico, etnográfico e Paisagístico
07-12-1972	Recife- Igreja do Divino Espírito Santo	Livro Histórico
17-12-1973	Recife- Mercado de São José	Livro das Belas Artes Livro Histórico
17-06-1974	Recife- Sítio da Trindade: conjunto paisagístico	Livro Histórico
19-04-1968	Olinda- conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico	Livro das Belas Artes

ANEXOS

Anexo I- Parecer da Comissão Demarcadora da Área Histórica das Batalhas dos Guararapes Apresentado ao Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. (Fonte: Arquivo IPHAN/5ªSR/PHNG)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – 1º DISTRITO

PARECER DIRIGIDO AO CONSELHO CONSULTIVO
DA DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E
ARTÍSTICO NACIONAL.

1. O Conselho Consultivo da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional encarregou a uma comissão a ser composta de um representante do Ministério da Guerra, de um da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, de um do governo do Estado de Pernambuco e de um do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, a tarefa de demarcar a área integral do campo de batalha dos Guararapes que, em definitivo, deverá ser protegido pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
2. Reunidos os abaixo assinados, representantes devidamente designados pelas Excelentíssimas Autoridades e Instituição referidas, para o fim indicado, vêm apresentar agora o resultado de seus trabalhos.
3. A Comissão foi de parecer que o cumprimento de sua missão importava:
 - a) em determinar o terreno onde se desenrolaram as duas Batalhas dos Guararapes de 1648 e 1649;
 - b) em definir a poligonal topográfica que envolveria esse terreno;
 - c) em delimitar outras áreas contíguas ao campo das batalhas que a ele estivessem ligadas, num conjunto paisagístico indispensável à compreensão dos sucessos que aí se desenrolaram.
4. Quanto ao problema do item a) a comissão examinou detidamente as fontes históricas seiscentistas, relativas aos acontecimentos desenrolados nos Guararapes, quer de origem portuguesa, quer holandesa, a maior parte das quais já apresentadas no livro do então Major Antônio de Sousa Junior, Do Recôncavo aos Guararapes (2ª edição, sem lugar de publicação, 1949) e no relatório do Dr. José Antônio Gonsalves de Mello dirigido em 1955 ao Dr. Ayrton de Almeida Carvalho, Delegado da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Pernambuco, aqui em anexo sob nº 2. Desse exame concluiu a Comissão que a área integral do campo de batalha dos Guararapes compreende uma elevação conhecida à época dos fatos como “Monte do Oitiseiro” que atinge a cota máxima de 74 metros de altitude e no qual hoje está situado o cemitério de Prazeres e duas elevações gêmeas em forma de ferradura que abre para o sul, apartadas por uma estreita ravina, em uma das quais está construída a Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres. Essas elevações gêmeas formam o “Outeiro dos Guararapes” propriamente dito. Mais para o norte do “Outeiro dos Guararapes” e do “Monte do Oitiseiro” compreende ainda uma parte de outra elevação, onde se situa o reservatório d’água da Diretoria do Saneamento do

Estado de Pernambuco e onde também se levanta um março geodésico do Serviço Geográfico do Exército. Esta elevação não faz parte integralmente do campo de batalha dos Guararapes, mas na ravina que a separa do “Monte do Oitiseiro” localizaram-se as tropas de reserva da parcialidade holandesa nas duas Batalhas dos Guararapes, pelo que foi considerada necessária a sua inclusão parcial na área do campo das lutas a demarcar. Para o sul do “Outeiro dos Guararapes” propriamente dito, compreende também a planície onde se bifurcam a estrada de rodagem e a linha férrea, buscando o ramal sul de cada uma delas o Município do Cabo e o do oeste as terras da Usina Muribeca; nessa planície foi onde se situaram as tropas luso-brasileiras. Finalmente, compreende ainda o terreno que fica ao sopé dos Guararapes, do lado do mar, onde passam a estrada de rodagem e o caminho de ferro, o qual foi, ao tempo das batalhas, em parte uma passagem estreita ao pé dos montes, e, em parte um pântano que se estendia até quase ao Oceano; nesse terreno foi onde mais cruentamente se lutou nos dois encontros de 1648 e 1649. Tal a área integral do campo de batalha dos Guararapes a ser em definitivo protegida pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

5. Quanto à poligonal que delimita o campo das batalhas, quer na sua parte chã, quer nas suas elevações, os reconhecimentos minuciosos efetuados pela Comissão no terreno conduziram à que está inscrita na planta topográfica que constitui o anexo nº 1. A conclusão das observações da Comissão é a de que na poligonal está compreendida não só toda a área pertencente ao Mosteiro de São Bento de Olinda na região de Guararapes, como ainda outros terrenos de terceiros neste particular em divergência com a exclusão das quadras A e B da planta de loteamento da referida área pertencente ao Mosteiro, proposta pelo Dr. José Antônio Gonsalves de Mello no seu relatório do anexo nº 2, o qual neste ponto expressamente declara concordar com a demarcação aqui estabelecida.
6. Além da área integral do campo de batalha a ser protegida pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, parece à Comissão convir preservar a que se situa entre a poligonal inscrita no mapa que constitui o anexo nº 1 e o litoral. Isto porque a visão de conjunto dos Montes em relação com o terreno (à época das lutas constituído por grandes alagados) situados entres eles e o litoral, e dos Montes em relação com o mar, que do alto deles se avista, só poderá ser preservada para os pôsteres se para a área que se situa entre a poligonal referida e o litoral forem fixadas normas que impeçam a utilização dela para construção de edifícios que interceptem a vista do mar que do alto dos Montes se obtém. A comissão, propõe que se estabeleça um gabarito para as construções que nessa área forem levantadas.
7. Com o presente relatório a Comissão oferece como anexo nº 1, uma planta em escala 1/10 000, ampliação das folhas 3 e 3 do Recife de Serviço Geográfico do Exército (de escala 1/25 000), na qual foi indicado o limite das áreas a tombar; e como anexo 2 cópias do relatório do Dr. José Antônio Gonsalves de Mello acerca do local das batalhas.

Representante do Ministério da Guerra

Representante do Ministério da Educação e Cultura
(Diretoria do patrimônio Histórico e Artístico Nacional)

Representante do Governo do Estado de Pernambuco

José Antônio Gonsalves de Mello
Representante do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano

Anexo II- Certidão de Tombamento do Campo de Batalhas dos Montes Guararapes


 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
 SECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

CERTIDÃO

Em cumprimento ~~MINISTERIAL~~ à determinação do Senhor Secretário da Cultura, C E R T I F I C O que, revendo/ o Livro do Tombo Histórico da Sub-Secretaria do Patrimônio // Histórico e Artístico Nacional, instituído pelo Decreto-lei / número vinte e cinco, de trinta de novembro de mil novecentos e trinta e sete, dele consta o seguinte a folhas cinquenta e cinco: "Número de Inscrição: trezentos e trinta e quatro; Si- tuação: Município de Jaboatão, Estado de Pernambuco; Obra: // Campos das Batalhas de Guararapes; Processo número: quinhentos e vinte e três trago T trago cinquenta e quatro; Proprie- tária: União Federal; Caráter do Tombamento: Compulsório; Da- ta da Inscrição: trinta de outubro de mil novecentos e sessen- ta e um; Observações: A área abrangida pelo tombamento é a de- marcada pela Comissão para esse fim constituída, conforme re- latório e anexos constantes do Processo número quinhentos e / vinte e três trago T trago cinquenta e quatro. Na época do / tombamento, a área pertencia ao Mosteiro de São Bento de Glín- da." C E R T I F I C O, ainda, que revendo o Processo número quinhentos e vinte e três trago T trago cinquenta e quatro, de- le consta o seguinte Parecer: "Visto o Processo número qui- n- hentos e vinte e três trago T, da Diretoria do Patrimônio / Histórico e Artístico Nacional - barra Divisão de Estudos e Tom- bamento (Seção de História), relativo à área histórica dos // Guararapes, em Pernambuco, e de parecer o Conselho Consultivo da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional que seja tombada, inscrevendo-se entre paisagens, monumentos e lo- cais que "ficam sob a proteção do Poder Público". A Consti- tuição Federal, no seu artigo cento e setenta e cinco, repete a aliás disposição da de mil novecentos e trinta e quatro, / que pela primeira vez regulou a defesa desse patrimônio histó- rico-artístico como imperativo cultural da União - estabelece que nessa "proteção do poder público" se incluam, não só monu- mentos e documentos, como "os monumentos naturais, as paisa- gens e os locais dotados de particular beleza". É extamente/ dito, É exatamente de paisagem e monumento natural que se tra- ta. Arcabugos de loteamento, e consequentemente, de ocupação pela pequena propriedade, desfiguramento e perda das caracte- rísticas topográficas, os outeiros onde se travaram as duas / Batalhas dos Guararapes, elevou-se na imprensa, na opinião po- pular e nas instituições científicas (a principal destas, o / Instituto Arqueológico e Histórico de Pernambuco) o seguinte

2.11

- 2 -

clamor, a que se juntou a ação preventiva, mas insuficiente, da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional regional. Ninguém nega o direito dos donos à terra do seu domínio. Nem se cogita de contrariá-lo por medida impertinente ou excessiva. Existe, isto sim, o imperativo constitucional (artigo cento e setenta e cinco), que deve ser cumprido pela autoridade competente. Restaria saber se foi realmente ali que se feriram as Batalhas. Ilustra o processo o convincente parecer do senhor José Antonio Gonçalves de Mello. O Instituto Arqueológico decidiu pedir com urgência o tombamento da área em questão. Impõe-se esta providência. (Que amanhã não se diga que o Governo Federal (aliás em harmonia de sentimentos com o Governo do Estado) deixou ao desamparo um sítio histórico de tanta importância para a emoção, a cultura, o patriotismo brasileiro. Queremos, ao contrário disto, que se louve mais tarde o interesse dispensado pelo Poder Público a esse aspecto da tradição nacional, ligado obviamente aos valores mais respeitáveis do nosso civismo. Bastaria citar o exemplo dos países que preservam, pelos mesmos motivos, os seus campos de batalha, os seus panoramas evocativos, os lugares que, de qualquer modo, sugerem as cenas decisivas da sua história. Nos Montes Guararapes duas vitórias memoráveis asseguraram a libertação pernambucana. É preciso que o Poder Público os resguarde cuidadosamente, "monumento natural", digno de perpétua proteção. Rio de Janeiro, 25 de maio de mil novecentos e cinquenta e cinco. Pedro Calmon".

C E R T I F I C A D O, mais que do mesmo Processo consta o seguinte: "Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Processo Número quinhentos e vinte e três traço T / traço cinquenta e quatro - RESOLUÇÃO: Vistos e examinados estes do Processo número quinhentos e vinte e três traço T traço cinquenta e quatro, do qual consta a solicitação do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, em caráter de urgência, no sentido de ser tombada a área histórica onde se feriram as Batalhas dos Guararapes, o Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional RESOLVE, por unanimidade: primeiro) determinar a inscrição, no Livro do Tombo Histórico, da área do Campo das Batalhas dos Guararapes; segundo) incumbir a uma comissão idônea, a ser integrada de membros do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco, do Governo do Estado de Pernambuco, do Comando da Região/

- 3 -

Militar ali sediada, e da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a proposta de demarcação da área integral do Campo das Batalhas dos Guararapes que, em definitivo, deva ser protegida pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; terceiro) recomendar que se proceda ao levantamento de outros sítios históricos equivalentes ao dos Guararapes e que, uma vez determinada, digo, uma vez documentada a sua importância para a tradição nacional, se promova o respectivo tombamento. Rio de Janeiro, em trinta de junho de mil / novecentos e cinquenta e cinco. Rodrigo Mello Franco de Andrade-Presidente - Pedro Calmon-Relator." C E R T I F I C O, ainda, que do citado Processo, consta a seguinte demarcação: / "Parecer dirigido ao Conselho Consultivo da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - primeiro) O Conselho Consultivo da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional encarregou a uma comissão a ser composta de um representante do Ministério da Guerra, de um da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, de um do Governo do Estado de Pernambuco e de um do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, a tarefa de demarcar a área integral do campo de batalha dos Guararapes que, em definitivo, deverá ser protegido pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. segundo) Reunidos os abaixo assinados, representantes devidamente designados pelas Excelentíssimas Autoridades e Instituições referidas, para o fim indicado, vêm apresentar agora o resultado de seus trabalhos. três) A Comissão foi de parecer que o cumprimento de sua missão importava: a) em determinar o terreno onde se desenvolveram as duas Batalhas dos Guararapes de mil seiscientos e quarenta e oito e mil seiscientos e quarenta e nove; b) em definir a poligonal topográfica que envolveria esse terreno; c) em delimitar outras áreas contíguas ao Campo das Batalhas que a ele estivessem ligadas, num conjunto paisagístico indispensável à compreensão dos sucessos que ali se desenvolveram. quatro) Quanto ao problema do item a) a Comissão examinou detidamente as fontes históricas seiscentistas, relativas aos acontecimentos desenvolvidos nos Guararapes, quer de origem portuguesa, quer de origem holandesa, a maior parte das quais já apresentadas no livro do então Major Antônio de Souza Júnior. Do Recôncavo,

- 4 -

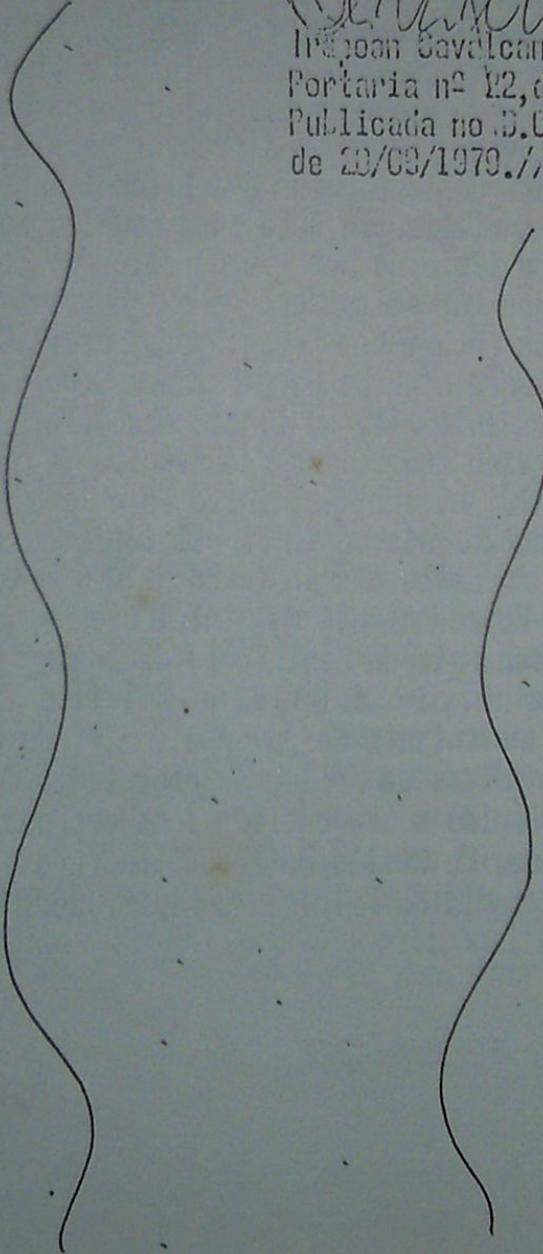
aos Guararapes (segunda edição, sem lugar de publicação, mil /
 novecentos e quarenta e nove) e no relatório do Doutor José An-
 tônio Consalves de Mello dirigido em mil novecentos e cinquen-
 ta e cinco ao Doutor Ayrton de Almeida Carvalho, Delegado da /
 Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Per-
 nambuco, aqui em anexo sob número dois. Desse exame concluiu-
 a Comissão que a área integral do campo de batalha dos Guarara-
 pes compreende uma elevação conhecida à época dos fatos como /
 "Monte do Oitizeiro" que atinge a cota máxima de setenta e qua-
 tro metros de altitude e no qual hoje está situado o Reservatório
 dos Prazeres e duas elevações gêmeas em forma de ferradura que
 abre para o sul, apartadas por uma estreita ravina, em um das
 quais está construída a Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres. /
 Essas elevações gêmeas formam o "Outeiro dos Guararapes" p-
 propriamente dito. Mais para o norte do "Outeiro dos Guararapes" /
 e do "Monte do Oitizeiro" compreende ainda uma parte de outra
 elevação, onde se situa o Reservatório da rua da Diretoria de
 saneamento do Estado de Pernambuco e onde também se levanta um
 marco geodésico do Serviço Geográfico do Exército. Esta eleva-
 ção não faz parte integralmente do campo de batalha dos Guarara-
 pes, mas na ravina que a separa do "Monte do Oitizeiro" loca-
 lizaram-se as tropas de reserva da parcialidade holandesa nas
 duas Batalhas dos Guararapes, pelo que foi considerada necessá-
 ria sua inclusão parcial na área do campo das lutas a demarcar.
 Para o sul do "Outeiro dos Guararapes" propriamente dito, com-
 preende também a planície onde se bifurcam a estrada de roda-
 gem e a linha férrea, buscando o ramal sul de cada uma delas o
 Município do Cabo e o do oeste as terras da Unisa Muriboca; nes-
 sa planície foi onde se situaram as tropas luso-brasileiras. /
 Finalmente, compreende ainda o terreno que fica ao sopé dos //
 Guararapes, do lado do mar, onde passam a estrada de rodagem e
 o caminho de ferro, o qual foi, ao tempo das batalhas, em par-
 te uma passagem estreita ao pé dos montes, e, em parte um pânta-
 no que se estendia até quase ao Oceano; nesse terreno foi on-
 de mais cruentamente se lutou nos dois encontros de mil seis-
 centos e quarenta e oito e mil seiscentos e quarenta e nove. /
 Tal área integral do campo de batalha dos Guararapes a ser em-
 definitivo protegida pela Diretoria do Patrimônio Histórico e /
 Artístico Nacional. cinco) Quanto à poligonal que delimita o
 campo das batalhas, quer na sua parte cla, quer nas suas eleva-

Nacional da Secretaria da Cultura, lavrei a presente certidão
que vai por mim datada e assinada e visada pelo doutor Aloísio
Coryio de Magalhães, Secretário de Cultura do Ministério de //
Educação e Cultura, Rio de Janeiro, 04 de junho de 1981.////

Edson de Sá
EDSON DE SA
Cof. Arquivo 1145/1

Aloísio Coryio de Magalhães
ALOÍCIO CORYIO DE MAGALHÃES
Diretor Geral - FCB/11

Ilsepoan Cavalcanti de Lyra
Ilsepoan Cavalcanti de Lyra
Portaria nº 12, de 20/06/79
Publicada no D.O. da União
de 20/06/1979.////////



Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)